

Formulário para Solicitação de Autorização de Dispensa de Licitação

Unidade:

DADM - COORDENAÇÃO DE TRANSPORTES.

Objeto:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de controle e gerenciamento da manutenção dos veículos da frota do Ministério Público do Estado da Bahia.

Enquadramento do Objeto:

Prestação de Serviços

Indicação da Necessidade para a Contratação:

Manutenção da Frota para assegurar o traslado de membros, servidores e materiais, por todo o Estado da Bahia, essenciais ao funcionamento da instituição.

Fundamentação Legal - Lei Nº 9.433/05, art. 59, inciso

I-Para obras e serviços de engenharia de valor não excedente a 10% (dez por cento) do limite previsto para modalidade de convite, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mes:

Não

II - Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto para compras e serviços que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de:

Não

Outros (especificar):

Art. 59, IV, Lei Nº 9.433/05.

PROPOSTAS APRESENTADAS

Proposta 1:

1-Item:

ITEM ÚNICO.

1-Fornecedor (Nome / Razão Social):

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

1-Valor Total (R\$):

387.000,00

Proposta 2:

2-Item:

ITEM ÚNICO.

2-Fornecedor (Nome / Razão Social):

MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA.

2-Valor Total (R\$):

450.000,00

Proposta 3:

3-Item:

NÃO HOUVE INTERESSE.

3-Fornecedor (Nome / Razão Social):

-

3-Valor Total (R\$):

-

FORNECEDOR(es) SELECIONADO(s)

1-Fornecedor (Nome / Razão Social):

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

1-Endereço:

Calçada Canopo, 11, 2º and, sala 3, Centro de Apoio II, Alphaville, Sant. de Parnaíba-SP.

1-CPF/CNPJ:

05.340.639/0001

1-Valor (R\$):

387.000,00

2-Fornecedor (Nome / Razão Social):

-

2-Endereço:

-

2-CPF/CNPJ:

-

2-Valor (R\$):

-

3-Fornecedor (Nome / Razão Social):

-

3-Endereço:

-

3-CPF/CNPJ:

-

3-Valor (R\$):

-



Documento assinado eletronicamente por **Ana Gabriela Reis Nogueira Gonçalves** em 28/04/2022, às 16:13, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0347375** e o código CRC **7BD89C8C**.

Comunicação Interna nº 9 / DADM - TRANSPORTES - COORD - COORDENADOR DE TRANSPORTES - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Em 28 de abril de 2022.

De: COORDENADOR DE TRANSPORTES - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Para: DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Assunto: Solicitação de contratação de serviço por dispensa de licitação

Prezada Diretora,

Cumprimentando-a cordialmente, venho, através desta, encaminhar a solicitação de contratação em caráter emergencial, por dispensa de licitação, do serviço de controle e gerenciamento da manutenção dos veículos da nossa frota, tecendo as seguintes considerações:

A prestação dos serviços continuados de controle e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota do Ministério Público do Estado da Bahia se justifica devido à constante necessidade de traslado de membros, servidores e materiais, por todo o Estado da Bahia. Tais deslocamentos são essenciais ao bom funcionamento da instituição, pois, prestam suporte operacional às atividades administrativas e finalísticas do Ministério Público, razão pela qual, os veículos precisam estar sempre em condições adequadas de uso, pois, desempenham uma função que não pode sofrer solução de continuidade.

A necessidade de contratação deste tipo de serviço em caráter emergencial, por dispensa de licitação, se dá em razão do receio de que o processo de licitação para a contratação deste objeto não seja concluído antes do término da vigência do contrato atual, que está completando 60 meses no dia 31/05/2022 e da impossibilidade da prorrogação do mesmo, em caráter emergencial, já que a Contratada foi penalizada administrativamente com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

Quando assumimos a gestão da Coordenação de Transportes, em abril de 2021, identificamos que existiam dois contratos importantes para o setor (referentes aos serviços de abastecimento e manutenção dos veículos da nossa frota) que estavam prestes a vencer e não poderiam mais ser prorrogados, por já estarem completando o limite legal máximo de 60 meses. Diante disso, imediatamente enviamos esforços para a elaboração dos respectivos processos licitatórios.

Inicialmente, foi priorizada a licitação do serviço de gerenciamento do abastecimento e lavagem dos veículos da frota, cujo prazo de vigência do contrato se encerraria em 31/08/2021.

Devido à complexidade dos objetos em questão, para o efetivo preenchimento dos formulários necessários à instrução dos processos, foi preciso realizar pesquisas e leituras de diversos Termos de Referência de licitações correlatas, para servir de parâmetro e realizar pesquisas de mercado em bancos de preços para compor as tabelas de preços referenciais exigidas, de modo que, foi demandado bastante tempo.

Após a estruturação da documentação que subsidia o processo licitatório, outras unidades são envolvidas, como a Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios, a Coordenação de Licitações, a Assessoria Jurídica dentre outras. Todas essas unidades possuem um grande volume de demandas e seguem uma ordem de prioridades. Quando do momento da análise dos documentos por parte das citadas unidades, adequações são solicitadas e o processo retorna à área demandante para a efetivação dos ajustes pertinentes o que também demanda tempo.

Realizados todos os ajustes e adequações necessárias, partiu-se para a publicação do edital de licitação, no entanto, a data prevista para a realização do Pregão Eletrônico precisou ser alterada em razão da interposição de impugnações pelos licitantes, tendo que ser formuladas respostas e efetivação de ajustes nos formulários e documentos.

O processo de licitação para a contratação do serviço de controle e gerenciamento da manutenção dos veículos da nossa frota foi iniciado em 12/05/2021, SEI Nº 19.09.02677.0007217/2021-80. Entretanto, o preenchimento dos formulários teve que ser feito em concomitância com o do outro processo licitatório, que possuía maior urgência em função do prazo de finalização do contrato, conforme mencionado, anteriormente. Soma-se a isso as diversas demandas da unidade que também careciam de tratativas urgentes.

No segundo semestre de 2021, houve uma mudança nos formulários que compõem a base de conhecimento do processo licitatório. Esta alteração nos obrigou a migrar todas as informações dos formulários antigos para os novos, além de promover os incrementos que passaram a ser exigidos, de modo que, a montagem do processo com todos os documentos instrutórios foi concluída em 03/12/2021.

Finalizada a etapa do preenchimento dos formulários, o processo seguiu seu fluxo passando por outras unidades da Diretoria Administrativa, pela Superintendência de Gestão Administrativa e pela Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações, retornando para a Coordenação de Transportes no dia 09/02/2022, com solicitação de ajustes.

Após a realização de todas as adequações necessárias, foi concluída a fase preparatória do processo, no dia 30/03/2022 e publicado o edital da licitação, estabelecendo-se uma previsão para a realização do Pregão Eletrônico no dia 28/04/2022, podendo sofrer alteração de data, caso haja a interposição de impugnações ao edital da licitação, que demandem um prazo maior para análise e resposta, fazendo surgir a possibilidade de que o processo não se conclua antes do término da vigência do contrato atual de gerenciamento de manutenção dos veículos da nossa frota. Justamente por isso, visando evitar a solução de continuidade de um serviço tão essencial, estamos, por cautela, dando início ao presente processo de contratação por dispensa de licitação.

Definimos o prazo legal máximo de 180 dias para a contratação porque algumas empresas não demonstraram interesse na contratação emergencial desse serviço, por dispensa de licitação, por um prazo mais curto, tendo em vista que os custos de implantação do contrato não seriam compensados em curto prazo. Desta forma, o valor da contratação foi estabelecido por proporcionalidade, com base na estimativa de despesa que se tem com a contratação que está sendo licitada.

Infelizmente, não conseguimos a quantidade mínima de três orçamentos, pois, apenas duas empresas contactadas manifestaram interesse na contratação desse serviço por dispensa de licitação e apresentaram proposta. Algumas empresas, ao serem contactadas, responderam por telefone que não possuíam interesse na contratação e outras duas empresas responderam as solicitações de cotação, através de e-mail, informando que não possuíam interesse na contratação.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Gabriela Reis Nogueira Gonçalves** em 28/04/2022, às 16:26, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0347469** e o código CRC **96D0E6C8**.

PROPOSTA DE PREÇOS

Ao
Ministério Público da Bahia
Dispensa de Licitação

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de controle e gerenciamento da manutenção dos veículos da frota do Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado, incluindo o serviço de administração das despesas com o fornecimento de peças, componentes, acessórios, materiais, produtos e serviços de toda ordem, referentes à manutenção preventiva e corretiva, que será executada por uma Rede Credenciada de oficinas, centros automotivos e concessionárias, visando atender às necessidades do Ministério Público do Estado da Bahia conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Identificação do Licitante:

Razão Social: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA		
Endereço: Calçada Canopo, 11 – 2º andar – sala 03 – Centro de Apoio II – Alphaville		
Cidade/UF: Santana de Parnaíba-SP	CEP: 06541-078	Fone/Fax: (19) 3518-7021
E-mail: licitacao@primebeneficios.com.br		CNPJ nº 05.340.639/0001-30
Insc. Estadual: 623.051.405.115		Insc. Municipal: 72270
Dados Bancários: Banco do Brasil (001) - Ag: 2857-6 - Conta Corrente: 86151-0		
Responsável pela assinatura do contrato: Sra. Taisa Marsola Spaduzano. Endereço: Rua Açú, nº 47, Loteamento Alphaville Empresarial – Campinas/SP – CEP: 13098-335. Fone/ fax: (19) 3518-7000. Portadora do CPF nº: 303.953.118-29 e RG nº: 33.687.973-8.		

Item	Descrição	CATSER	Und. Medida	Estimativa de despesa com manutenção dos veículos da frota em 180 dias. (R\$)	Taxa de Administração /Desconto ofertado	Valor global estimado para a contratação (com a incidência da taxa/desconto de administração)
1	Serviços de controle e gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva de veículos, incluindo a administração das despesas com o fornecimento de peças, materiais e serviços correlatos.	25518	Taxa de Administração (%)	R\$ 450.000,00	-14,00%	R\$ 387.000,00

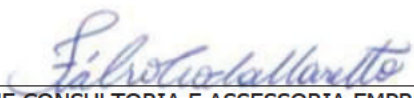
- **Valor estimado:** R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais);
- **Taxa Adm:** 0,00% (zero por cento);
- **Desconto Ofertado:** 14,00% (desconto de quatorze por cento);
- **Valor com Taxa Adm:** R\$ 387.000,00 (trezentos e oitenta e sete mil reais);

-Validade da proposta: 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sua apresentação;

-Nos preços cotados, estão incluídas todas as despesas tais como: tributos, fretes, seguros, comissões, taxas, contribuições, salários, remunerações, obrigações sociais e quaisquer outros custos incidentes sobre o objeto;

-Declaramos ter total conhecimento e concordância com os termos do termo de referência.

Santana de Parnaíba/SP, 20 de abril de 2022.


PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
CNPJ nº. 05.340.639/0001-30
Fábio Croda Maretto – Procurador
RG. [REDACTED] - (19) 3518-7021
licitacao@primebeneficios.com.br

www.primebeneficios.com.br
Rua Açú, 47- Alphaville Empresarial
Campinas / SP | CEP: 13098-335 | (19) 3518-7000

05.340.639/0001-30
I.E: 623.051.405.115
PRIME CONSULTORIA E
ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
Calçada Canopo, nº11, 2º and. Sl. 3, Centro de Apoio II
Alphaville CEP: 06541-078
SANTANA DE PARANAÍBA/SP

DECLARAÇÕES GERAIS

Ao
Ministério Público da Bahia
Dispensa de Licitação


Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de controle e gerenciamento da manutenção dos veículos da frota do Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado, incluindo o serviço de administração das despesas com o fornecimento de peças, componentes, acessórios, materiais, produtos e serviços de toda ordem, referentes à manutenção preventiva e corretiva, que será executada por uma Rede Credenciada de oficinas, centros automotivos e concessionárias, visando atender às necessidades do Ministério Público do Estado da Bahia conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

A PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº 05.340.639/0001-30, com sede na Calçada Canopo, nº 11, 2º andar, sala 3, Centro de Apoio II, Alphaville, Santana de Parnaíba-SP, CEP: 06.541-078, neste ato representada pelo Sr. Fábio Croda Maretto, portador do RG. 46.202.729-6 e CPF. 395.340.338-98, DECLARA sob pena de lei, que:

- Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no termo de referência e seus anexos, bem como de que cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidos no mesmo.
- Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaro para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- Declaro que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.
- Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- Declaro sob as penas da Lei, que cumprio a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Santana de Parnaíba/SP, 20 de abril de 2022.


PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
CNPJ nº. 05.340.639/0001-30
Fábio Croda Maretto – Procurador
RG. [REDACTED] - (19) 3518-7021
licitacao@primebeneficios.com.br

05.340.639/0001-30
I.E: 623.951.405.115
PRIME CONSULTORIA E
ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
Calçada Canopo, nº11, 2º and. Sl. 3, Centro de Apoio II
Alphaville CEP: 06541-078
SANTANA DE PARANAÍBA/SP

www.primebeneficios.com.br

Rua Açú, 47- Alphaville Empresarial
Campinas / SP | CEP: 13098-335 | (19) 3518-7000

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF**

Inscrição: 05.340.639/0001-30
Razão Social: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA EPP
Endereço: CAL CANOPO 11 2 AND S 3 C APO 2 / ALPHAVILLE / SANTANA DE PARNAIBA / SP / 06541-078

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/04/2022 a 09/05/2022

Certificação Número: 2022041001050633642914

Informação obtida em 13/04/2022 11:18:11

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.340.639/0001-30

Certidão n°: 10385365/2022

Expedição: 01/04/2022, às 08:17:04

Validade: 28/09/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **05.340.639/0001-30**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

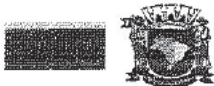
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Departamento de Receita Imobiliária – DRI

CERTIDÃO DE EMPRESA Nº 63/2022 - SMF

Certificamos para os devidos fins que até a presente data, pesquisando em nosso cadastro imobiliário não foram localizados imóveis cadastrados em nome da empresa **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 05.340.639/0001-30** e desta forma sem débitos perante esta municipalidade.

VALIDADE: 60 DIAS

RENATA
NUNES
FERREIRA

Santana de Parnaíba, 28 de março de 2022.

WILLIAN RODRIGUES COSTA
Secretaria Municipal de Finanças
Atendimento Tributário

O PRESENTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO COM O CANHOTO AUTENTICADO PELO BANCO



03399.83694 95000.001214 45615.301012 9
83660000001255 RECIBO DO PAGADOR

PARCELA:	VENCIMENTO:
01/01	15/04/2022
CONTRIBUINTE:	AGÊNCIA/COD.BENEFICIÁRIO:
8004	4195 / 8369950
NOSSO NÚMERO:	
000012145615-3	
INSCRIÇÃO CADASTRAL:	
ESPECIE:	QUANTIDADE:
R\$	
(=) VALOR DOCUMENTO:	12,55
(-) Desc./Abatim./Outras Deduções:	
(+) MORA / MULTA / JUROS:	
(+) OUTROS ACRÉSCIMOS:	
(=) VALOR COBRADO:	
PAGADOR:	
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LT - CNPJ: 05.340.639/0001-30	
BENEFICIÁRIO:	
MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAIBA - CNPJ: 46522983000127	
Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1283 - Sítio do Morro - 06517520 - SANTANA DE PARNAIBA/SP	
NÚMERO DO DOCUMENTO:	
8004 / 2022 / GUIA EXPEDIENTE	
Autenticação Mecânica no Verso	

Santander 033-7 03399.83694 95000.001214 45615.301012 9 8956

LOCAL DE PAGAMENTO:

BENEFICIÁRIO: MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAIBA - CNPJ: 46522983000127
Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1283 - Sítio do Morro - 06517520 - SANTANA DE PARNAIBA/SP

PARCELA: 01/01 VENCIMENTO: 15/04/2022

AGÊNCIA / CÓDIGO BENEFICIÁRIO: 4195 / 8369950

DATA DO DOCUMENTO: 15/04/2022 NÚMERO DO DOCUMENTO: 8004 / 2022 / GUIA EXPEDIENTE

ESPECIE DOC: RC

ACEITE: N

DATA PROCESSAMENTO: 28/03/2022

NOSSO NÚMERO: 000012145615-3

USO DO BANCO: RCR

CARTEIRA: RCR

ESPECIE MOEDA: R\$

QTDE MOEDA: X

VALOR: 12,55

INSTRUÇÕES (TEXTO DE RESPONSABILIDADE DO BENEFICIÁRIO)

Taxa de Expe

FINALIDADE GUIA DE EXPEDIENTE NÃO RECEBER APÓS VENCIMENTO - VENCIMENTOS EM SABADOS, DOMINGOS E FERIADOS PODEM SER PAGOS NO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE. APÓS VENCIMENTO EMITIR NOVA GUIA.

Observações: TAXA REF. CERTIDÃO DE EMPRESA Nº63 /2022

PAGADOR: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LT - CPF: 05.340.639/0001-30

CANOPÓ, - CEP: 06541-078 - ALPHAVILLE C A2 - SANTANA DE PARNAIBA

Inscrição: UF: SP

CÓD. BAIXA:

Ficha de Compensação
Grupo de Tributo 05
Versão: [5.0.515]
Autenticação Mecânica
no Verso

MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAIBA - CNPJ: 46522983000127
GUIA DE EXPEDIENTE ISSQN / TAXAS - Nº 1 - 2022

Exercício	Contribuinte	Inscrição Municipal	Emitido por	Composição de Valores
2022	8004		WILLIAN 28/03/2022 09:32:30	CERT 12,55
Razão Social				
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LT				
CNPJ/CPF				
05.340.639/0001-30				
Endereço de Entrega				
CANOPÓ, - ANDAR 2 SALA 3				
CEP: 06541-078 - ALPHAVILLE C A2 - SANTANA DE PARNAIBA/SP				
Endereço da Empresa				
CANOPÓ, -				
CEP: 06541-078 - ALPHAVILLE C A2 - SANTANA DE PARNAIBA/SP				
Atividade(s)				
Observações				
Observações: TAXA REF. CERTIDÃO DE EMPRESA Nº63 /2022				
Finalidade				



Emissão 2ª Via

No. compromisso banco 900004313	No. compromisso cliente 3776/8004-3	Data do Crédito 30/03/2022	Valor 12,55
------------------------------------	--	-------------------------------	----------------

Convênio 0033-4423-004905982001	Data da Solicitação 30/03/2022	Agência/Conta Corrente 4423 / 000130014158
------------------------------------	-----------------------------------	---

Nome/Razão Social do Pagador Original PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA	CPF/CNPJ do Pagador Original 05.340.639/0001-30
---	--

Nome/Razão Social do Beneficiário Original MUNICIPIO DE SANTANA DE PARNAIB	CPF/CNPJ do Beneficiário Original 46.522.983/0001-27
---	---

Nome/Razão Social do Pagador Efetivo PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA	CPF/CNPJ do Pagador Efetivo 05.340.639/0001-30
--	---

Instituição Financeira Favorecida

033 - BCO SANTANDER BRASIL S A

Código de Barras

03399.83694.95000.001214.45615.301012.9.89560000001255

Valor Nominal	Desc. / Abat.	Juros	Valor a Pagar
12,55	0,00	0,00	12,55

Tipo de Serviço

Pagamento Fornecedor

Complemento do Tipo de Serviço

Autenticação Bancária

375BE6FAF7FAE0DAD025FD2

Central de Atendimento Santander Empresarial

4004-2125 (Regiões Metropolitanas)
0800-726-2125 (Demais Localidades)
0800 723 5007 (Pessoas com deficiência auditiva ou de fala)

SAC - Atendimento 24h por dia, todos os dias.

0800 762 7777
0800 771 0401 (Pessoas com deficiência auditiva ou de fala)

Ouvidoria - Das 9h às 18h, de segunda a sexta-feira, exceto feriado.

0800 726 0322
0800 771 0301 (Pessoas com deficiência auditiva ou de fala)



SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Departamento de Receitas Mobiliárias

CERTIDÃO NEGATIVA

Nº 15118/2022 - VIA WEB

Razão SocialPRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
CNPJ/CPF Nº05.340.639/0001-30
Inscrição Atual...:72270
LogradouroCALC CANOPO 11 ANDAR 2 SALA 3
BairroALPHAVILLE C A2
Cidade.....SANTANA DE PARNAIBA - SP
CEP06541-078

TRIBUTOS E PERÍODOS

Imposto sobre serviço de qualquer natureza e taxas mobiliárias

CERTIFICAMOS, de ordem da Secretaria de Finanças, a pedido da parte interessada e à vista das informações, que em nome do contribuinte acima identificado, **NÃO EXISTE DÉBITO EM ABERTO** nesta prefeitura, débito inscrito ou não em dívida ativa, com relação ao(s) tributo(s) acima indicados(s), até a presente data.

CERTIFICAMOS que fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal na cobrança de débitos que venham a ser apurados ou que verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação aos tributos e períodos indicados nesta certidão.

SEXTA-FEIRA, 1 DE ABRIL DE 2022

Validade desta Certidão: 90 dias.

<p>A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura de Santana de Parnaíba, no Endereço:</p> <p>www.santanadeparnaiba.sp.gov.br Certidão expedida gratuitamente.</p>	<p>Informações para Verificação de Autenticidade:</p> <p>Inscrição Cadastral : 72270 Número de Controle : 5283052236283565 Data da Emissão : 01/04/2022 Hora da Emissão : 09:00:25</p>
---	--

Qualquer adulteração, rasura ou emenda, invalida este documento.

SMF - Secretaria Municipal de Finanças
Centro Administrativo Bandeirantes
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1283 – Bairro: Votuparim – CEP: 06517-520
PABX: (11) 4622-7500 – site: www.santanadeparnaiba.sp.gov.br





Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 05.340.639/0001-30

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 22040003602-77

Data e hora da emissão 01/04/2022 08:12:34

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 05.340.639

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 35656538

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 13/04/2022 08:36:19

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

**Consulta Pública ao Cadastro
ICMS****Cadastro de Contribuintes de
ICMS - Cadesp**

Código de controle da consulta: 5c3c155e-efc8-499a-99a3-f6954bdc3495

Estabelecimento	
IE: 623.051.405.115 CNPJ: 05.340.639/0001-30 Nome Empresarial: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Nome Fantasia: Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada	
Endereço	
Logradouro: CALCADA CANOPO Nº: 11 CEP: 06.541-078 Município: SANTANA DE PARNAIBA	Complemento: ANDAR 2 SALA 3 CENTRO APOIO II Bairro: ALPHAVILLE UF: SP
Informações Complementares	
Situação Cadastral: Ativo Ocorrência Fiscal: Ativa Regime de Apuração: NORMAL - REGIME PERIÓDICO DE APURAÇÃO Atividade Econômica: Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	Data da Situação Cadastral: 31/08/2011 Posto Fiscal: PF-10 - BARUERI
Informações NF-e	
Data de Credenciamento como emissor de NF-e: 26/07/2012 Indicador de Obrigatoriedade de NF-e: Obrigatoriedade Total Data de Início da Obrigatoriedade de NF-e: 01/04/2010	

[Voltar](#)

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

Versão: 4.09.0

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
CNPJ: 05.340.639/0001-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:15:41 do dia 01/04/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/09/2022.

Código de controle da certidão: **AD95.44AF.30A1.BF8F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.340.639/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 17/10/2002
NOME EMPRESARIAL PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.99-7-02 - Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 46.19-2-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO CALC CANOPO	NÚMERO 11	COMPLEMENTO ANDAR 2 SALA 3 CENTRO APOIO II
CEP 06.541-078	BAIRRO/DISTRITO ALPHAVILLE	MUNICÍPIO SANTANA DE PARNAIBA
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@PRIMEBENEFICIOS.COM.BR		TELEFONE (11) 4154-2398
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/04/2022 às 08:07:14 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



ALVARÁ 549/2021

A **Secretaria Municipal de Finanças**, através do **DRM - Departamento de Receitas Mobiliárias**, expede o presente ALVARÁ de LICENÇA, FUNCIONAMENTO e LOCALIZAÇÃO, **VÁLIDO ATÉ 30 DE JUNHO DE 2022.**

RAZÃO SOCIAL PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

RAMO DE ATIVIDADE ASSESS CONSULT DE QUALQUER NATUREZA
Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares; Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado; Incorporação de

ENDEREÇO CALÇ: CANOPO, 11 - Compl: ANDAR 2 SALA 3

BAIRRO ALPHAVILLE C A2

CIDADE SANTANA DE PARNAIBA

CCM 72270

CNPJ/CPF 05.340.639/0001-30

I.E 623.051.405.115

Obs.: - AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.
Todas as empresas devem tomar providências cabíveis para adequação das edificações e das áreas de risco, de acordo com as exigências do Corpo de Bombeiros, quando necessário. Conforme Decreto Estadual Nº 63911/2018.
- Lei 1.649/91, ARTIGO 31 – Obrigatório colocar em lugar visível ao público.

SANTANA DE PARNAIBA, 23 de Junho de 2021.

DRM - DEPARTAMENTO DE RECEITAS MOBILIÁRIAS

WILLIAN RODRIGUES COSTA
Prontuário 14.095
SMF/NAT/ATENDIMENTO

CENTRO ADMINISTRATIVO BANDEIRANTES – Secretária Municipal de Finanças
Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1283 – Bairro Sítio do Morro – Santana de Parnaíba/SP – CEP: 06517-520
PABX: (11) 4622-7500 – site: www.santanadeparnaiba.sp.gov.br / smf@santanadeparnaiba.sp.gov.br

www.santanadeparnaiba.sp.gov.br



PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAIBA



Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278093646>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-1
Data: 19/04/2021 09:06:33
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: AL253879-SLEU



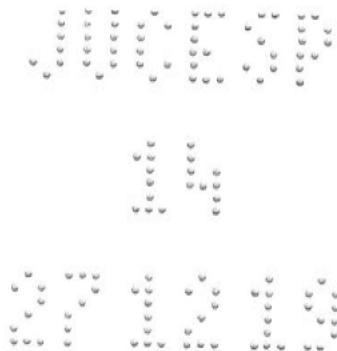
CN.J. 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Valber Azevêdo de M. Cavalcanti
Tribunal

TJPB





“Cláusula 4ª – DO CAPITAL SOCIAL”

Os sócios deliberaram aumento do capital social na ordem de R\$ 1.150.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais) totalmente integralizado em moeda corrente deste país, detido em sua totalidade, pelos sócios **RODRIGO MANTOVANI**, na ordem de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) e **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**, na ordem de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais), passando assim a totalizar capital social no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), com adequação e formação de 10.000.000 (dez milhões) de quotas, no valor de R\$ 1,00(um real) cada, na seguinte forma:

- a) **RODRIGO MANTOVANI** – possui 5.000.000,00 (cinco milhões) quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- b) **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA** – possui 5.000.000,00 (cinco milhões) quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Parágrafo Primeiro: De acordo com o art. 1.052 da Lei 10.406 de 10.01.2002, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas no capital social, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo Segundo: As quotas sociais, referente ao aumento de capital no valor de R\$ 1.150.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente deste país, detido em sua totalidade, pelos sócios **RODRIGO MANTOVANI**, na ordem de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) e **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**, na ordem de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais), passando assim a totalizar capital social no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), com adequação e formação de 10.000.000 (dez milhões) quotas, no valor de R\$ 1,00(um real) cada, na seguinte forma:

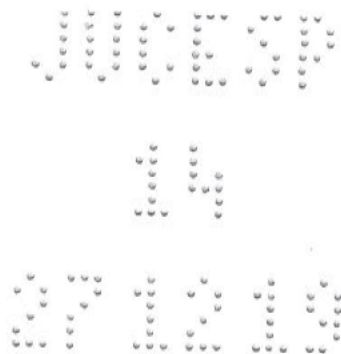
NOME	QUOTAS	VALOR	PARTICIPAÇÃO
RODRIGO MANTOVANI	5.000.000	R\$ 5.000.000,00	50%
JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA	5.000.000	R\$ 5.000.000,00	50%

Parágrafo Terceiro: Fica vedado aos sócios caucionar ou comprometer de qualquer forma suas quotas de capital, parcial ou integralmente.

Alteração Contratual da sociedade **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**

BT - 983342v4





Parágrafo Quarto: Os recursos mantidos nas contas de pagamentos, nos termos do art. 12 da Lei 12.865/2013: (i) constituem patrimônio separado, que não se confunde com o da Sociedade; (ii) não respondem direta ou indiretamente por nenhuma obrigação da Sociedade, nem podem ser objeto de arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer outro ato de constrição judicial em função de débitos de responsabilidade da Sociedade; (iii) não podem ser dados em garantia de débitos assumidos pela Sociedade; e (iv) não compõem o ativo da Sociedade, para efeito de falência ou liquidação judicial ou extrajudicial.

Por fim, informam os sócios que todas as demais Cláusulas do Contrato Social, que não foram objeto de alteração no presente instrumento, permanecem inalteradas quanto ao seu conteúdo. Decidem, por fim, consolidar o Contrato Social da Sociedade.

**“CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
“CONSOLIDAÇÃO”**

Cláusula 1ª – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

A Sociedade empresária limitada girará sob a denominação social de **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.** e terá sua sede social na Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Rua Calçada Canopo, nº 11, 2º Andar, Sala 3, Bairro Alphaville – Centro Apoio II, CEP 06.541-078.

- **Filial 01** – Rua Açú, nº 47, Térreo e 1º Pavimento - Sala A, Loteamento Alphaville Campinas, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13098-335, inscrita no CNPJ/MF 05.340.639/0002-10, sob o NIRE 35904344818, com número de arquivamento doc. 295.594/14-7, em sessão de 05/09/2014.

Cláusula 2ª – A Sociedade poderá abrir e extinguir filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos sócios mediante alteração contratual ou associar-se a outras sociedades.

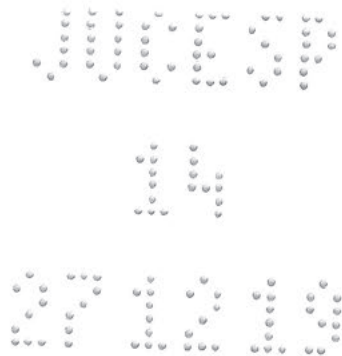
Cláusula 3ª – DO OBJETIVO SOCIAL DA SOCIEDADE

A Sociedade tem por objetivo social as seguintes atividades:

Alteração Contratual da sociedade **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**

BT - 983342v4





- a. Assessoria e Consultoria em gestão empresarial – CNAE 70.20/4-00;
- b. Emissão de vale refeição, vale alimentação, vale transporte e vale combustível – CNAE 82.99/7-02;
- c. Comércio Varejista de peças e acessórios novos para veículos automotores – CNAE 45.30/7-03;
- d. Intermediação comercial na venda de combustíveis, produtos alimentícios, móveis e equipamentos eletrônicos – CNAE 46.19/2-00;
- e. Incorporação de empreendimentos imobiliários – CNAE 41.10/7-00;
- f. Participação em outras sociedades empresariais – CNAE 64.63/8-00;
- g. Comércio Varejista de equipamentos e suprimentos de informática – CNAE 47.51/2-01;
- h. Aluguel de máquinas e equipamentos de escritório – CNAE 77.33/1-00;
- i. Prestação de Serviços de intermediação e Agenciamento de Serviços Negócios em Geral – CNAE 7490/1-04;
- j. Gerenciamento de frotas e gerenciamento de abastecimento de veículos automotores – CNAE 82.99/7-99;
- k. Serviço de cessão de direito de uso de software customizável – CNAE 62.02/3-00.
- l. Arranjo de pagamento de compra e transferência, com conta de pagamento pré-paga e para uso doméstico, nos termos dos artigos 8º ao 10, do Regulamento Anexo à Circular 3.682/2016, do Banco Central do Brasil. Integram a atividade de arranjo de pagamento, (i) a prestação de serviços de gestão de moeda eletrônica depositada conta de pagamento, na forma de carteira digital, inclusive para aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento, transferência originada de ou destinada a conta de pagamento, execução de remessa de fundos e conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica ou vice-versa; e (ii) a emissão de instrumento de pagamento e administração de cartões de crédito, débito, convênio e serviços, de emissão própria ou emitidos por terceiros – CNAE 62.04-0/00.

Parágrafo Único: A Sociedade explora atividade econômica empresarial organizada, sendo, portanto, uma sociedade empresária nos termos do artigo 966 caput e parágrafo único e artigo 982 do Código Civil.

Alteração Contratual da sociedade *PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.*

BT - 983342v4

[Assinatura]
4
[Assinatura]



JOÃO
MARCIO
OLIVEIRA
FERREIRA

Cláusula 4ª – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), representados por 10.000.000 (dez milhões) de quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

- c) **RODRIGO MANTOVANI** – possui 5.000.000 (cinco milhões) quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- d) **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA** – possui 5.000.000 (cinco milhões) quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Parágrafo Primeiro: De acordo com o art. 1.052 da Lei 10.406 de 10.01.2002, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas no capital social, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo Segundo: As quotas sociais, referente ao aumento de capital no valor de R\$ 1.150.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente deste país, detido em sua totalidade, pelos sócios **RODRIGO MANTOVANI**, na ordem de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) e **JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**, na ordem de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais), passando assim a totalizar capital social no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais, com adequação e formação de 10.000.000 (dez milhões) quotas, no valor de R\$ 1,00(um real) cada, na seguinte forma:

NOME	QUOTAS	VALOR	PARTICIPAÇÃO
RODRIGO MANTOVANI	5.000.000	R\$ 5.000.000,00	50%
JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA	5.000.000	R\$ 5.000.000,00	50%

Parágrafo Terceiro: Fica vedado aos sócios caucionar ou comprometer de qualquer forma suas quotas de capital, parcial ou integralmente.

Parágrafo Quarto: Os recursos mantidos nas contas de pagamentos, nos termos do art. 12 da Lei 12.865/2013: (i) constituem patrimônio separado, que não se confunde com o da Sociedade; (ii) não

Alteração Contratual da sociedade **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.**

BT - 983342v4

[Handwritten signature]
S



Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278093646>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-6
Data: 19/04/2021 09:06:33
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: AL253834-PHE3;



CN.J. 06.870-0

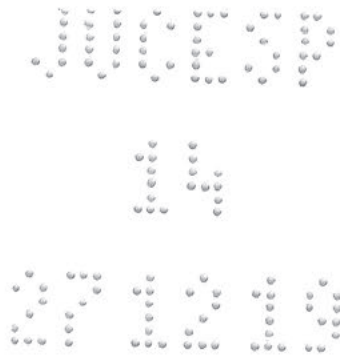
Cartório Azevêdo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Valber Azevêdo de M. Cavalcanti
Tribunal

TJPB





Parágrafo Terceiro: Os diretores, no exercício de suas funções, quando nomearem procuradores “ad judícia”, devem especificar claramente o mandato do procurador, da mesma forma procedendo com relação aos procuradores “ad negotia”.

Parágrafo Quarto: Fica vedado aos diretores o uso do nome Sociedade em avais, fianças, aceites e endossos de mero favor e de outros documentos estranhos ao objetivo social, sob pena de serem considerados nulos de pleno direito à responsabilidade social.

Parágrafo Quinto: O contrato poderá ser reformado no tocante à administração, por consenso dos sócios.

Parágrafo Sexto: Os diretores farão jus, individualmente, a uma retirada mensal a título de “pró-labore”, que será determinada de comum acordo entre os sócios, dentro das possibilidades financeiras da Sociedade.

Cláusula 7ª – DAS OBRIGAÇÕES DA SOCIEDADE

As políticas e procedimentos internos da Sociedade para controle e prevenção dos crimes previstos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, deverão ser aprovadas pela Diretoria da Sociedade e observarão as seguintes diretrizes: (i) elaborar um manual interno das políticas e procedimentos indicando as responsabilidades dos integrantes de cada nível hierárquico da instituição; (ii) contemplar a coleta e registro de informações tempestivas sobre clientes, que permitam a identificação dos riscos de ocorrência da prática dos mencionados crimes; (iii) definir os critérios e procedimentos para seleção, treinamento e acompanhamento da situação econômico-financeira dos empregados da Sociedade; (iv) incluir a análise prévia de novos produtos e serviços, sob a ótica da prevenção dos mencionados crimes; e (v) receber ampla divulgação interna.

Parágrafo primeiro: Os procedimentos internos devem incluir medidas prévia e expressamente estabelecidas que permitam confirmar as informações cadastrais dos clientes e identificar os beneficiários finais das operações e possibilitar a caracterização ou não de clientes como pessoas politicamente expostas.

Parágrafo segundo: A Sociedade deve observar política de governança, aprovada pela Diretoria, que aborde os aspectos relativos ao gerenciamento de riscos, gestão de patrimônio e à preservação do valor e da liquidez das moedas eletrônicas emitidas.

Parágrafo terceiro: A política de governança da Sociedade deve ser adequadamente documentada e submetida a revisões anuais, com a documentação mantida à disposição do Banco Central do Brasil; definir atribuições e responsabilidades; e garantir a independência das atividades de gerenciamento de riscos, inclusive mediante segregação entre a área operacional e a de gestão de risco.”

Alteração Contratual da sociedade PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

BT - 983342v4

7





Cláusula 8ª – DAS REUNIÕES DOS SÓCIOS

Anualmente, dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social, a Sociedade reunir-se-á na sede social, em dia e hora previamente anunciados, a fim de submeter aos sócios as contas da administração, cabendo-lhes a aprovação do Balanço Patrimonial, demais demonstrativos contábeis do exercício findo e destinação dos resultados do exercício.

Cláusula 9ª – A Reunião de Sócios torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que será objeto dela bastando, no caso do Balanço Patrimonial e demais demonstrativos contábeis, a assinatura de todos os sócios para considerar as contas do exercício, dispensando-se, neste caso, as formalidades das reuniões.

Cláusula 10ª – DO EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINO DOS RESULTADOS

O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que será levantado um Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados do exercício e demais demonstrações contábeis previstas na legislação. Após as deduções de Lei, os lucros líquidos apurados ou prejuízos verificados serão divididos ou suportados pelos sócios na proporção em que por eles se deliberar na reunião de Sócios podendo, em caso de lucros, serem incorporados ao capital por deliberação dos sócios.

Cláusula 11ª – Respeitados sempre os interesses maiores da Sociedade, a reunião de sócios poderá deliberar por levantar demonstrações contábeis intermediárias ou periódicas e, assim como no encerramento dos exercícios sociais, deliberar pela distribuição de lucros ou prejuízos em proporção diferente das quotas sociais possuídas por cada um dos sócios.

Cláusula 12ª – DAS QUOTAS SOCIAIS, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

Se um dos sócios desejar retirar-se da Sociedade, deverá comunicar essa intenção ao outro sócio, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, que em igualdade de condições, terá preferência na aquisição das quotas de capital do sócio retirante.

Cláusula 13ª – DO FALECIMENTO OU IMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

No caso de falecimento ou impedimento do sócio não administrador, a Sociedade não se dissolverá, continuando o seu negócio com o sócio administrador, o cônjuge e os herdeiros do falecido ou impedido. Não

Alteração Contratual da sociedade *PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.*

BT - 983342v4

[Handwritten signature]
8



1000
11
2020

havendo acordo nesse sentido, os haveres do sócio falecido ou impedido serão apurados em balanço especialmente levantados na ocasião e serão pagos aos seus herdeiros da forma que se combinar entre as partes, sempre levando em consideração os interesses sociais. Porém, a Sociedade se dissolverá no caso de falecimento ou impedimento do sócio administrador e o prazo de pagamento dos seus haveres não poderá ultrapassar o prazo de dois anos.

Cláusula 14ª – DA RESOLUÇÃO E DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

A Sociedade poderá ser dissolvida, desde que haja acordo entre os quotistas ou por disposição da lei. Depois de pagas as dívidas porventura existentes, o saldo será rateado entre os sócios na proporção de suas quotas.

Cláusula 15ª – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E FORO

Fica desde já eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cláusula 16ª – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Aos casos omissos deste contrato social, aplicar-se-ão as disposições da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e subsidiariamente o disposto na Lei 6.404/76.

Cláusula 17ª – Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade, nos termos do Artigo 1.011, § 1º, da Lei nº 10.406/2002, bem como, não se acha incurso na proibição de arquivamento previsto na Lei nº 8.934/94.”

Alteração Contratual da sociedade *PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.*

BT - 983342v4

[Handwritten signature]



Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904219278093646>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904219278093646-10
Data: 19/04/2021 09:06:34
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: AL253836-5825



CN.J. 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Valber Azevêdo de M. Cavalcanti
Tribunal

TJPB





CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35224557865	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 10/08/2010	INÍCIO DAS ATIVIDADES 03/07/2002	PRAZO DE DURAÇÃO PRAZO INDETERMINADO			
NOME COMERCIAL PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA						TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
C.N.P.J. 05.340.639/0001-30		ENDEREÇO CALCADA CANOPO			NÚMERO 11	COMPLEMENTO 2 ANDAR - SAL	
BAIRRO ALPHAVILLE		MUNICÍPIO SANTANA DE PARNAIBA	UF SP	CEP 06541-078	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 10.000.000,00	

OBJETO SOCIAL
COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO, EXCETO HOLDINGS INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME JOAO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA					
ENDEREÇO RUA DAS ABELIAS			NÚMERO 1414	COMPLEMENTO	
BAIRRO ALPHAVILLE DOM PEDR		MUNICÍPIO CAMPINAS	UF SP	CEP 13097-173	
CPF [REDACTED]	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS 5.000.000,00

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME RODRIGO MANTOVANI					
ENDEREÇO RUA JOAO LOPES VIEIRA			NÚMERO 81	COMPLEMENTO AP 44	
BAIRRO RES VILA BELLA DOM		MUNICÍPIO CAMPINAS	UF SP	CEP 13087-734	
CPF [REDACTED]	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS 5.000.000,00

FILIAIS	
NIRE	CNPJ

35904344818	05.340.639/0002-10		
ENDEREÇO RUA ACU	NÚMERO 47	COMPLEMENTO TERREO/1 PAV	
BAIRRO LOTEAMENTO ALPHAVIL	MUNICÍPIO CAMPINAS	UF SP	CEP 13098-335

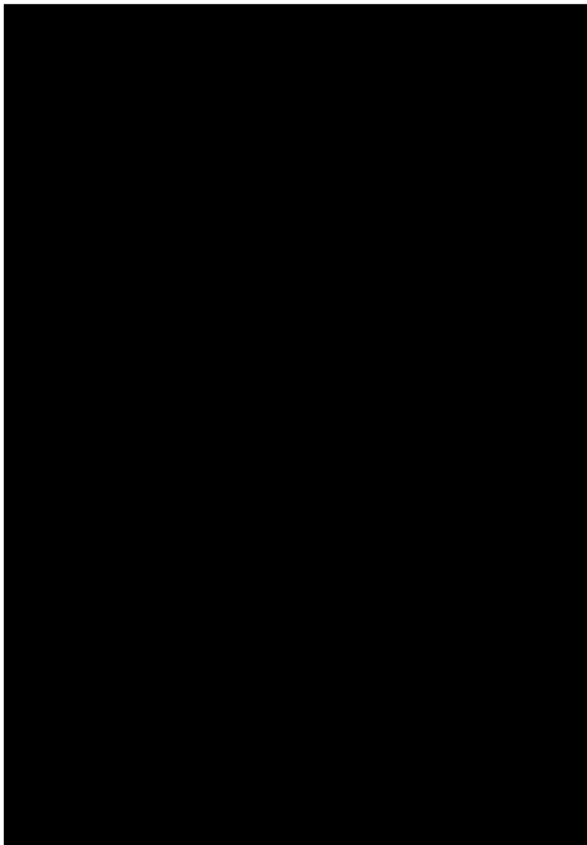
ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 21/07/2021	NÚMERO 320.578/21-5	
ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 30/04/2021. DA ORDEM DO DIA: TOMAR AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E O DE RESULTADO ECONOMICO RELATIVO AO EXERCICIO ENCERRADO DO ANO DE 2020.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35224557865 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 01/04/2022



documento
assinado
digitalmente

Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 169240979, sexta-feira, 1 de abril de 2022 às 16:01:16.



Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163022207216872611448>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163022207216872611448-1
Data: 22/07/2021 15:05:32
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALV31313-84UK;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<http://azevedobastos.not.br>

Válter Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em quinta-feira, 22 de julho de 2021 15:12:15 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021904213929820103>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163021904213929820103-1
Data: 19/04/2021 09:06:35
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALJ33390-55144



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<http://azevedobastos.not.br>

Válter Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163022503222194311821>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163022503222194311821-1
Data: 25/03/2022 14:04:28
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: 20185578-0001



CNS: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Título

TJPB



CBC CARTÓRIO DO DISTRITO DE BARÃO GERALDO José Maria de Almeida César Oficial - Tabelião Rua Nura Mussi de Camargo Penicado, 42 Barão Geraldo - Campinas / SP Fone: (19) 3749-7333 carioriohg@aol.com.br - www.cartoriohg.com.br

Reconheço por semelhança S/V 1 firma(s) de: *****
JOAO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA*****

Campinas 25 de março de 2022 Em Test _____ da verdade.

LUIZ FERNANDO ROGATTO DE CARVALHO - ESCRIVENTE
Custas: R\$ 7,50 Carimbo: 3161355
Selo(s): 0196AA-935815*****
*VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUT.



TAISA
MARSOLA
SPADUZANO:3
0395311829

Assinado de forma digital
por TAISSA MARSOLA
SPADUZANO:3039531182
9
Dados: 2022.03.25
11:56:51 -03'00'

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163022503222194311821>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 163022503222194311821-2
Data: 25/03/2022 14:04:28
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMS85531-91QS



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br
<https://azevedobastos.net.br>

Válber Azevêdo de M. Cravalcanti
Título: 34

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Venancio Luiz Gomes Fernandes, em sexta-feira, 25 de março de 2022 14:06:28 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163022604218595068330>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163022604218595068330-1
Data: 26/04/2021 10:32:59
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: A1J83065-5-2PC



CNS: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válter Azevêdo da M. Cavalcanti
Tutor

TJPB



Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163022604210323994856>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 163022604210323994856-1
Data: 26/04/2021 10:33:01
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: A1J83068-L3FC:



CNS: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-8404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válter Azevêdo da M. Cavalcanti
Tutor

TJPB





Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.340.639/0001-30 DUNS®: 89*****11
Razão Social: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 08/11/2022
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	09/10/2022
FGTS	Validade:	09/05/2022
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	10/10/2022

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	12/05/2022
Receita Municipal	Validade:	26/05/2022

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2022

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 13/04/2022 09:27

1 de 1

CPF: 371.237.288-40 Nome: RENATA NUNES FERREIRA

Ass: Anexo CADASTRO DE FORNECEDORES (034/665) SEI 19.09.02677.0006256/2022-467 pg. 37



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 01/04/2022 11:56:42

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**
CNPJ: **05.340.639/0001-30**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



01/04/2022

0056252656

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 6321426**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 31/03/2022, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ: 05.340.639/0001-30, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 1 de abril de 2022.

PEDIDO Nº:**0056252656**



**AO MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA
SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS**

NOME DA EMPRESA: MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA.

CNPJ: 27.284.516/0001-61

ENDEREÇO e TELEFONE: Av. Tancredo Neves, nº 450, Edf. Suarez Trade Center, Sala 2501, Caminho das Árvores. Cep. 41.820-020, Salvador, Bahia.

Telefone: 71.3340-1000/99186-5963/71.99186-2957

E-MAIL: henrique.avelino@maxifrota.com.br

Prezados Srs.

A MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA, vem respeitosamente apresentar cotação de preços para os serviços abaixo descritos:

1- PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: A proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

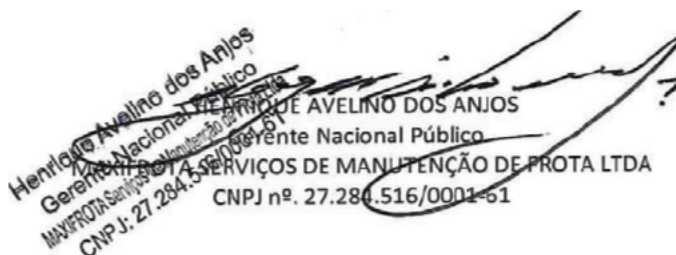
2 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: A MAXIFROTA cobrará Taxa de Administração de 0,00% (zero por cento) sobre pedido realizado.

3 - PLANILHA DE PREÇOS E QUANTIDADES:

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	ESTIMATIVA DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA EM 180 DIAS (R\$)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OFERTADA	VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO (COM A INCIDÊNCIA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO)
1	Serviços de controle e gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva de veículos, incluindo a administração das despesas com o fornecimento de peças, materiais e serviços correlatos.	25518	Taxa de Administração (%)	R\$ 450.000,00	0%	R\$ 450.000,00

Atenciosamente,

Salvador, 05 de abril de 2022.


Henrique Avelino dos Anjos
Gerente Nacional de Manutenção de Frota
MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA
CNPJ nº. 27.284.516/0001-61

MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA

Av. Tancredo Neves, Nº 450, Edf. Suarez Trade Center, Sala 2501, Caminho das Árvores. Cep. 41.820-020. Salvador – BA. Tel. 71.3340-1000.

CNPJ: 27.284.516/0001-61

Responder a todos Excluir Lixo Eletrônico Bloquear remetente ...

RES: COTAÇÃO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO.

📘 Você respondeu em Ter, 12/04/2022 11:13

ES

Evelyn Silva <evelyn.silva@linkbeneficios.com.br>

Seg, 11/04/2022 16:42

Para: Leonardo Borges Castellar Sampaio

Cc: Ana Gabriela Reis Nogueira Gonçalves; Karina Spadon da Silva <karina.silva@linkbeneficios.com.br>; Larissa Vagula <l

RES: CONTATO PARA POSSÍV...
82 KB

Boa tarde !

Sr. Leonardo, informo que não possuem interesse nessa contratação por dispensa.

At.te;

**Evelyn Silva | Contratos**

Tel. Direto: (19) 3114 2707 - WhatsApp: (19) 99695 9037

Celular: (19) 98204 0068 | 0800 940 2454

www.linkbeneficios.com.br

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade social e compromisso com o meio ambiente.

De: Leonardo Borges Castellar Sampaio <leonardo.sampaio@mpba.mp.br>

Enviada em: quinta-feira, 31 de março de 2022 17:08

Para: Evelyn Silva <evelyn.silva@linkbeneficios.com.br>

Cc: Ana Gabriela Reis Nogueira Gonçalves <ana.goncalves@mpba.mp.br>

Assunto: COTAÇÃO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO.

Prezados(as),

Em nome da Coordenação de Transportes do Ministério Público do Estado da Bahia, solicito, por gentileza, o envio de cotação para possível **contratação direta, por dispensa de licitação**, referente ao serviço de controle e gerenciamento da **manutenção preventiva e corretiva dos veículos** da frota do Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado, incluindo o serviço de administração das despesas com o fornecimento de peças, componentes, acessórios, materiais, produtos e serviços de toda ordem, a serem executados por uma Rede Credenciada de oficinas, centros automotivos e concessionárias, visando atender às necessidades do Ministério Público do Estado da Bahia, em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência anexo.

Solicito que a proposta seja enviada para o e-mail: LD-coordenacao.transportes@mpba.mp.br

Desde já, agradecemos pela colaboração.

Atenciosamente,

Leonardo Borges Castellar Sampaio.
Coordenação de Transportes.
Ministério Público do Estado da Bahia.
Tel.: (71) 3103-0180.

Responder | Responder a todos | Encaminhar

Responder a todos Excluir Lixo Eletrônico Bloquear remetente ...

RES: COTAÇÃO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO.

📘 Você respondeu em Qui, 07/04/2022 09:52

MM

MAYER Matheus <Matheus.MAYER@edenred.com>

Qui, 07/04/2022 09:30

Para: Leonardo Borges Castellar Sampaio

Cc: OLIVEIRA Guilherme <guilherme.oliveira@edenred.com>



Leonardo, bom dia!

A empresa decidiu por não participar da dispensa no momento, vamos aguardar a abertura da licitação par futura participação no certame.

Posteriormente podemos enviar cotação para participar da licitação.



De: Leonardo Borges Castellar Sampaio <leonardo.sampaio@mpba.mp.br>

Enviada em: quinta-feira, 31 de março de 2022 17:05

Para: MAYER Matheus <Matheus.MAYER@edenred.com>

Cc: Ana Gabriela Reis Nogueira Gonçalves <ana.goncalves@mpba.mp.br>

Assunto: COTAÇÃO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO.

Prezados(as),

Em nome da Coordenação de Transportes do Ministério Público do Estado da Bahia, solicito, por gentileza, o envio de cotação para possível **contratação direta, por dispensa de licitação**, referente ao serviço de controle e gerenciamento da **manutenção preventiva e corretiva dos veículos** da frota do Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado, incluindo o serviço de administração das despesas com o fornecimento de peças, componentes, acessórios, materiais, produtos e serviços de toda ordem, a serem executados por uma Rede Credenciada de oficinas, centros automotivos e concessionárias, visando atender às necessidades do Ministério Público do Estado da Bahia, em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência anexo.

Solicito que a proposta seja enviada para o e-mail: LD-coordenacao.transportes@mpba.mp.br

Desde já, agradecemos pela colaboração.

Atenciosamente,

Leonardo Borges Castellar Sampaio.
Coordenação de Transportes.
Ministério Público do Estado da Bahia.
Tel.: (71) 3103-0180.

Formulário de Informações Orçamentárias

Projeto / Ação / Atividade (número e nome):

2000 - Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos

Código da Unidade Orçamentária:

40101

Código da Unidade Gestora:

0003

Saldo Orçamentário:

3.467.002,16

Natureza da Despesa:

33.90.39.00

Responsável pela Informação:

MICHELA CORDEIRO DE ARAÚJO

Responsável pela Unidade Gestora:

MARIA AMALIA BORGES FRANCO

Número Sequencial da Dispensa / Inexigibilidade (Unidade Gestora):

41/2022 - DADM



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 02/05/2022, às 09:42, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0349175** e o código CRC **6A29E297**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Diretoria Administrativa,

Segue informações orçamentárias atualizadas extraídas do **FIPLAN/PLAN60** para a despesa conforme documento 0347375:

PAOE: 2000 - Manutenção de Serviços Técnico e Administrativo

Unidade Orçamentária: 40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência

Unidade Gestora: 0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público

Região/Fonte: 9900 - Estado / 0100 - Destinação

Elemento de despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Pessoa Jurídica

Saldo de dotação:

Disponível do mês: R\$ 3.467.002,16



Documento assinado eletronicamente por **Michela Cordeiro de Araújo** em 02/05/2022, às 09:56, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0349178** e o código CRC **18B7ADF8**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL - Coordenação de elaboração e acompanhamento de contratos e convênios,

Pelos motivos expostos no Documento de Oficialização de Demanda (0347463), da Coordenação de Transportes, bem como por haver disponibilidade orçamentária, conforme consta no Formulário de informações orçamentárias (0349175), esta Diretoria está de acordo com a referida despesa.

Para fiscalização contratual, serão indicados os servidores a seguir:

- Fiscal: Ana Gabriela Reis Nogueira Gonçalves, matrícula 353.057;
- Suplente: Leonardo Borges Castellar Sampaio, matrícula 352.766.

Maria Amalia Borges Franco
Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 02/05/2022, às 14:56, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0349688** e o código CRC **E92044CD**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO

Certificamos, para os devidos fins, que procedemos à consulta da situação da empresa contratada, **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, CNPJ 05.340.639/0001-30, e de seus respectivos sócios, no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs anexos - 0350625), não tendo sido encontrados registros neste sentido. Ressaltamos, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, que após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Thalita Brito Caldas
Assistente técnico-administrativo/Mat. 354181
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** em 03/05/2022, às 08:33, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0350622** e o código CRC **891F8AD9**.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 01/04/2022 0: 56:56S

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**
CNPJ **05.340.639/0001-30**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão q estor **TCU**
Cadastro **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, cliQue [AUI O](#)

Órgão q estor **CNJ**
Cadastro **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, cliQue [AUI O](#)

Órgão q estor **Portal da Transparência**
Cadastro **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, cliQue [AUI O](#)

Órgão q estor **Portal da Transparência**
Cadastro **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, cliQue [AUI O](#)

ú bs A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal 5º Lei nº 62.34, de 21 de abril de 2007, Lei nº 61.70, de 2h de junho de 2006, Lei nº 61.52h, de : de outubro de 2006: , Decreto nº: 64, de janeiro de 2006h.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **JOAO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 08:16:25 do dia 03/05/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 3TMN030522081625

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **RODRIGO MANTOVANI**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 08:16:00 do dia 03/05/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 0YLR030522081600

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (03/05/2022 às 08:17) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED].

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6271.0F55.A10A.B661 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (03/05/2022 às 08:19) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6271.0FA5.725C.C741 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ:

LIMPAR

Data da consulta: 03/05/2022 08:22:45
Data da última atualização: 02/05/2022 18:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							

Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica
CPF/CNPJ: 05340639000130
Tipo de Suspensao: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: ██████████
Tipo de Suspensão: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

Voltar



Comprasnet.Ba

Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar

Natureza Jurídica: Pessoa Física
CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX
Tipo de Suspensão: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

Voltar





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Ref.: Dispensa de Licitação – Serviços – Gerenciamento para fornecimento de combustível
Procedimento SEI nº 19.09.02677.0006256/2022-46

Encaminhamos o expediente à Coordenação de Licitação após análise preliminar do procedimento para contratação de serviços de serviços continuados de controle e gerenciamento da manutenção dos veículos que compõem a frota do Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado.

No ensejo, chamamos atenção aos seguintes aspectos identificados pela Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios, que precisam ser ajustados/esclarecidos pela unidade demandante:

No Documento de Oficialização:

1. Itens 3.2.6.1, 3.2.6.25.1, 3.2.6.25.2, 3.2.6.25.3, 3.2.6.25.5, 3.9.28 e Anexo III: fazem referência ao Apenso VII, não localizado no documento;
2. Item 3.2.6.25.4: Faz referência ao item 3.3.39, não localizado no documento;
3. Item 3.2.6.38: Substituir a expressão “desta licitação” por “desta contratação”;
4. Item 3.2.6.39: Substituir a expressão “da presente licitação” por “da presente contratação”;
5. Item 3.2.6.14.8: Faz referência ao item 3.3.25, não localizado no documento;

Salvador, 04 de maio de 2022.

Paula Souza de Paula Marques
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento
de Contratos e Convênios
Mat. nº 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 04/05/2022, às 13:01, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0352610** e o código CRC **774ED48A**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Em atenção ao quanto disposto no despacho retro, oriundo da DCCL - Contratos e Convênios (doc. 0352610), informamos que já foram realizados os ajustes apontados no Documento de Oficialização da Demanda, cuja versão atualizada segue anexa.

À Coordenação de Licitações para prosseguimento do processo.

Leonardo Borges Castellar Sampaio.

Assistente de Gestão II.

Coordenação de Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Borges Castellar Sampaio** em 05/05/2022, às 12:19, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0353404** e o código CRC **84E715D9**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando os ajustes procedidos pela unidade demandante, encaminhamos o expediente acompanhado de minuta de contrato elaborada por esta Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios para validação.

Após, solicitamos a devolução do expediente com despacho validando a minuta ou indicando ajustes a serem realizados.

Paula Souza de Paula Marques
Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 02/02/2025, às 14:01, conforme o Ato Ato nº 7, de 12 de Dezembro de 2015 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código Verificador **0354214** e o código CRC **DDAAB67B**.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXX/2022 - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.142.491/0001-66, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Welington Silveira Soares**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **XXXXXXXXXXXX**, CNPJ nº. **XXXXXXXXXX**, estabelecida à **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, representada por **XXXXXXXXXX**, CPF/MF nº **XXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no procedimento de Dispensa de Licitação nº 041/2022-DADM, protocolado sob o nº 19.09.02677.0006256/2022-46, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços continuados de controle e gerenciamento da manutenção dos veículos que compõem a frota do Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado, incluindo o serviço de administração das despesas com o fornecimento de peças, componentes, acessórios, materiais, produtos e serviços de toda ordem, referentes à manutenção preventiva e corretiva, que será executada por uma Rede Credenciada de oficinas, centros automotivos e concessionárias, visando atender às necessidades do Ministério Público do Estado da Bahia conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1 A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva ocorrerá por intermédio de rede credenciada de oficinas, centros automotivos e concessionárias;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO

2.1 O Regime de execução do presente Contrato é de Execução Indireta na modalidade Empreitada por Preço global;

2.2 Os serviços serão executados mediante implantação e operação de sistema eletrônico de gerenciamento, que deverá ser compatível com o ambiente seguro, operar via web (*on line*), incluindo o serviço de administração das despesas com fornecimento de peças, acessórios, componentes, materiais, produtos e serviços de toda ordem;

2.2.1 Os serviços relativos à manutenção da frota, a serem executados por meio de rede credenciada de oficinas, centros automotivos e concessionárias, devem abranger todas as



áreas e especialidades automotivas afetas à integridade dos veículos e relativos prevenção e correção de defeitos, tais como, serviços mecânicos, elétricos, de lanternagem, funilaria, pintura, borracharia, alinhamento, balanceamento, sistema de refrigeração e arrefecimento, incluindo análise, avaliação e diagnose, desmontagem, montagem, retificação, reparação, correção, restauração, reposição e conservação, transporte em suspenso por guincho, dentre outros;

2.2.2 A Rede Credenciada de Oficinas, centros automotivos e Concessionárias será composta por estabelecimentos localizados em Salvador/BA e nos municípios constantes do **Apenso I** deste instrumento;

2.2.3 A prestação dos Serviços objeto do contrato terá curso através da execução do controle e gerenciamento dos serviços de manutenção dos veículos do CONTRATANTE, sendo, a manutenção propriamente dita, executada por profissionais devidamente habilitados e treinados, em nível compatível com as atribuições delegadas, vinculados à Rede Credenciada da **CONTRATADA**.

2.2.3 O sistema informatizado a ser implantado pela **CONTRATADA** deverá ser compatível com o ambiente seguro, operar via WEB (*on-line*), interligar os locais de atendimento com o **CONTRATANTE**;

2.3 A **CONTRATADA** deverá implantar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da entrega da nota de empenho e instrumento contratual, o sistema de controle e gerenciamento das manutenções de veículos, de modo que o mesmo esteja em pleno funcionamento no prazo mencionado, garantindo-se que as manutenções possam ser executadas imediatamente após o término da vigência do contrato anteriormente celebrado pelo **CONTRATANTE**;

2.4 A implantação do sistema informatizado de gerenciamento e administração das manutenções dos veículos que compõem a frota do Ministério Público do Estado da Bahia, deverá contemplar as seguintes rotinas:

2.4.1 Cadastramento e registro de todos os veículos da frota oficial do **CONTRATANTE**;

2.4.2 Cadastramento de todos os usuários e gestores do sistema, indicados pelo **CONTRATANTE**, com seus respectivos níveis de acesso e habilitação para a aquisição de produtos e serviços junto à Rede Credenciada da **CONTRATADA**;

2.4.2.1 Os fiscais do contrato, designados pela administração através de Portaria, bem como os servidores indicados pela Gerência de Transportes do **CONTRATANTE**, deverão estar aptos a terem acesso, mediante login/senha, a funcionalidades do sistema que lhes permitam solicitar e analisar orçamentos, autorizar a execução de serviços, gerenciar e controlar prazos, gastos e demais variáveis inerentes à execução prática e financeira do contrato, inclusive para extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, com discriminação de custos e sem limitações quanto ao(s) período(s) solicitado(s);

2.4.2 Implantação e parametrização do sistema tecnológico de controle e gerenciamento dos serviços de manutenção;



2.4.3 Treinamento dos usuários e gestores indicados pelo **CONTRATANTE**;

2.4.4 Disponibilização da Rede Credenciada, capacitada para atender às exigências do contrato, em conformidade com o sistema de gerenciamento;

2.4.5 Fornecimento de manual ou tutorial de utilização do sistema em língua portuguesa;

2.5 O sistema informatizado para gerenciamento de administração das manutenções de que cuida o item 2.4 deverá atender ao seguinte:

2.5.1 Deverá ser disponibilizado para acessos e lançamentos pelos servidores indicados pela Coordenação de Transportes do **CONTRATANTE**, mediante cadastro prévio para acesso ao sistema;

2.5.2 O acesso e utilização do sistema serão precedidos de treinamento específico, nos termos do **item 2.4.3**, e obedecerão aos manuais e procedimentos que os acompanharem, sendo de responsabilidade da **CONTRATADA** a manutenção e ajustes que se mostrarem necessários à plena execução do objeto;

2.5.3 O sistema informatizado deverá possuir mecanismos de segurança que impeçam operações com veículos que não estejam cadastrados e transações com materiais ou serviços não autorizados;

2.5.4 Os fiscais do contrato, designados pela administração através de Portaria, bem como os servidores indicados pela Gerência de Transportes do **CONTRATANTE** deverão estar aptos a terem acesso ao Sistema Eletrônico de Gerenciamento da **CONTRATADA**, mediante uso de senhas (login/senha);

2.5.5 O Sistema Eletrônico de Gerenciamento deverá ser compatível com ambiente seguro, operar via web (on line), interligar os locais de atendimento com o **CONTRATANTE** e permitir, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

2.5.5.1 Possibilitar o acesso e lançamento de dados, informações e documentos pelo **CONTRATANTE** e pelos estabelecimentos da Rede credenciada da **CONTRATADA**;

2.5.5.2 Disponibilização, pela **CONTRATADA** e por sua Rede credenciada, de orçamentos detalhados e discriminados, nos termos do item 2.13.14 bem como, disponibilização de um banco de preços das peças e serviços utilizados pelo **CONTRATANTE**, a fim de utilizar essa ferramenta para otimizar, sempre que possível, o tempo de orçamentação e cotação dos serviços;

2.5.5.3 Realização de cotações via Internet;

2.5.5.4 Visualização da combinação mais econômica entre as cotações realizadas;

2.5.5.5 Controle de peças e serviços que ainda se encontram em garantia;

2.5.5.6 Possibilidade de definição de valores diferenciados para aprovação dos orçamentos;

2.5.5.7 Disponibilização de nota fiscal eletrônica com descrição detalhada de peças e



serviços prestados, a ser emitida em nome da **CONTRATADA**;

2.5.5.8 Indicação da Rede Credenciada para Manutenção dos veículos, especificando os serviços oferecidos e executados por cada estabelecimento;

2.5.5.9 Visualização, extração e impressão de relatórios de controle gerencial de gastos, serviços prestados, peças, acessórios, componentes, materiais e produtos utilizados nas manutenções.

2.5.6 A **CONTRATADA** deverá oferecer, durante toda a vigência contratual e sem custo adicional ao **CONTRATANTE**, suporte técnico (presencial ou por telefone) e acesso remoto, a serem realizados por profissional(is) devidamente autorizado(s) pela **CONTRATADA**, objetivando subsidiar o uso do sistema e a performance quanto aos indicadores de desempenho na gestão da frota;

2.6 A **CONTRATADA** fornecerá a relação das oficinas mecânicas multimarcas, centros automotivos, concessionárias e estabelecimentos congêneres, que fazem parte da sua **Rede Credenciada**, uma vez que as manutenções da frota de veículos do **CONTRATANTE** poderão ser efetuadas em qualquer município do território do Estado da Bahia ou Estado vizinho (se for mais econômico), em virtude de viagens a serem empreendidas, onde existam estabelecimentos da Rede Credenciada.

2.6.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, um mínimo de 50% do total dos estabelecimentos credenciados exigido em cada município conforme relação constante do **Apenso I**, devendo complementar o quantitativo, se for o caso, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

2.6.2 A Rede Credenciada da **CONTRATADA** deverá possuir capacidade de operação equipada para aceitar transações por meio do sistema de gerenciamento tecnológico que será implantado e deverá abranger, minimamente, todos os municípios indicados no **Apenso I** deste instrumento;

2.6.3 O credenciamento realizado para atender à capilaridade mínima exigida deverá ser capaz de atender a todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota do **CONTRATANTE** (observando as marcas, modelos e quantidades previstas no **Apenso II** deste instrumento), respeitando, inclusive, as condições técnicas de cada tipo de serviço;

2.6.4 Excepcionalmente, quando não for possível o credenciamento conforme as condições técnicas exigidas no **item 2.6.10**, tal circunstância deverá ser justificada pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, que deliberará quanto ao aceite da justificativa;

2.6.5 Naqueles Municípios em que o **CONTRATANTE** possua frota permanente de veículos oficiais, nos termos do **Apenso II deste instrumento**, a **CONTRATADA** deverá assegurar a existência de, pelo menos, 03 (três) estabelecimentos (oficinas, centros automotivos e/ou concessionárias) credenciados, a fim de viabilizar a necessária concorrência de mercado e o atendimento das demandas de manutenção dos veículos do **CONTRATANTE** nos locais de lotação;

2.6.5.1 Excepcionalmente, quando não for possível o credenciamento mínimo por cidade,



exigido no item anterior, tal circunstância deverá ser justificada pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, que deliberará quanto ao aceite da justificativa apresentada;

2.6.5.2 Especificamente na cidade de Salvador, onde está lotada a maior parte da frota de veículos do **CONTRATANTE**, com maior diversidade de tipos de veículos e, consequentemente, onde haverá uma maior demanda por serviços de manutenção, a **CONTRATADA** deverá garantir um maior número de oficinas, centros automotivos e concessionárias credenciados à sua Rede, de modo que o objeto contratual seja executado de forma eficiente e vantajosa economicamente, de acordo com as necessidades do **CONTRATANTE**;

2.6.6 Considerando a existência de veículos em garantia de fábrica, na frota do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá possuir, em sua Rede Credenciada, concessionárias autorizadas pelas montadoras a realizarem serviços atinentes a tais veículos, sejam aqueles serviços destinados à manutenção da garantia (tais como, as revisões periódicas) ou aqueles que devam ser realizados em concessionárias autorizadas para impedir a perda da garantia;

2.6.6.1 A **CONTRATADA** deverá credenciar concessionárias autorizadas, de todas as marcas dos veículos pertencentes à frota do **CONTRATANTE**, em todas as cidades do interior do Estado onde existirem concessionárias, de modo a facilitar as manutenções dos veículos que estiverem em período de garantia de fábrica e evitar custos com o deslocamento destes veículos;

2.6.6.2 Na hipótese de haver mais de uma concessionária autorizada por cada montadora, na mesma cidade ou microrregião, deverá haver o maior número de credenciamentos possível, de modo a possibilitar a existência de concorrência entre os orçamentos a serem ofertados;

2.6.7 Os estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA** deverão funcionar, minimamente, das 8 (oito) às 17 (dezessete) horas, de segunda a sexta-feira, e das 8 (oito) às 12 (doze) horas, aos sábados;

2.6.8 Caso o **CONTRATANTE** verifique a necessidade de credenciamento de novos estabelecimentos (oficinas, centros automotivos e/ou concessionárias) à Rede da **CONTRATADA**, esta se compromete a providenciar o credenciamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da notificação, sem custos adicionais para o **CONTRATANTE**.

2.6.8.1 Na hipótese de aquisição de veículos de marca(s) distinta(s) daqueles constantes na listagem geral de veículos, a **CONTRATADA** se compromete a providenciar (caso não possua ainda) o credenciamento de oficinas, centros automotivos e concessionárias autorizadas da(s) referida(s) marca(s), no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da notificação, sem custos adicionais para o **CONTRATANTE**;

2.6.9 A **CONTRATADA** deverá garantir que a Rede Credenciada possua os requisitos mínimos de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado para realização do objeto desta contratação;

2.6.10 As instalações prediais, dos estabelecimentos da Rede Credenciada, e todo o



aparelhamento necessário à execução dos serviços objetos da contratação deverão ser compatíveis com os tipos de veículos a serem mantidos, conforme as seguintes condições técnicas mínimas:

2.6.10.1 Área Reservada para serviço mecânico com elevador;

2.6.10.2 Área Reservada para serviço elétrico;

2.6.10.3 Área Reservada para serviço de funilaria;

2.6.10.4 Área Reservada para serviço de pintura;

2.6.10.5 Sala de espera;

2.6.10.6 Cobertura nas Áreas de Serviço;

2.6.10.7 Área fechada e com segurança para guarda dos veículos em manutenção;

2.6.10.8 Estufa para pintura no padrão exigido pelos fabricantes dos veículos;

2.6.10.9 Equipamento para alinhamento e balanceamento;

2.6.10.10 Equipamento de Check-Up;

2.6.10.11 Máquina de limpeza de bico injetor;

2.6.10.12 Aparelho para diagnóstico de Injeção;

2.6.10.13 Lâmpada de ponto eletroscópica;

2.6.10.14 Prensa para tirar rolamento e buchas;

2.6.10.15 Equipamento de retirada de motores.

2.6.11 O atendimento às condições técnicas mínimas poderá ser realizado através de um conjunto de estabelecimentos em cada município, desde que garantida a possibilidade de concorrência no mercado local;

2.7 A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, acessórios, componentes e materiais que se fizerem necessários, deverão ocorrer por intermédio dos estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA**, composta por oficinas multimarcas, centros automotivos e concessionárias, dentre outros, em caráter contínuo e ininterrupto, abrangendo todas as áreas e especialidades afetas à integridade dos veículos e relativos a manutenção preventiva e corretiva, análise, avaliação, diagnose, desmontagem, montagem, retificação, reparação, correção, restauração, reposição, complementação e conservação.

2.8 O fornecimento de peças, acessórios, componentes e outros materiais automotivos, pelos estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA**, independem da execução de serviços



de manutenção e vice-versa, podendo haver solicitações que requeiram, concomitantemente, execução de serviços e fornecimento de materiais;

2.9 Os estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA** deverão disponibilizar o serviço de transporte de veículos em suspenso, por guincho, que será solicitado mediante conveniência e necessidade do **CONTRATANTE**, **exclusivamente** nas hipóteses em que não for possível e/ou cabível a utilização do serviço de guincho prestado por meio do contrato de seguro dos veículos da frota do **CONTRATANTE**;

2.10 A manutenção preventiva compreende todos os serviços executáveis em oficinas multimarcas, centros automotivos, concessionárias ou estabelecimento congênere, e consistem na revisão periódica dos veículos de acordo com os planos de manutenção preventiva constantes dos manuais fornecidos pelas montadoras, para cada modelo, com a finalidade de avaliar as condições de funcionamento dos veículos, além de detectar desgastes em acessórios, peças e outros elementos;

2.10.1 São exemplos de manutenção preventiva: troca de pneus, protetores e câmaras; aplicação de películas; alinhamento e balanceamento de rodas; troca de óleo do motor, câmbio, diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento, filtro de óleo, de ar e de ar condicionado; lubrificação de veículos; reposição de palhetas de limpador, correias de alternador/gerador; substituição de itens do motor; limpeza de motor e de bicos injetores; regulagem de bombas e bicos injetores; troca de lonas e pastilhas de freio, mangueiras; outros serviços constantes no manual dos veículos/equipamentos;

2.11 A manutenção corretiva compreende todos os serviços executáveis em oficinas multimarcas, centros automotivos, concessionárias ou estabelecimento congênere, e consiste na correção de defeitos, danos ou problemas aleatórios, resultantes do desgaste e ou deficiências de operação, manutenção ou fabricação, de modo a garantir o perfeito funcionamento dos veículos;

2.11.1 São exemplos de manutenção corretiva: serviços de retífica de motor; montagem e desmontagem de jogo de embreagem; serviços de instalação elétrica; serviços do sistema de injeção eletrônica; capotaria; tapeçaria; funilaria; vidraçaria; pintura; serviços no sistema de arrefecimento; serviços no sistema de ar-condicionado; dentre outros da espécie.

2.12 As solicitações, pelos usuários cadastrados pelo **CONTRATANTE**, para a realização de serviços de manutenção ou aquisição de peças/materiais automotivos, junto à Rede Credenciada da **CONTRATADA**, deverão ocorrer através da utilização de sistema próprio informatizado e integrado de gestão, com autorização de consumo mediante senha específica;

2.13 A execução de qualquer serviço de manutenção preventiva ou corretiva (incluindo o fornecimento de peças e demais itens automotivos correlatos, quando cabíveis) pressupõe a apresentação prévia, pela **CONTRATADA**, de um mínimo de 03 (três) orçamentos/cotações, através do Sistema de Gerenciamento disponibilizado, os quais, serão analisados pelos fiscais do contrato, ou pelos servidores indicados pela Gerência de Transportes do **CONTRATANTE**, antes de autorizar a execução do serviço, sem o que não deverá ser executado, sob pena de não se efetuar o respectivo pagamento;

2.13.1 Quando identificada demanda de serviço de manutenção pelo **CONTRATANTE**, o veículo



será encaminhado a um dos estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA**, o qual terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis para fornecer um orçamento, discriminando os serviços a serem executados e as peças a serem substituídas, constando os valores de cada item orçado, bem como o valor total do orçamento;

2.13.2 Quando da realização do orçamento inicial, a **CONTRATADA** garantirá, ao **CONTRATANTE**, por meio de representante autorizado, a possibilidade de analisar os termos da avaliação realizada no veículo, visando a aprovação prévia dos serviços indicados, bem como, da relação de peças a serem substituídas;

2.13.3 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, após a realização do orçamento inicial, no mínimo mais 02 (dois) orçamentos, baseados no primeiro, obtidos junto aos demais estabelecimentos da sua Rede Credenciada;

2.13.4 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, num prazo de três meses a contar do início do contrato, um banco de preços das peças e serviços utilizados pelo **CONTRATANTE**, a fim de utilizar essa ferramenta para otimizar, sempre que possível, o tempo de orçamentação e cotação dos serviços, sendo permitida a utilização deste banco de preços para suprir a exigência prevista no item anterior;

2.13.5 Os preços orçados constantes no banco de preços terão validade máxima de 90 (noventa) dias, não excluindo a possibilidade de novas cotações sempre que necessário;

2.13.6 Para a análise e aprovação dos orçamentos, poderão ser considerados os valores referenciais constantes na base de dados do próprio sistema, obtidos a partir do histórico das manutenções realizadas pela Rede Credenciada (banco de preços), com base no tipo de veículo, marca, modelo e cidade/região, para que, antes da necessária aprovação, permita ao gestor do contrato a aferição dos valores orçados, a fim de constatar se estão de acordo com os preços médios praticados pelo mercado;

2.13.7 Excepcionalmente, poderá, a **CONTRATADA**, disponibilizar quantidade inferior aos 03 (três) orçamentos exigidos, nas hipóteses em que não haja quantitativo suficiente de estabelecimentos credenciados que prestem o serviço necessitado no município em que for demandada a execução da manutenção, circunstância que deverá ser declarada e comprovada expressamente;

2.13.8 O **CONTRATANTE** analisará os orçamentos para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, observando os respectivos custos, a necessidade da execução total ou parcial dos serviços propostos, bem como o prazo de execução indicado. Após esse exame, o **CONTRATANTE** poderá autorizar a execução dos serviços, devendo ser autorizado, sempre que possível, o orçamento de menor valor ou o mais vantajoso para a Administração, conforme o caso;

2.13.9 Os preços cobrados pelas peças, acessórios, componentes, materiais, produtos e serviços relativos à manutenção preventiva e corretiva realizada na Rede Credenciada de oficinas, centros automotivos, concessionárias e estabelecimentos congêneres deverão ser compatíveis com os preços de mercado praticados no Estado da Bahia em cada localidade;



2.13.10 É vedada a cobrança de preço superior ao cobrado para o consumidor geral, sendo vedada a cobrança de taxa adicional diferenciada em razão do uso do sistema de gerenciamento da **CONTRATADA**;

2.13.11 O **CONTRATANTE** reserva-se no direito de realizar pesquisas de mercado sobre os preços das peças, acessórios, componentes, materiais, produtos e serviços relativos à manutenção preventiva e corretiva, repassados pela **CONTRATADA** nas faturas mensais, a fim de verificar a adequação destes aos valores praticados no mercado local;

2.13.12 O controle dos preços das peças, acessórios, componentes, materiais, produtos e serviços relativos à manutenção preventiva e corretiva, cobrados em razão do contrato deverá ser realizado pelos fiscais e gestores do contrato com base nos relatórios de parametrização dos valores e outros recursos do sistema de gerenciamento informatizado que deverão ser disponibilizados pela **CONTRATADA**, em comparação com as pesquisas periódicas dos preços de mercado, de forma a selecionar as oficinas, centros automotivos, concessionárias e estabelecimentos congêneres que cobram os menores preços;

2.13.14 A **CONTRATADA** disponibilizará ao **CONTRATANTE** os orçamentos com, no mínimo, a discriminação dos seguintes itens:

2.13.14.1 Número do contrato;

2.13.14.2 Placa marca e modelo do veículo;

2.13.14.3 Descrição de todos os serviços a serem executados;

2.13.14.4 Preço da mão-de-obra para cada tipo de serviço;

2.13.14.5 Discriminação das peças e materiais a serem aplicados, com as respectivas marcas, preços e garantias;

2.13.14.6 Para os lubrificantes e fluidos aplicados: quantidade de litros por tipo (conforme especificação do fabricante do veículo), e preço do litro;

2.13.14.7 Prazo para execução dos serviços e entrega do veículo;

2.13.14.8 Eventual existência de peça ou serviço em garantia, obedecido o disposto no item 2.13.29.

2.13.15 Se durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviço, peças ou demais itens automotivos, a **CONTRATADA** deverá informar o fato ao **CONTRATANTE**, atualizando o respectivo orçamento e submetendo-o à nova aprovação, obedecidas as regras estabelecidas neste instrumento e o prazo referido nos **itens 2.13.1 e 2.13.3**.

2.13.16 O prazo para execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva será aquele constante do orçamento aprovado pelo **CONTRATANTE**, e terá como termo inicial a data do recebimento da aprovação do orçamento pela **CONTRATADA**;



2.13.17 Após a aprovação do orçamento, a oficina da Rede Credenciada da **CONTRATADA** deverá iniciar imediatamente a execução dos serviços orçados, minimizando o tempo de permanência do veículo na oficina;

2.13.18 Pedidos de prorrogações de prazos somente serão admissíveis antes do termo final do prazo originalmente consignado, mediante justificativa e respectiva comprovação de fato superveniente, aceito pelo **CONTRATANTE**;

2.13.19 O **CONTRATANTE** poderá autorizar o prolongamento do prazo de execução nos casos justificados pela **CONTRATADA** e conforme condições a seguir:

2.13.19.1 A **CONTRATADA** deverá informar imediatamente ao **CONTRATANTE**, por escrito, os casos fortuitos ou motivos de força maior, para que possam ser considerados;

2.13.19.2 O **CONTRATANTE** após análise de cada caso apresentado, informará a **CONTRATADA** se aceita ou recusa os motivos alegados, aplicando, a seu exclusivo critério, no caso de recusa, as penalidades previstas no Contrato, após o competente processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

2.13.20 Em casos excepcionais e mediante solicitação devidamente justificada, a **CONTRATADA**, através de sua Rede Credenciada, deverá garantir a execução de reparos e manutenção corretiva em veículos, dentro das sedes do **CONTRATANTE**, quando o veículo apresentar defeitos mecânicos que o impeça de trafegar;

2.13.21 A **CONTRATADA**, através do estabelecimento credenciado para a realização de cada serviço, fica obrigada a efetuar a vistoria de cada veículo, na presença de preposto do **CONTRATANTE**, no ato da entrega e devolução do mesmo, fazendo constar em relatório, dentre outras coisas: a identificação do veículo, descrição sucinta do defeito relatado ou serviço solicitado, quilometragem, nível de combustível, o estado geral de conservação, se há arranhões, moissas ou batidas, situação do estofado, pneus, acessórios dos veículos (aparelho de som, chave de roda, macaco, extintor, triângulo e pneu de socorro, dentre outros) e qualquer anormalidade identificada. O Relatório de vistoria deverá ser emitido em duas vias e assinado pelas partes nas duas fases, entrega e devolução do veículo;

2.13.22 A **CONTRATADA**, através do estabelecimento credenciado que efetuou o serviço, comunicará ao **CONTRATANTE** a sua conclusão, ficando o **CONTRATANTE** responsável em indicar preposto para vistoriar o veículo e avaliar a execução dos serviços, a correta aplicação de peças e acessórios e o estado geral do mesmo, bem como retirá-lo da oficina, ficando esclarecido que o veículo deverá ser entregue limpo, sem quaisquer resquícios ou sujeiras oriundas da execução dos serviços de manutenção realizados, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

2.13.23 Caso não ocorra o aceite do veículo, por defeito ou falha na execução do serviço de manutenção, o **CONTRATANTE** fará o respectivo registro e a **CONTRATADA** deverá assegurar a correção das anormalidades apontadas, pelo estabelecimento credenciado que executou o serviço, ou por outro que assim designe, sem ônus para o **CONTRATANTE** e em prazo não superior à metade do estabelecido no orçamento original aprovado;

2.13.24 Se o(s) orçamento(s) for(em) rejeitado(s), caberá ao Gestor de Execução manter



contato com o Representante da **CONTRATADA**, com vistas a manter entendimentos de adequação, para limitar o orçamento aos valores levantados no mercado local da realização do serviço.

2.13.24.1 O **CONTRATANTE**, a seu exclusivo critério, poderá autorizar a realização parcial do orçamento escolhido, tanto no que tange à aquisição de peças quanto à realização de serviços;

2.13.24.2 Não se admitirá faturamento de serviços que não tenham sido aprovados expressamente pelo **CONTRATANTE**;

2.13.24.3 Caso se verifique que o orçamento encontrado pela **CONTRATANTE** seja inferior ao menor orçamento apresentado pela **CONTRATADA**, esta deverá ajustar os valores ofertados, limitando-os à média encontrada entre o menor valor ofertado pela **CONTRATADA** e o menor valor encontrado pela **CONTRATANTE** em pesquisa de mercado.

2.13.25 As peças e demais itens automotivos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, não reconicionados e dos mesmos fabricantes das peças originais do veículo, devendo, a **CONTRATADA**, entregar, quando da finalização dos serviços, as embalagens acompanhadas dos respectivos termos de garantia;

2.13.25.1 Excepcionalmente, poderá ser admitida a utilização de peças e demais itens automotivos produzidos por outros fabricantes, desde que previamente autorizado pelo **CONTRATANTE**.

2.13.26 Deverão ser aplicados nos veículos apenas fluidos e lubrificantes dos tipos especificados pelos fabricantes dos veículos;

2.13.27 A **CONTRATADA**, por meio dos estabelecimentos da sua Rede Credenciada, deverá devolver ao **CONTRATANTE** as peças, acessórios e/ou demais itens automotivos que forem substituídos por ocasião dos serviços executados, no momento da conferência e recebimento do veículo;

2.13.28 A **CONTRATADA** será responsável pelos veículos que estejam nas instalações da sua Rede Credenciada para a manutenção/reparo até a entrega definitiva do veículo ao **CONTRATANTE**, em conformidade com o quanto registrado no Relatório de Vistoria;

2.13.29 A **CONTRATADA**, por sua Rede Credenciada, deverá conceder garantia pelos Serviços de Manutenção executados, a contar da data da conclusão do serviço, conforme segue:

2.13.29.1 para os serviços de manutenção e reparo de, no mínimo, 90 (noventa) dias;

2.13.29.2 para as peças de reposição aplicadas de, no mínimo, 90 (noventa) dias, ou aquela informada pelo fabricante, a que for maior;

2.13.29.3 para os serviços de pintura e funilaria de, no mínimo, 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, desde que os defeitos não decorram de influências externas anormais de origem química ou mecânica;

2.13.30 Na hipótese de o veículo apresentar o mesmo vício/defeito ou necessitar de reposição



da mesma peça/material, durante o respectivo período de garantia, o **CONTRATANTE** comunicará formalmente o ocorrido à **CONTRATADA**, que deverá providenciar imediatamente o devido reparo e/ou substituição;

2.13.31 Se o(s) veículo(s) vier(em) a apresentar o(s) mesmo(s) defeito(s), dentro do prazo de garantia, a contagem desse prazo será reiniciada, a partir da data em que o(s) veículo(s) for(em) devolvido(s) devidamente reparado(s);

2.13.32 A condução dos veículos só poderá ser efetuada por preposto da Rede Credenciada da **CONTRATADA**, devidamente habilitado e sob sua responsabilidade civil e criminal por quaisquer danos causados ao **CONTRATANTE** ou a Terceiros, para fins de diagnósticos e testes vinculados à execução dos serviços no veículo do **CONTRATANTE**;

2.13.33 A **CONTRATADA** deverá ressarcir ao **CONTRATANTE**, por qualquer dano ou prejuízo causado durante a realização dos serviços nos estabelecimentos da sua Rede Credenciada, inclusive aqueles havidos em decorrência de sinistros ocasionais (enchentes, incêndios, desabamentos, inundações, furto, roubo etc.);

2.14 O quantitativo de veículos pertencentes à frota do **CONTRATANTE** poderá ser alterado no decorrer da vigência do contrato, em função de baixas ou aquisições de novos veículos;

2.15 A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhe forem delegadas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**;

2.16 A realização de serviços cobertos pela garantia de fábrica não ensejará a cobrança de taxa pela **CONTRATADA**;

2.17 O recebimento do objeto contratual ficará sob a responsabilidade de um representante da Coordenação de Transportes da Diretoria Administrativa do **CONTRATANTE**, em conjunto com o fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, caso este não seja integrante daquela unidade;

2.18 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.18.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a refazer os serviços no prazo de 03 (três) dias úteis;

2.18.2 O prazo para o recebimento provisório será de 05 (cinco) dias, contados da entrega do relatório de manutenções de que cuida o **item 6.1.4**;

2.19 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005, observando-se o prazo de 05 (cinco) dias corridos;

2.20 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se



ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Gestora	Unidade	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/0003		2000	9900	100	33.90.39

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 O valor a ser pago à **CONTRATADA** corresponderá ao valor total dos produtos e serviços efetivamente adquiridos/consumidos pelo **CONTRATANTE** nos estabelecimentos credenciados durante a periodicidade faturada (conforme **cláusula sexta** do presente instrumento), subtraindo-se o valor da taxa percentual de **14,00%** (**quatorze** por cento), correspondente à taxa de desconto pactuada;

4.2 Para efeito de previsão, dá-se ao presente contrato o valor global anual estimado de R\$ **387.000,00** (**trezentos e oitenta e sete mil reais**);

4.2.1 O valor global anual é meramente estimativo, não cabendo à **CONTRATADA**, portanto, quaisquer direitos de cobrança caso o montante estipulado neste item não seja atingido durante a vigência deste instrumento, porquanto o pagamento ocorrerá em razão da quantidade de aquisições/serviços efetivamente realizados;

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, depreciação, licenças, alvarás, seguros, aluguéis, administração, tributos e emolumentos;

4.3.1 Incluem-se, ainda, nos preços definidos neste instrumento e, consequentemente, nos valores a serem pagos à **CONTRATADA**, conforme disciplinado no **item 4.1**, todos os custos relativos a:

4.3.1.1 A disponibilização, implantação e manutenção do sistema de administração e gerenciamento dos serviços de manutenção de frota;

4.3.1.2 A manutenção e ampliação da rede de estabelecimentos credenciados junto à **CONTRATADA**.



4.4 Não estão abrangidos nos valores devidos à **CONTRATADA**, não sendo devidos à mesma, os custos relativos aos serviços realizados conforme cobertura de garantia de fábrica, uma vez que, nos termos do **item 2.16**, não ensejam a cobrança de taxa pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, mediante solicitação devidamente motivada da Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS

6.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado quinzenalmente e o pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de:

6.1.1 Fatura, contendo a discriminação das despesas consignadas em sistema durante o período faturado;

6.1.2 Certidões negativas e de regularidade cabíveis, comprobatórias da manutenção das condições de qualificação e habilitação exigidas pela legislação em vigor;

6.1.3 Relatório das manutenções realizadas nos veículos da frota do Ministério Público do Estado da Bahia no período de referência da fatura;

6.2 Toda a documentação deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**, e o pagamento se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de respectiva apresentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.2.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.3 As faturas far-se-ão acompanhar, igualmente, da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos, que tenham como fato gerador o objeto consignado na **CLÁUSULA PRIMEIRA**;

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora,



será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no item 6.2.1.

6.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 O percentual estabelecido como taxa de desconto, ofertada pela **CONTRATADA**, não é passível de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, ante as peculiaridades do objeto contratado, em relação ao qual não há definição prévia (inicial) de valores individuais de bens e/ou serviços passíveis de contratação. Considerando que os preços finais de cada um dos serviços/aquisições autorizados são definidos somente no momento da elaboração de cada orçamento (conforme preço de mercado verificado à época), não há configuração da hipótese legal de corrosão de valor inicial dos custos de insumos utilizados na execução.

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, a começar em 15 de maio de 2022 e a terminar em 11 de novembro de 2022.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9 Além das determinações contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste contrato e no processo de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

9.1 Promover a execução contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes deste instrumento, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, indisponibilidade de sistema, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças:



9.2 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o Ministério Público do Estado da Bahia;

9.2.1 É vedada a subcontratação, ainda que parcial, dos serviços que compõem o objeto contratual;

9.3 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato;

9.4 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato, devendo assegurar que todos os estabelecimentos de sua rede credenciada igualmente o façam;

9.5 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.5.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

9.6 Respeitar e fazer com que os seus empregados/ prepostos, assim como os da rede credenciada respeitem as normas gerais de segurança do trabalho, identificação, disciplina e outros regulamentos vigentes perante o **CONTRATANTE**, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços objeto deste Contrato;

9.7 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços e bens, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.8 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, causados por ação/omissão própria ou de sua rede credenciada, por culpa ou dolo, bem como aqueles ocorridos em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade;

9.9 Não introduzir, seja a que título for, qualquer modificação na especificação do objeto contratado, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

9.10 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de licitação que o originou, providenciando sua correção, substituição ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

9.11 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do contrato, e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.



9.12 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.13 Promover o imediato afastamento, da execução do objeto contratual, de qualquer empregado cuja permanência se demonstre em desacordo com este instrumento, ou, ainda, com a moralidade e a ética, correndo, por exclusiva conta da **CONTRATADA**, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;

9.14 Ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao **CONTRATANTE** no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

9.15 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.16 Fornecer toda mão de obra, equipamentos, ferramentas, insumos, materiais e transportes necessários à execução plena dos serviços objeto deste contrato, diretamente ou através dos estabelecimentos disponibilizados em sua rede credenciada;

9.17 Responsabilizar-se, exclusivamente, perante o **CONTRATANTE**, pela guarda e integridade dos veículos em que estiverem sendo executados serviços, garantindo, assim, quaisquer prejuízos que porventura vierem a ocorrer em veículos do **CONTRATANTE**;

9.18 Assegurar uma rede permanente e efetiva de comunicação através de telefone, e-mail, e/ou outros meios de comunicação disponíveis para atender a qualquer necessidade de contato por parte do Ministério Público do Estado da Bahia;

9.19 Manter, durante a vigência do Contrato, escritório na Cidade de Salvador ou Região Metropolitana, próprio ou de representação, com designação de preposto que detenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução dos serviços, que seja responsável pelo bom andamento dos mesmos e possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

Disponibilizar, durante a vigência do Contrato, um preposto para atendimento remoto, com competência para solucionar possíveis falhas durante a execução do contrato, podendo, se necessário, ser convocado para comparecer presencialmente em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, no local designado, de acordo com as necessidades do **CONTRATANTE**;

9.20 Pagar pontualmente os estabelecimentos que compõem a sua Rede Credenciada, pelos serviços e fornecimentos constantes dos orçamentos previamente aprovados e efetivamente despendidos em favor do **CONTRATANTE**;

9.20.1 Em nenhuma hipótese o **CONTRATANTE** responderá solidária ou subsidiariamente por pagamentos devidos pela **CONTRATADA** à sua rede credenciada, os quais são de total e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**;



9.21 Disponibilizar, sem ônus ao **CONTRATANTE**, o sistema que viabilize o controle e gerenciamento dos serviços objeto de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do **CONTRATANTE**, responsabilizando-se pela produção e manutenção do sistema em questão, incluindo, mas não limitando, equipamentos, servidores, hospedagem das aplicações do sistema em site próprio, manutenção das bases de dados, procedimentos de instalação, migração, backup, recuperação, segurança, treinamento a usuários finais, ambiente e softwares operacionais, e quaisquer outras atividades, softwares, hardwares ou serviços necessários à produção e operação plena do sistema com todas as suas funcionalidades previstas;

9.22 Observar os prazos de atendimento, de execução de serviços e/ou de fornecimento de peças, componentes e acessórios, definidos no momento da realização do orçamento;

9.23 Facultar ao **CONTRATANTE** pleno acesso às informações do Sistema, inclusive para extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos, conforme parâmetros a serem definidos pelo **CONTRATANTE**, não podendo haver limitações para qualquer período solicitado;

9.24 Disponibilizar manual de utilização do sistema em língua portuguesa;

9.25 Treinar e capacitar os servidores indicados pelo **CONTRATANTE** para utilizar todos os recursos do sistema;

9.26 Disponibilizar, sem ônus à **CONTRATANTE**, as atualizações das funcionalidades do software;

9.27 Promover o cadastramento dos servidores e gestores do **CONTRATANTE** que terão acesso ao sistema, bem como responsabilizar-se pela troca da senha dos mesmos em caso de desligamento, férias ou troca de departamentos;

9.28 Planejar, em conjunto com a Coordenação de Transporte do **CONTRATANTE**, a inclusão de novos estabelecimentos à sua rede de credenciadas, visando reduzir as deficiências quanto à capilaridade da rede existente;

9.29 Manter atualizada a listagem de estabelecimentos credenciados, encaminhando comunicado formal ao **CONTRATANTE** sempre que houver alteração;

9.30 Autorizar a realização dos serviços e/ou aquisições de peças e/ou insumos junto aos estabelecimentos credenciados, imediatamente após a aprovação de cada orçamento pelo **CONTRATANTE**;

9.31 Possuir rede credenciada com capacidade de operação equipada para aceitar transações do sistema tecnológico da **CONTRATADA**, minimamente em todos os municípios onde o **CONTRATANTE** mantém veículos, conforme as quantidades mínimas constantes do **Apenso I** deste instrumento;

9.31.1 Credenciar, em caso de existência de veículo dentro da garantia de fábrica que necessite de serviço não coberto pela garantia, Concessionárias autorizadas para a execução do referido serviço;



9.31.1.2 Em caso de haver mais de uma Concessionária da mesma marca na cidade ou região, deverão ser todas credenciadas para proporcionar a livre concorrência, como nos veículos fora de garantia;

9.32.2 Credenciar concessionárias, oficinas e centros automotivos nas localidades a serem definidas pelo **CONTRATANTE** de acordo com as futuras necessidades de serviços de manutenção;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.1 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.2 Solicitar à **CONTRATADA** a disponibilização de perfis/logins e senhas de acesso ao sistema informatizado na quantidade suficiente para o completo gerenciamento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de toda a sua frota oficial de veículos;

10.3 Receber da **CONTRATADA** as senhas e guias de utilização do sistema informatizado de gestão, promovendo as cabíveis alterações/atualizações (caso necessário) e posterior distribuição, única e exclusivamente aos responsáveis pela condução/coordenação dos veículos da sua frota oficial;

10.4 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA e SEXTA**;

10.5 Permitir o acesso dos empregados autorizados da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

10.6 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.7 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de execução, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre



as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

11.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

11.2.2 Transmitir, à **CONTRATADA**, instruções e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;

11.2.3 Dar imediata ciência a seus superiores dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

11.2.4 Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;

11.2.5 Promover a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

11.2.6 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

11.2.7 Fiscalizar a obrigação da **CONTRATADA** de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

11.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

11.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços e/ou fornecimentos que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

11.4.1 Qualquer serviço ou fornecimento considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

11.4.2 A não aceitação de algum serviço ou fornecimento, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;



11.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

11.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da assinatura do contrato, garantia de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do art. 136 da Lei Estadual nº 9.433/2005;

12.1.1 Na hipótese de exigência do instrumento contratual por instituição financeira para a emissão de apólice, quando for o caso, a **CONTRATADA** terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato, para o cumprimento da exigência mencionada no **item 12.1**;

12.1.2 A ausência de apresentação da garantia pela **CONTRATADA**, no prazo estipulado nesta cláusula, se configura como hipótese de pendência impeditiva do pagamento, nos termos dos **itens 6.2 e 6.2.1** deste instrumento, sem prejuízos das sanções contratuais e legais aplicáveis à matéria, em especial o artigo 167, incisos III e X, da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005;

12.2 A garantia, em qualquer das modalidades, responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais;

12.2.1 A **CONTRATADA** fica obrigada a, durante toda a vigência do contrato, reforçar o valor da garantia sempre que esta for utilizada para o adimplemento de obrigações e/ou multas;

12.3 A garantia, quando prestada nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ser emitida por instituição devidamente habilitada/credenciada pelo Banco Central para tal mister, e somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no **item 12.7**, devendo ser renovada a cada eventual prorrogação do mesmo;

12.4 Caso haja a celebração de aditivo/apostilamento contratual que enseje acréscimo ao valor contratado, a **CONTRATADA** fica obrigada a complementar a garantia, em igual proporção, antes da consagração do aditamento/apostila.

12.4.1 Nos termos do art. 20 do Decreto Estadual nº 13.967/2012, na hipótese de a **CONTRATADA** se negar a efetuar o reforço da garantia, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global anual efetivamente contratado.

12.5 A garantia, quando prestada na modalidade caução, somente será restituída à **CONTRATADA**, no montante a que esta fizer jus, após o integral cumprimento/adimplemento



de todas as obrigações contratuais e multas, observadas as regras impeditivas de pagamento constantes na **CLÁUSULA SEXTA**;

12.5.1 A garantia, quando prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente segundo critérios da instituição bancária onde se procedeu ao depósito;

12.6 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

12.6.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

12.6.2 Prejuízos diretos causados ao **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

12.6.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**;

12.6.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

13.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no **item** anterior, as seguintes penalidades:

13.2.1 Multa;

13.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

13.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral;

13.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos **subitens 13.2.2 a 13.2.4**, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

13.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada por infração e de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

13.4.1 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de **obrigação principal**:



13.4.1.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

13.4.1.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

13.4.1.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

13.4.2 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de **obrigação acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvem com a principal:

13.4.2.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor global do contrato;

13.4.2.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor global do contrato;

13.4.2.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 13.4.2.1 e 13.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

13.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

13.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

13.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

13.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;



14.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

14.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, as medidas que vão discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no procedimento de Dispensa de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido expediente, naquilo em que não diverja deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

18.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;



18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em XX (XXX) via(s) de igual teor e forma para que produza seus efeitos legais.

Salvador, _____ de _____ de 2022.

Contratada
XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Cargo

Ministério Público do Estado da Bahia
Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



APENSO I

RELAÇÃO DE CAPILARIDADE MÍNIMA DE MUNICÍPIOS A SEREM ABRANGIDOS PELA REDE
CREDENCIADA DA CONTRATADA

Alagoinhas	Ilhéus	Praia do Forte / Mata de São João
Amargosa	Irecê	Salvador e região metropolitana
Barreiras	Itaberaba	Santa Maria da Vitória
Bom Jesus da Lapa	Itabuna	Santo Antônio de Jesus
Brumado	Itapetinga	Seabra
Caetité	Jacobina	Senhor do Bonfim
Camaçari	Jequié	Serrinha
Euclides da Cunha	Juazeiro	Simões Filho
Eunápolis	Lençóis	Teixeira de Freitas
Feira de Santana	Luis Eduardo Magalhães	Valença
Guanambi	Paulo Afonso	Vitória da Conquista
Ibotirama	Porto Seguro	Xique-Xique



APENSO II
RELAÇÃO ATUALIZADA DE VEÍCULOS DA FROTA DO CONTRATANTE

VEÍCULOS DA FROTA 2022					
ITEM	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	ANO/MODELO	LOTAÇÃO
1	FORD	RANGER XL 6P 3.0	DIESEL	2011/2011	SALVADOR
2	IVECO	VERTIS 130V18	DIESEL	2011/2012	SALVADOR
3	FORD	FOCUS 5P 2.0 SEDAN	ALCOOL/GAS	2013/2013	SALVADOR
4	FORD	FOCUS 5P 2.0 SEDAN	ALCOOL/GAS	2013/2013	SALVADOR
5	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
6	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
7	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
8	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
9	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
10	CITROEN	AIRCROSS BUSIN M	ALCOOL/GAS	2016/2017	SALVADOR
11	MITSUBISHI	L 200 TRITON GL	DIESEL	2016/2017	SALVADOR
12	CITROEN	AIRCROSS BUSIN M	ALCOOL/GAS	2016/2017	SALVADOR
13	CITROEN	AIRCROSS BUSIN M	ALCOOL/GAS	2016/2017	SALVADOR
14	M. BENZ	ATEGO 2430	DIESEL	2016/2016	SALVADOR
15	FORD	KA SE 1.5 SD B	ALCOOL/GAS	2017/2018	SALVADOR
16	FORD	KA SE 1.5 SD B	ALCOOL/GAS	2017/2018	SALVADOR



17	CITROEN	AIRCROSS START 1.6	ALCOOL/GAS	2017/2018	SALVADOR
18	CITROEN	AIRCROSS START 1.6	ALCOOL/GAS	2017/2018	SALVADOR
19	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	SALVADOR
20	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
21	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
22	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
23	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
24	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
25	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
26	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
27	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E	ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
28	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
29	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E	ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
30	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
31	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E	ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
32	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
33	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
34	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	SALVADOR
35	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR



36	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E	ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
37	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
38	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
39	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
40	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
41	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E	ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
42	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
43	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
44	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
45	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
46	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
47	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
48	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
49	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	SALVADOR
50	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	SALVADOR
51	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
52	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
53	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E	ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
54	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR



55	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
56	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
57	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
58	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
59	FORD	RANGER XLS 4X4 2.2	DIESEL	2019/2019	SALVADOR
60	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
61	FORD	RANGER XLS 4X4 2.2	DIESEL	2019/2019	SALVADOR
62	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
63	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
64	FORD	RANGER XLS 4X4 2.2	DIESEL	2019/2019	SALVADOR
65	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
66	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
67	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
68	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
69	RENAULT	MASTER L3H2	DIESEL	2020/2021	SALVADOR
70	FORD	RANGER XL 6P 3.0	DIESEL	2010/2011	PORTO SEGURO
71	FORD	RANGER XL 6P 3.0 4X4	FLEX	2010/2011	JACOBINA
72	FORD	RANGER XL 6P 3.0 4X4	FLEX	2010/2011	PAULO AFONSO
73	FORD	RANGER XL 6P 3.0	DIESEL	2011/2011	BARREIRAS



74	FORD	RANGER XL 6P 3.0	DIESEL	2011/2011	FEIRA DE SANTANA
75	FORD	FIESTA 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2012/2013	SENHOR DO BOMFIM
76	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2013/2014	ILHÉUS
77	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2013/2014	PRAIA DO FORTE
78	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	ITABUNA
79	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	BARREIRAS
80	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	PAULO AFONSO
81	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	SANTO ANTONIO DE JESUS
82	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	FEIRA DE SANTANA
83	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	ILHÉUS
84	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	IRECÊ
85	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	JEQUIÉ
86	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	SERRINHA
87	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	SIMÕES FILHO
88	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	VITORIA DA CONQUISTA
89	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	ALAGOINHAS
90	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	GUANAMBI
91	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	CAMAÇARI
92	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2015/2016	TEIXEIRA DE FREITAS
93	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2015/2016	EUCLIDES DA CUNHA

94	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2015/2016	VITÓRIA DA CONQUISTA
95	MITSUBISHI	L 200 TRITON GL	DIESEL	2016/2017	VALENÇA
96	CITROEN	AIRCROSS BUSIN M	ALCOOL/GAS	2016/2017	JUAZEIRO
97	CITROEN	AIRCROSS BUSIN M	ALCOOL/GAS	2016/2017	BOM JESUS DA LAPA
98	CITROEN	AIRCROSS BUSIN M	ALCOOL/GAS	2016/2017	SANTA MARIA DA VITÓRIA
99	MITSUBISHI	L 200 TRITON GL	DIESEL	2017/2018	LENÇÓIS
100	FORD	KA SE 1.5 SD B	ALCOOL/GAS	2017/2018	EUNÁPOLIS
101	FORD	KA SE 1.5 SD B	ALCOOL/GAS	2017/2018	FEIRA DE SANTANA
102	FORD	KA SE 1.5 HA B	ALCOOL/GAS	2018/2018	ITAPETINGA
103	RENAULT	DUSTER DYNAMIQUE 4X4	ALCOOL/GAS	2018/2019	EUCLIDES DA CUNHA
104	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	FEIRA DE SANTANA
105	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	TEIXEIRA DE FREITAS
106	MITSUBISHI	L 200 TRITON SPT GL	DIESEL	2018/2019	ITABERABA
107	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	FEIRA DE SANTANA
108	FORD	RANGER XLS 4X4 2.2	DIESEL	2019/2019	SANTO ANTONIO DE JESUS
109	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	JUAZEIRO
110	CHEVROLET	S10 LTZ	DIESEL	2014/2014	PORTO SEGURO
111	CHEVROLET	S10 LTZ	DIESEL	2014/2014	EUNÁPOLIS



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Em cumprimento do quanto disposto no despacho retro (doc. 0354214), após a análise da Minuta de Contrato (doc. 0354218), **manifestamos a sua aprovação**, sinalizando apenas dois ajustes a serem feitos:

1) No item 2.6.5: fazer referência ao Apenso I, conforme está previsto no item 3.2.6.25.5, do DOD (doc. 0353757) que faz referência ao Anexo III (correspondente ao Apenso I da Minuta de Contrato), onde consta a lista com todos os municípios onde a contratada deverá possuir um quantitativo mínimo de estabelecimentos credenciados.

2) Em conversa com a Assessoria Técnico-Jurídica da SGA, fomos informados que existe um entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União, no sentido de que "o contrato emergencial deve conter expressa cláusula resolutiva que estabeleça a sua extinção logo após a conclusão do processo licitatório para nova contratação dos correspondentes serviços." Acórdão 3474/2018 Segunda Câmara (Representação, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho). Portanto, sugerimos que a cláusula seja inserida como subitem da cláusula de vigência ou da cláusula de extinção do contrato.

À DCCL - Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios para o prosseguimento do processo.

Leonardo Borges Castellar Sampaio.

Assistente de Gestão II.

Coordenação de Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Borges Castellar Sampaio** em 02/05/2022, às 14h42, de acordo com o formato A4, em 07 de Dezembro de 2022 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código Verificador **0355296** e o código CRC **794EC2B6**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando a manifestação da unidade demandante, remetemos o procedimento, acompanhado de minuta de contrato ajustada (retificação da referência constante do item 2.6.5 e inclusão do subitem 8.2) para validação.

Após, solicitamos devolução do expediente para encaminhamento à análise da Assessoria Jurídica.

Paula Souza de Paula Marques

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 04/05/2022, às 0131: , conforme Ato Normativo nº 417, de 05 de Dezembro de 2024 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=4 informando o código verificador **0357526** e o código CRC **AF43C391**.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXX/2022 - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.142.491/0001-66, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Welington Silveira Soares**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **XXXXXXXXXXXX**, CNPJ nº. **XXXXXXXXXX**, estabelecida à **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, representada por **XXXXXXXXXX**, CPF/MF nº **XXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no procedimento de Dispensa de Licitação nº 041/2022-DADM, protocolado sob o nº 19.09.02677.0006256/2022-46, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços continuados de controle e gerenciamento da manutenção dos veículos que compõem a frota do Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado, incluindo o serviço de administração das despesas com o fornecimento de peças, componentes, acessórios, materiais, produtos e serviços de toda ordem, referentes à manutenção preventiva e corretiva, que será executada por uma Rede Credenciada de oficinas, centros automotivos e concessionárias, visando atender às necessidades do Ministério Público do Estado da Bahia conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1 A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva ocorrerá por intermédio de rede credenciada de oficinas, centros automotivos e concessionárias;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO

2.1 O Regime de execução do presente Contrato é de Execução Indireta na modalidade Empreitada por Preço global;

2.2 Os serviços serão executados mediante implantação e operação de sistema eletrônico de gerenciamento, que deverá ser compatível com o ambiente seguro, operar via web (*on line*), incluindo o serviço de administração das despesas com fornecimento de peças, acessórios, componentes, materiais, produtos e serviços de toda ordem;

2.2.1 Os serviços relativos à manutenção da frota, a serem executados por meio de rede credenciada de oficinas, centros automotivos e concessionárias, devem abranger todas as



áreas e especialidades automotivas afetas à integridade dos veículos e relativos prevenção e correção de defeitos, tais como, serviços mecânicos, elétricos, de lanternagem, funilaria, pintura, borracharia, alinhamento, balanceamento, sistema de refrigeração e arrefecimento, incluindo análise, avaliação e diagnose, desmontagem, montagem, retificação, reparação, correção, restauração, reposição e conservação, transporte em suspenso por guincho, dentre outros;

2.2.2 A Rede Credenciada de Oficinas, centros automotivos e Concessionárias será composta por estabelecimentos localizados em Salvador/BA e nos municípios constantes do **Apenso I** deste instrumento;

2.2.3 A prestação dos Serviços objeto do contrato terá curso através da execução do controle e gerenciamento dos serviços de manutenção dos veículos do CONTRATANTE, sendo, a manutenção propriamente dita, executada por profissionais devidamente habilitados e treinados, em nível compatível com as atribuições delegadas, vinculados à Rede Credenciada da **CONTRATADA**.

2.2.3 O sistema informatizado a ser implantado pela **CONTRATADA** deverá ser compatível com o ambiente seguro, operar via WEB (*on-line*), interligar os locais de atendimento com o **CONTRATANTE**;

2.3 A **CONTRATADA** deverá implantar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da entrega da nota de empenho e instrumento contratual, o sistema de controle e gerenciamento das manutenções de veículos, de modo que o mesmo esteja em pleno funcionamento no prazo mencionado, garantindo-se que as manutenções possam ser executadas imediatamente após o término da vigência do contrato anteriormente celebrado pelo **CONTRATANTE**;

2.4 A implantação do sistema informatizado de gerenciamento e administração das manutenções dos veículos que compõem a frota do Ministério Público do Estado da Bahia, deverá contemplar as seguintes rotinas:

2.4.1 Cadastramento e registro de todos os veículos da frota oficial do **CONTRATANTE**;

2.4.2 Cadastramento de todos os usuários e gestores do sistema, indicados pelo **CONTRATANTE**, com seus respectivos níveis de acesso e habilitação para a aquisição de produtos e serviços junto à Rede Credenciada da **CONTRATADA**;

2.4.2.1 Os fiscais do contrato, designados pela administração através de Portaria, bem como os servidores indicados pela Gerência de Transportes do **CONTRATANTE**, deverão estar aptos a terem acesso, mediante login/senha, a funcionalidades do sistema que lhes permitam solicitar e analisar orçamentos, autorizar a execução de serviços, gerenciar e controlar prazos, gastos e demais variáveis inerentes à execução prática e financeira do contrato, inclusive para extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, com discriminação de custos e sem limitações quanto ao(s) período(s) solicitado(s);

2.4.2 Implantação e parametrização do sistema tecnológico de controle e gerenciamento dos serviços de manutenção;



2.4.3 Treinamento dos usuários e gestores indicados pelo **CONTRATANTE**;

2.4.4 Disponibilização da Rede Credenciada, capacitada para atender às exigências do contrato, em conformidade com o sistema de gerenciamento;

2.4.5 Fornecimento de manual ou tutorial de utilização do sistema em língua portuguesa;

2.5 O sistema informatizado para gerenciamento de administração das manutenções de que cuida o item 2.4 deverá atender ao seguinte:

2.5.1 Deverá ser disponibilizado para acessos e lançamentos pelos servidores indicados pela Coordenação de Transportes do **CONTRATANTE**, mediante cadastro prévio para acesso ao sistema;

2.5.2 O acesso e utilização do sistema serão precedidos de treinamento específico, nos termos do **item 2.4.3**, e obedecerão aos manuais e procedimentos que os acompanharem, sendo de responsabilidade da **CONTRATADA** a manutenção e ajustes que se mostrarem necessários à plena execução do objeto;

2.5.3 O sistema informatizado deverá possuir mecanismos de segurança que impeçam operações com veículos que não estejam cadastrados e transações com materiais ou serviços não autorizados;

2.5.4 Os fiscais do contrato, designados pela administração através de Portaria, bem como os servidores indicados pela Gerência de Transportes do **CONTRATANTE** deverão estar aptos a terem acesso ao Sistema Eletrônico de Gerenciamento da **CONTRATADA**, mediante uso de senhas (login/senha);

2.5.5 O Sistema Eletrônico de Gerenciamento deverá ser compatível com ambiente seguro, operar via web (on line), interligar os locais de atendimento com o **CONTRATANTE** e permitir, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

2.5.5.1 Possibilitar o acesso e lançamento de dados, informações e documentos pelo **CONTRATANTE** e pelos estabelecimentos da Rede credenciada da **CONTRATADA**;

2.5.5.2 Disponibilização, pela **CONTRATADA** e por sua Rede credenciada, de orçamentos detalhados e discriminados, nos termos do item 2.13.14 bem como, disponibilização de um banco de preços das peças e serviços utilizados pelo **CONTRATANTE**, a fim de utilizar essa ferramenta para otimizar, sempre que possível, o tempo de orçamentação e cotação dos serviços;

2.5.5.3 Realização de cotações via Internet;

2.5.5.4 Visualização da combinação mais econômica entre as cotações realizadas;

2.5.5.5 Controle de peças e serviços que ainda se encontram em garantia;

2.5.5.6 Possibilidade de definição de valores diferenciados para aprovação dos orçamentos;

2.5.5.7 Disponibilização de nota fiscal eletrônica com descrição detalhada de peças e



serviços prestados, a ser emitida em nome da **CONTRATADA**;

2.5.5.8 Indicação da Rede Credenciada para Manutenção dos veículos, especificando os serviços oferecidos e executados por cada estabelecimento;

2.5.5.9 Visualização, extração e impressão de relatórios de controle gerencial de gastos, serviços prestados, peças, acessórios, componentes, materiais e produtos utilizados nas manutenções.

2.5.6 A **CONTRATADA** deverá oferecer, durante toda a vigência contratual e sem custo adicional ao **CONTRATANTE**, suporte técnico (presencial ou por telefone) e acesso remoto, a serem realizados por profissional(is) devidamente autorizado(s) pela **CONTRATADA**, objetivando subsidiar o uso do sistema e a performance quanto aos indicadores de desempenho na gestão da frota;

2.6 A **CONTRATADA** fornecerá a relação das oficinas mecânicas multimarcas, centros automotivos, concessionárias e estabelecimentos congêneres, que fazem parte da sua **Rede Credenciada**, uma vez que as manutenções da frota de veículos do **CONTRATANTE** poderão ser efetuadas em qualquer município do território do Estado da Bahia ou Estado vizinho (se for mais econômico), em virtude de viagens a serem empreendidas, onde existam estabelecimentos da Rede Credenciada.

2.6.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, um mínimo de 50% do total dos estabelecimentos credenciados exigido em cada município conforme relação constante do **Apenso I**, devendo complementar o quantitativo, se for o caso, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

2.6.2 A Rede Credenciada da **CONTRATADA** deverá possuir capacidade de operação equipada para aceitar transações por meio do sistema de gerenciamento tecnológico que será implantado e deverá abranger, minimamente, todos os municípios indicados no **Apenso I** deste instrumento;

2.6.3 O credenciamento realizado para atender à capilaridade mínima exigida deverá ser capaz de atender a todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota do **CONTRATANTE** (observando as marcas, modelos e quantidades previstas no **Apenso II** deste instrumento), respeitando, inclusive, as condições técnicas de cada tipo de serviço;

2.6.4 Excepcionalmente, quando não for possível o credenciamento conforme as condições técnicas exigidas no **item 2.6.10**, tal circunstância deverá ser justificada pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, que deliberará quanto ao aceite da justificativa;

2.6.5 Naqueles Municípios em que o **CONTRATANTE** possua frota permanente de veículos oficiais, nos termos do **Apenso I** deste instrumento, a **CONTRATADA** deverá assegurar a existência de, pelo menos, 03 (três) estabelecimentos (oficinas, centros automotivos e/ou concessionárias) credenciados, a fim de viabilizar a necessária concorrência de mercado e o atendimento das demandas de manutenção dos veículos do **CONTRATANTE** nos locais de lotação;

2.6.5.1 Excepcionalmente, quando não for possível o credenciamento mínimo por cidade,



exigido no item anterior, tal circunstância deverá ser justificada pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, que deliberará quanto ao aceite da justificativa apresentada;

2.6.5.2 Especificamente na cidade de Salvador, onde está lotada a maior parte da frota de veículos do **CONTRATANTE**, com maior diversidade de tipos de veículos e, consequentemente, onde haverá uma maior demanda por serviços de manutenção, a **CONTRATADA** deverá garantir um maior número de oficinas, centros automotivos e concessionárias credenciados à sua Rede, de modo que o objeto contratual seja executado de forma eficiente e vantajosa economicamente, de acordo com as necessidades do **CONTRATANTE**;

2.6.6 Considerando a existência de veículos em garantia de fábrica, na frota do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá possuir, em sua Rede Credenciada, concessionárias autorizadas pelas montadoras a realizarem serviços atinentes a tais veículos, sejam aqueles serviços destinados à manutenção da garantia (tais como, as revisões periódicas) ou aqueles que devam ser realizados em concessionárias autorizadas para impedir a perda da garantia;

2.6.6.1 A **CONTRATADA** deverá credenciar concessionárias autorizadas, de todas as marcas dos veículos pertencentes à frota do **CONTRATANTE**, em todas as cidades do interior do Estado onde existirem concessionárias, de modo a facilitar as manutenções dos veículos que estiverem em período de garantia de fábrica e evitar custos com o deslocamento destes veículos;

2.6.6.2 Na hipótese de haver mais de uma concessionária autorizada por cada montadora, na mesma cidade ou microrregião, deverá haver o maior número de credenciamentos possível, de modo a possibilitar a existência de concorrência entre os orçamentos a serem ofertados;

2.6.7 Os estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA** deverão funcionar, minimamente, das 8 (oito) às 17 (dezessete) horas, de segunda a sexta-feira, e das 8 (oito) às 12 (doze) horas, aos sábados;

2.6.8 Caso o **CONTRATANTE** verifique a necessidade de credenciamento de novos estabelecimentos (oficinas, centros automotivos e/ou concessionárias) à Rede da **CONTRATADA**, esta se compromete a providenciar o credenciamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da notificação, sem custos adicionais para o **CONTRATANTE**.

2.6.8.1 Na hipótese de aquisição de veículos de marca(s) distinta(s) daqueles constantes na listagem geral de veículos, a **CONTRATADA** se compromete a providenciar (caso não possua ainda) o credenciamento de oficinas, centros automotivos e concessionárias autorizadas da(s) referida(s) marca(s), no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da notificação, sem custos adicionais para o **CONTRATANTE**;

2.6.9 A **CONTRATADA** deverá garantir que a Rede Credenciada possua os requisitos mínimos de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado para realização do objeto desta contratação;

2.6.10 As instalações prediais, dos estabelecimentos da Rede Credenciada, e todo o



aparelhamento necessário à execução dos serviços objetos da contratação deverão ser compatíveis com os tipos de veículos a serem mantidos, conforme as seguintes condições técnicas mínimas:

2.6.10.1 Área Reservada para serviço mecânico com elevador;

2.6.10.2 Área Reservada para serviço elétrico;

2.6.10.3 Área Reservada para serviço de funilaria;

2.6.10.4 Área Reservada para serviço de pintura;

2.6.10.5 Sala de espera;

2.6.10.6 Cobertura nas Áreas de Serviço;

2.6.10.7 Área fechada e com segurança para guarda dos veículos em manutenção;

2.6.10.8 Estufa para pintura no padrão exigido pelos fabricantes dos veículos;

2.6.10.9 Equipamento para alinhamento e balanceamento;

2.6.10.10 Equipamento de Check-Up;

2.6.10.11 Máquina de limpeza de bico injetor;

2.6.10.12 Aparelho para diagnóstico de Injeção;

2.6.10.13 Lâmpada de ponto eletroscópica;

2.6.10.14 Prensa para tirar rolamento e buchas;

2.6.10.15 Equipamento de retirada de motores.

2.6.11 O atendimento às condições técnicas mínimas poderá ser realizado através de um conjunto de estabelecimentos em cada município, desde que garantida a possibilidade de concorrência no mercado local;

2.7 A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, acessórios, componentes e materiais que se fizerem necessários, deverão ocorrer por intermédio dos estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA**, composta por oficinas multimarcas, centros automotivos e concessionárias, dentre outros, em caráter contínuo e ininterrupto, abrangendo todas as áreas e especialidades afetas à integridade dos veículos e relativos a manutenção preventiva e corretiva, análise, avaliação, diagnose, desmontagem, montagem, retificação, reparação, correção, restauração, reposição, complementação e conservação.

2.8 O fornecimento de peças, acessórios, componentes e outros materiais automotivos, pelos estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA**, independem da execução de serviços



de manutenção e vice-versa, podendo haver solicitações que requeiram, concomitantemente, execução de serviços e fornecimento de materiais;

2.9 Os estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA** deverão disponibilizar o serviço de transporte de veículos em suspenso, por guincho, que será solicitado mediante conveniência e necessidade do **CONTRATANTE**, **exclusivamente** nas hipóteses em que não for possível e/ou cabível a utilização do serviço de guincho prestado por meio do contrato de seguro dos veículos da frota do **CONTRATANTE**;

2.10 A manutenção preventiva compreende todos os serviços executáveis em oficinas multimarcas, centros automotivos, concessionárias ou estabelecimento congênere, e consistem na revisão periódica dos veículos de acordo com os planos de manutenção preventiva constantes dos manuais fornecidos pelas montadoras, para cada modelo, com a finalidade de avaliar as condições de funcionamento dos veículos, além de detectar desgastes em acessórios, peças e outros elementos;

2.10.1 São exemplos de manutenção preventiva: troca de pneus, protetores e câmaras; aplicação de películas; alinhamento e balanceamento de rodas; troca de óleo do motor, câmbio, diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento, filtro de óleo, de ar e de ar condicionado; lubrificação de veículos; reposição de palhetas de limpador, correias de alternador/gerador; substituição de itens do motor; limpeza de motor e de bicos injetores; regulagem de bombas e bicos injetores; troca de lonas e pastilhas de freio, mangueiras; outros serviços constantes no manual dos veículos/equipamentos;

2.11 A manutenção corretiva compreende todos os serviços executáveis em oficinas multimarcas, centros automotivos, concessionárias ou estabelecimento congênere, e consiste na correção de defeitos, danos ou problemas aleatórios, resultantes do desgaste e ou deficiências de operação, manutenção ou fabricação, de modo a garantir o perfeito funcionamento dos veículos;

2.11.1 São exemplos de manutenção corretiva: serviços de retífica de motor; montagem e desmontagem de jogo de embreagem; serviços de instalação elétrica; serviços do sistema de injeção eletrônica; capotaria; tapeçaria; funilaria; vidraçaria; pintura; serviços no sistema de arrefecimento; serviços no sistema de ar-condicionado; dentre outros da espécie.

2.12 As solicitações, pelos usuários cadastrados pelo **CONTRATANTE**, para a realização de serviços de manutenção ou aquisição de peças/materiais automotivos, junto à Rede Credenciada da **CONTRATADA**, deverão ocorrer através da utilização de sistema próprio informatizado e integrado de gestão, com autorização de consumo mediante senha específica;

2.13 A execução de qualquer serviço de manutenção preventiva ou corretiva (incluindo o fornecimento de peças e demais itens automotivos correlatos, quando cabíveis) pressupõe a apresentação prévia, pela **CONTRATADA**, de um mínimo de 03 (três) orçamentos/cotações, através do Sistema de Gerenciamento disponibilizado, os quais, serão analisados pelos fiscais do contrato, ou pelos servidores indicados pela Gerência de Transportes do **CONTRATANTE**, antes de autorizar a execução do serviço, sem o que não deverá ser executado, sob pena de não se efetuar o respectivo pagamento;

2.13.1 Quando identificada demanda de serviço de manutenção pelo **CONTRATANTE**, o veículo



será encaminhado a um dos estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA**, o qual terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis para fornecer um orçamento, discriminando os serviços a serem executados e as peças a serem substituídas, constando os valores de cada item orçado, bem como o valor total do orçamento;

2.13.2 Quando da realização do orçamento inicial, a **CONTRATADA** garantirá, ao **CONTRATANTE**, por meio de representante autorizado, a possibilidade de analisar os termos da avaliação realizada no veículo, visando a aprovação prévia dos serviços indicados, bem como, da relação de peças a serem substituídas;

2.13.3 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, após a realização do orçamento inicial, no mínimo mais 02 (dois) orçamentos, baseados no primeiro, obtidos junto aos demais estabelecimentos da sua Rede Credenciada;

2.13.4 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, num prazo de três meses a contar do início do contrato, um banco de preços das peças e serviços utilizados pelo **CONTRATANTE**, a fim de utilizar essa ferramenta para otimizar, sempre que possível, o tempo de orçamentação e cotação dos serviços, sendo permitida a utilização deste banco de preços para suprir a exigência prevista no item anterior;

2.13.5 Os preços orçados constantes no banco de preços terão validade máxima de 90 (noventa) dias, não excluindo a possibilidade de novas cotações sempre que necessário;

2.13.6 Para a análise e aprovação dos orçamentos, poderão ser considerados os valores referenciais constantes na base de dados do próprio sistema, obtidos a partir do histórico das manutenções realizadas pela Rede Credenciada (banco de preços), com base no tipo de veículo, marca, modelo e cidade/região, para que, antes da necessária aprovação, permita ao gestor do contrato a aferição dos valores orçados, a fim de constatar se estão de acordo com os preços médios praticados pelo mercado;

2.13.7 Excepcionalmente, poderá, a **CONTRATADA**, disponibilizar quantidade inferior aos 03 (três) orçamentos exigidos, nas hipóteses em que não haja quantitativo suficiente de estabelecimentos credenciados que prestem o serviço necessitado no município em que for demandada a execução da manutenção, circunstância que deverá ser declarada e comprovada expressamente;

2.13.8 O **CONTRATANTE** analisará os orçamentos para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, observando os respectivos custos, a necessidade da execução total ou parcial dos serviços propostos, bem como o prazo de execução indicado. Após esse exame, o **CONTRATANTE** poderá autorizar a execução dos serviços, devendo ser autorizado, sempre que possível, o orçamento de menor valor ou o mais vantajoso para a Administração, conforme o caso;

2.13.9 Os preços cobrados pelas peças, acessórios, componentes, materiais, produtos e serviços relativos à manutenção preventiva e corretiva realizada na Rede Credenciada de oficinas, centros automotivos, concessionárias e estabelecimentos congêneres deverão ser compatíveis com os preços de mercado praticados no Estado da Bahia em cada localidade;



2.13.10 É vedada a cobrança de preço superior ao cobrado para o consumidor geral, sendo vedada a cobrança de taxa adicional diferenciada em razão do uso do sistema de gerenciamento da **CONTRATADA**;

2.13.11 O **CONTRATANTE** reserva-se no direito de realizar pesquisas de mercado sobre os preços das peças, acessórios, componentes, materiais, produtos e serviços relativos à manutenção preventiva e corretiva, repassados pela **CONTRATADA** nas faturas mensais, a fim de verificar a adequação destes aos valores praticados no mercado local;

2.13.12 O controle dos preços das peças, acessórios, componentes, materiais, produtos e serviços relativos à manutenção preventiva e corretiva, cobrados em razão do contrato deverá ser realizado pelos fiscais e gestores do contrato com base nos relatórios de parametrização dos valores e outros recursos do sistema de gerenciamento informatizado que deverão ser disponibilizados pela **CONTRATADA**, em comparação com as pesquisas periódicas dos preços de mercado, de forma a selecionar as oficinas, centros automotivos, concessionárias e estabelecimentos congêneres que cobram os menores preços;

2.13.14 A **CONTRATADA** disponibilizará ao **CONTRATANTE** os orçamentos com, no mínimo, a discriminação dos seguintes itens:

2.13.14.1 Número do contrato;

2.13.14.2 Placa marca e modelo do veículo;

2.13.14.3 Descrição de todos os serviços a serem executados;

2.13.14.4 Preço da mão-de-obra para cada tipo de serviço;

2.13.14.5 Discriminação das peças e materiais a serem aplicados, com as respectivas marcas, preços e garantias;

2.13.14.6 Para os lubrificantes e fluidos aplicados: quantidade de litros por tipo (conforme especificação do fabricante do veículo), e preço do litro;

2.13.14.7 Prazo para execução dos serviços e entrega do veículo;

2.13.14.8 Eventual existência de peça ou serviço em garantia, obedecido o disposto no item 2.13.29.

2.13.15 Se durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviço, peças ou demais itens automotivos, a **CONTRATADA** deverá informar o fato ao **CONTRATANTE**, atualizando o respectivo orçamento e submetendo-o à nova aprovação, obedecidas as regras estabelecidas neste instrumento e o prazo referido nos **itens 2.13.1 e 2.13.3**.

2.13.16 O prazo para execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva será aquele constante do orçamento aprovado pelo **CONTRATANTE**, e terá como termo inicial a data do recebimento da aprovação do orçamento pela **CONTRATADA**;



2.13.17 Após a aprovação do orçamento, a oficina da Rede Credenciada da **CONTRATADA** deverá iniciar imediatamente a execução dos serviços orçados, minimizando o tempo de permanência do veículo na oficina;

2.13.18 Pedidos de prorrogações de prazos somente serão admissíveis antes do termo final do prazo originalmente consignado, mediante justificativa e respectiva comprovação de fato superveniente, aceito pelo **CONTRATANTE**;

2.13.19 O **CONTRATANTE** poderá autorizar o prolongamento do prazo de execução nos casos justificados pela **CONTRATADA** e conforme condições a seguir:

2.13.19.1 A **CONTRATADA** deverá informar imediatamente ao **CONTRATANTE**, por escrito, os casos fortuitos ou motivos de força maior, para que possam ser considerados;

2.13.19.2 O **CONTRATANTE** após análise de cada caso apresentado, informará a **CONTRATADA** se aceita ou recusa os motivos alegados, aplicando, a seu exclusivo critério, no caso de recusa, as penalidades previstas no Contrato, após o competente processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

2.13.20 Em casos excepcionais e mediante solicitação devidamente justificada, a **CONTRATADA**, através de sua Rede Credenciada, deverá garantir a execução de reparos e manutenção corretiva em veículos, dentro das sedes do **CONTRATANTE**, quando o veículo apresentar defeitos mecânicos que o impeça de trafegar;

2.13.21 A **CONTRATADA**, através do estabelecimento credenciado para a realização de cada serviço, fica obrigada a efetuar a vistoria de cada veículo, na presença de preposto do **CONTRATANTE**, no ato da entrega e devolução do mesmo, fazendo constar em relatório, dentre outras coisas: a identificação do veículo, descrição sucinta do defeito relatado ou serviço solicitado, quilometragem, nível de combustível, o estado geral de conservação, se há arranhões, moissas ou batidas, situação do estofado, pneus, acessórios dos veículos (aparelho de som, chave de roda, macaco, extintor, triângulo e pneu de socorro, dentre outros) e qualquer anormalidade identificada. O Relatório de vistoria deverá ser emitido em duas vias e assinado pelas partes nas duas fases, entrega e devolução do veículo;

2.13.22 A **CONTRATADA**, através do estabelecimento credenciado que efetuou o serviço, comunicará ao **CONTRATANTE** a sua conclusão, ficando o **CONTRATANTE** responsável em indicar preposto para vistoriar o veículo e avaliar a execução dos serviços, a correta aplicação de peças e acessórios e o estado geral do mesmo, bem como retirá-lo da oficina, ficando esclarecido que o veículo deverá ser entregue limpo, sem quaisquer resquícios ou sujeiras oriundas da execução dos serviços de manutenção realizados, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

2.13.23 Caso não ocorra o aceite do veículo, por defeito ou falha na execução do serviço de manutenção, o **CONTRATANTE** fará o respectivo registro e a **CONTRATADA** deverá assegurar a correção das anormalidades apontadas, pelo estabelecimento credenciado que executou o serviço, ou por outro que assim designe, sem ônus para o **CONTRATANTE** e em prazo não superior à metade do estabelecido no orçamento original aprovado;

2.13.24 Se o(s) orçamento(s) for(em) rejeitado(s), caberá ao Gestor de Execução manter



contato com o Representante da **CONTRATADA**, com vistas a manter entendimentos de adequação, para limitar o orçamento aos valores levantados no mercado local da realização do serviço.

2.13.24.1 O **CONTRATANTE**, a seu exclusivo critério, poderá autorizar a realização parcial do orçamento escolhido, tanto no que tange à aquisição de peças quanto à realização de serviços;

2.13.24.2 Não se admitirá faturamento de serviços que não tenham sido aprovados expressamente pelo **CONTRATANTE**;

2.13.24.3 Caso se verifique que o orçamento encontrado pela **CONTRATANTE** seja inferior ao menor orçamento apresentado pela **CONTRATADA**, esta deverá ajustar os valores ofertados, limitando-os à média encontrada entre o menor valor ofertado pela **CONTRATADA** e o menor valor encontrado pela **CONTRATANTE** em pesquisa de mercado.

2.13.25 As peças e demais itens automotivos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, não reconicionados e dos mesmos fabricantes das peças originais do veículo, devendo, a **CONTRATADA**, entregar, quando da finalização dos serviços, as embalagens acompanhadas dos respectivos termos de garantia;

2.13.25.1 Excepcionalmente, poderá ser admitida a utilização de peças e demais itens automotivos produzidos por outros fabricantes, desde que previamente autorizado pelo **CONTRATANTE**.

2.13.26 Deverão ser aplicados nos veículos apenas fluidos e lubrificantes dos tipos especificados pelos fabricantes dos veículos;

2.13.27 A **CONTRATADA**, por meio dos estabelecimentos da sua Rede Credenciada, deverá devolver ao **CONTRATANTE** as peças, acessórios e/ou demais itens automotivos que forem substituídos por ocasião dos serviços executados, no momento da conferência e recebimento do veículo;

2.13.28 A **CONTRATADA** será responsável pelos veículos que estejam nas instalações da sua Rede Credenciada para a manutenção/reparo até a entrega definitiva do veículo ao **CONTRATANTE**, em conformidade com o quanto registrado no Relatório de Vistoria;

2.13.29 A **CONTRATADA**, por sua Rede Credenciada, deverá conceder garantia pelos Serviços de Manutenção executados, a contar da data da conclusão do serviço, conforme segue:

2.13.29.1 para os serviços de manutenção e reparo de, no mínimo, 90 (noventa) dias;

2.13.29.2 para as peças de reposição aplicadas de, no mínimo, 90 (noventa) dias, ou aquela informada pelo fabricante, a que for maior;

2.13.29.3 para os serviços de pintura e funilaria de, no mínimo, 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, desde que os defeitos não decorram de influências externas anormais de origem química ou mecânica;



2.13.30 Na hipótese de o veículo apresentar o mesmo vício/defeito ou necessitar de reposição da mesma peça/material, durante o respectivo período de garantia, o **CONTRATANTE** comunicará formalmente o ocorrido à **CONTRATADA**, que deverá providenciar imediatamente o devido reparo e/ou substituição;

2.13.31 Se o(s) veículo(s) vier(em) a apresentar o(s) mesmo(s) defeito(s), dentro do prazo de garantia, a contagem desse prazo será reiniciada, a partir da data em que o(s) veículo(s) for(em) devolvido(s) devidamente reparado(s);

2.13.32 A condução dos veículos só poderá ser efetuada por preposto da Rede Credenciada da **CONTRATADA**, devidamente habilitado e sob sua responsabilidade civil e criminal por quaisquer danos causados ao **CONTRATANTE** ou a Terceiros, para fins de diagnósticos e testes vinculados à execução dos serviços no veículo do **CONTRATANTE**;

2.13.33 A **CONTRATADA** deverá ressarcir ao **CONTRATANTE**, por qualquer dano ou prejuízo causado durante a realização dos serviços nos estabelecimentos da sua Rede Credenciada, inclusive aqueles havidos em decorrência de sinistros ocasionais (enchentes, incêndios, desabamentos, inundações, furto, roubo etc.);

2.14 O quantitativo de veículos pertencentes à frota do **CONTRATANTE** poderá ser alterado no decorrer da vigência do contrato, em função de baixas ou aquisições de novos veículos;

2.15 A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhe forem delegadas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**;

2.16 A realização de serviços cobertos pela garantia de fábrica não ensejará a cobrança de taxa pela **CONTRATADA**;

2.17 O recebimento do objeto contratual ficará sob a responsabilidade de um representante da Coordenação de Transportes da Diretoria Administrativa do **CONTRATANTE**, em conjunto com o fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, caso este não seja integrante daquela unidade;

2.18 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.18.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a refazer os serviços no prazo de 03 (três) dias úteis;

2.18.2 O prazo para o recebimento provisório será de 05 (cinco) dias, contados da entrega do relatório de manutenções de que cuida o **item 6.1.4**;

2.19 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005, observando-se o prazo de 05 (cinco) dias corridos;

2.20 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste



Contrato e no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Gestora	Unidade	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/0003		2000	9900	100	33.90.39

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 O valor a ser pago à **CONTRATADA** corresponderá ao valor total dos produtos e serviços efetivamente adquiridos/consumidos pelo **CONTRATANTE** nos estabelecimentos credenciados durante a periodicidade faturada (conforme **cláusula sexta** do presente instrumento), subtraindo-se o valor da taxa percentual de **14,00%** (**quatorze** por cento), correspondente à taxa de desconto pactuada;

4.2 Para efeito de previsão, dá-se ao presente contrato o valor global anual estimado de R\$ **387.000,00** (**trezentos e oitenta e sete mil reais**);

4.2.1 O valor global anual é meramente estimativo, não cabendo à **CONTRATADA**, portanto, quaisquer direitos de cobrança caso o montante estipulado neste item não seja atingido durante a vigência deste instrumento, porquanto o pagamento ocorrerá em razão da quantidade de aquisições/serviços efetivamente realizados;

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, depreciação, licenças, alvarás, seguros, aluguéis, administração, tributos e emolumentos;

4.3.1 Incluem-se, ainda, nos preços definidos neste instrumento e, consequentemente, nos valores a serem pagos à **CONTRATADA**, conforme disciplinado no **item 4.1**, todos os custos relativos a:

4.3.1.1 A disponibilização, implantação e manutenção do sistema de administração e gerenciamento dos serviços de manutenção de frota;

4.3.1.2 A manutenção e ampliação da rede de estabelecimentos credenciados junto à **CONTRATADA**.



4.4 Não estão abrangidos nos valores devidos à **CONTRATADA**, não sendo devidos à mesma, os custos relativos aos serviços realizados conforme cobertura de garantia de fábrica, uma vez que, nos termos do **item 2.16**, não ensejam a cobrança de taxa pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, mediante solicitação devidamente motivada da Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS

6.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado quinzenalmente e o pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de:

6.1.1 Fatura, contendo a discriminação das despesas consignadas em sistema durante o período faturado;

6.1.2 Certidões negativas e de regularidade cabíveis, comprobatórias da manutenção das condições de qualificação e habilitação exigidas pela legislação em vigor;

6.1.3 Relatório das manutenções realizadas nos veículos da frota do Ministério Público do Estado da Bahia no período de referência da fatura;

6.2 Toda a documentação deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**, e o pagamento se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de respectiva apresentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.2.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.3 As faturas far-se-ão acompanhar, igualmente, da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos, que tenham como fato gerador o objeto consignado na **CLÁUSULA PRIMEIRA**;

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora,



será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no item 6.2.1.

6.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 O percentual estabelecido como taxa de desconto, ofertada pela **CONTRATADA**, não é passível de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, ante as peculiaridades do objeto contratado, em relação ao qual não há definição prévia (inicial) de valores individuais de bens e/ou serviços passíveis de contratação. Considerando que os preços finais de cada um dos serviços/aquisições autorizados são definidos somente no momento da elaboração de cada orçamento (conforme preço de mercado verificado à época), não há configuração da hipótese legal de corrosão de valor inicial dos custos de insumos utilizados na execução.

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, a começar em **15 de maio de 2022** e a terminar em **11 de novembro de 2022**.

8.2 Considerando se tratar de contratação emergencial, as partes acordam que o presente instrumento será rescindido, mediante formalização por termo de Distrato, tão logo seja finalizada a licitação de mesmo objeto.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9 Além das determinações contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste contrato e no processo de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:



9.1 Promover a execução contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes deste instrumento, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, indisponibilidade de sistema, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.2 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o Ministério Público do Estado da Bahia;

9.2.1 É vedada a subcontratação, ainda que parcial, dos serviços que compõem o objeto contratual;

9.3 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato;

9.4 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato, devendo assegurar que todos os estabelecimentos de sua rede credenciada igualmente o façam;

9.5 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.5.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

9.6 Respeitar e fazer com que os seus empregados/ prepostos, assim como os da rede credenciada respeitem as normas gerais de segurança do trabalho, identificação, disciplina e outros regulamentos vigentes perante o **CONTRATANTE**, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços objeto deste Contrato;

9.7 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços e bens, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.8 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, causados por ação/omissão própria ou de sua rede credenciada, por culpa ou dolo, bem como aqueles ocorridos em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade;

9.9 Não introduzir, seja a que título for, qualquer modificação na especificação do objeto contratado, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

9.10 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de licitação que o originou, providenciando sua correção, substituição ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;



9.11 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do contrato, e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

9.12 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.13 Promover o imediato afastamento, da execução do objeto contratual, de qualquer empregado cuja permanência se demonstre em desacordo com este instrumento, ou, ainda, com a moralidade e a ética, correndo, por exclusiva conta da **CONTRATADA**, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;

9.14 Ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao **CONTRATANTE** no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

9.15 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.16 Fornecer toda mão de obra, equipamentos, ferramentas, insumos, materiais e transportes necessários à execução plena dos serviços objeto deste contrato, diretamente ou através dos estabelecimentos disponibilizados em sua rede credenciada;

9.17 Responsabilizar-se, exclusivamente, perante o **CONTRATANTE**, pela guarda e integridade dos veículos em que estiverem sendo executados serviços, garantindo, assim, quaisquer prejuízos que porventura vierem a ocorrer em veículos do **CONTRATANTE**;

9.18 Assegurar uma rede permanente e efetiva de comunicação através de telefone, e-mail, e/ou outros meios de comunicação disponíveis para atender a qualquer necessidade de contato por parte do Ministério Público do Estado da Bahia;

9.19 Manter, durante a vigência do Contrato, escritório na Cidade de Salvador ou Região Metropolitana, próprio ou de representação, com designação de preposto que detenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução dos serviços, que seja responsável pelo bom andamento dos mesmos e possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

Disponibilizar, durante a vigência do Contrato, um preposto para atendimento remoto, com competência para solucionar possíveis falhas durante a execução do contrato, podendo, se necessário, ser convocado para comparecer presencialmente em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, no local designado, de acordo com as necessidades do **CONTRATANTE**;

9.20 Pagar pontualmente os estabelecimentos que compõem a sua Rede Credenciada, pelos serviços e fornecimentos constantes dos orçamentos previamente aprovados e efetivamente despendidos em favor do **CONTRATANTE**;



- 9.20.1 Em nenhuma hipótese o **CONTRATANTE** responderá solidária ou subsidiariamente por pagamentos devidos pela **CONTRATADA** à sua rede credenciada, os quais são de total e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**;
- 9.21 Disponibilizar, sem ônus ao **CONTRATANTE**, o sistema que viabilize o controle e gerenciamento dos serviços objeto de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do **CONTRATANTE**, responsabilizando-se pela produção e manutenção do sistema em questão, incluindo, mas não limitando, equipamentos, servidores, hospedagem das aplicações do sistema em site próprio, manutenção das bases de dados, procedimentos de instalação, migração, backup, recuperação, segurança, treinamento a usuários finais, ambiente e softwares operacionais, e quaisquer outras atividades, softwares, hardwares ou serviços necessários à produção e operação plena do sistema com todas as suas funcionalidades previstas;
- 9.22 Observar os prazos de atendimento, de execução de serviços e/ou de fornecimento de peças, componentes e acessórios, definidos no momento da realização do orçamento;
- 9.23 Facultar ao **CONTRATANTE** pleno acesso às informações do Sistema, inclusive para extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos, conforme parâmetros a serem definidos pelo **CONTRATANTE**, não podendo haver limitações para qualquer período solicitado;
- 9.24 Disponibilizar manual de utilização do sistema em língua portuguesa;
- 9.25 Treinar e capacitar os servidores indicados pelo **CONTRATANTE** para utilizar todos os recursos do sistema;
- 9.26 Disponibilizar, sem ônus à **CONTRATANTE**, as atualizações das funcionalidades do software;
- 9.27 Promover o cadastramento dos servidores e gestores do **CONTRATANTE** que terão acesso ao sistema, bem como responsabilizar-se pela troca da senha dos mesmos em caso de desligamento, férias ou troca de departamentos;
- 9.28 Planejar, em conjunto com a Coordenação de Transporte do **CONTRATANTE**, a inclusão de novos estabelecimentos à sua rede de credenciadas, visando reduzir as deficiências quanto à capilaridade da rede existente;
- 9.29 Manter atualizada a listagem de estabelecimentos credenciados, encaminhando comunicado formal ao **CONTRATANTE** sempre que houver alteração;
- 9.30 Autorizar a realização dos serviços e/ou aquisições de peças e/ou insumos junto aos estabelecimentos credenciados, imediatamente após a aprovação de cada orçamento pelo **CONTRATANTE**;
- 9.31 Possuir rede credenciada com capacidade de operação equipada para aceitar transações do sistema tecnológico da **CONTRATADA**, minimamente em todos os municípios onde o **CONTRATANTE** mantém veículos, conforme as quantidades mínimas constantes do **Apenso I** deste instrumento;



9.31.1 Credenciar, em caso de existência de veículo dentro da garantia de fábrica que necessite de serviço não coberto pela garantia, Concessionárias autorizadas para a execução do referido serviço;

9.31.1.2 Em caso de haver mais de uma Concessionária da mesma marca na cidade ou região, deverão ser todas credenciadas para proporcionar a livre concorrência, como nos veículos fora de garantia;

9.32.2 Credenciar concessionárias, oficinas e centros automotivos nas localidades a serem definidas pelo **CONTRATANTE** de acordo com as futuras necessidades de serviços de manutenção;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.1 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.2 Solicitar à **CONTRATADA** a disponibilização de perfis/logins e senhas de acesso ao sistema informatizado na quantidade suficiente para o completo gerenciamento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de toda a sua frota oficial de veículos;

10.3 Receber da **CONTRATADA** as senhas e guias de utilização do sistema informatizado de gestão, promovendo as cabíveis alterações/atualizações (caso necessário) e posterior distribuição, única e exclusivamente aos responsáveis pela condução/coordenação dos veículos da sua frota oficial;

10.4 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA** e **SEXTA**;

10.5 Permitir o acesso dos empregados autorizados da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

10.6 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.7 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de execução, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

11.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

11.2.2 Transmitir, à **CONTRATADA**, instruções e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;

11.2.3 Dar imediata ciência a seus superiores dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

11.2.4 Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;

11.2.5 Promover a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

11.2.6 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

11.2.7 Fiscalizar a obrigação da **CONTRATADA** de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

11.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

11.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços e/ou fornecimentos que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

11.4.1 Qualquer serviço ou fornecimento considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;



11.4.2 A não aceitação de algum serviço ou fornecimento, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

11.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

11.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da assinatura do contrato, garantia de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do art. 136 da Lei Estadual nº 9.433/2005;

12.1.1 Na hipótese de exigência do instrumento contratual por instituição financeira para a emissão de apólice, quando for o caso, a **CONTRATADA** terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato, para o cumprimento da exigência mencionada no **item 12.1**;

12.1.2 A ausência de apresentação da garantia pela **CONTRATADA**, no prazo estipulado nesta cláusula, se configura como hipótese de pendência impeditiva do pagamento, nos termos dos **itens 6.2 e 6.2.1** deste instrumento, sem prejuízos das sanções contratuais e legais aplicáveis à matéria, em especial o artigo 167, incisos III e X, da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005;

12.2 A garantia, em qualquer das modalidades, responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais;

12.2.1 A **CONTRATADA** fica obrigada a, durante toda a vigência do contrato, reforçar o valor da garantia sempre que esta for utilizada para o adimplemento de obrigações e/ou multas;

12.3 A garantia, quando prestada nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ser emitida por instituição devidamente habilitada/credenciada pelo Banco Central para tal mister, e somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no **item 12.7**, devendo ser renovada a cada eventual prorrogação do mesmo;

12.4 Caso haja a celebração de aditivo/apostilamento contratual que enseje acréscimo ao valor contratado, a **CONTRATADA** fica obrigada a complementar a garantia, em igual proporção, antes da consagração do aditamento/apostila.

12.4.1 Nos termos do art. 20 do Decreto Estadual nº 13.967/2012, na hipótese de a **CONTRATADA** se negar a efetuar o reforço da garantia, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global anual efetivamente contratado.



12.5 A garantia, quando prestada na modalidade caução, somente será restituída à **CONTRATADA**, no montante a que esta fizer jus, após o integral cumprimento/adimplemento de todas as obrigações contratuais e multas, observadas as regras impeditivas de pagamento constantes na **CLÁUSULA SEXTA**;

12.5.1 A garantia, quando prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente segundo critérios da instituição bancária onde se procedeu ao depósito;

12.6 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

12.6.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

12.6.2 Prejuízos diretos causados ao **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

12.6.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**;

12.6.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

13.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no **item** anterior, as seguintes penalidades:

13.2.1 Multa;

13.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

13.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral;

13.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos **subitens 13.2.2 a 13.2.4**, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

13.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada por infração e de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:



13.4.1 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de **obrigação principal**:

13.4.1.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

13.4.1.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

13.4.1.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

13.4.2 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de **obrigação acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:

13.4.2.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor global do contrato;

13.4.2.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor global do contrato;

13.4.2.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 13.4.2.1 e 13.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

13.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

13.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

13.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

13.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO



14.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

14.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

14.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, as medidas que vão discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no procedimento de Dispensa de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido expediente, naquilo em que não diverja deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

18.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143, para melhor



adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em **XX (XXX) via(s)** de igual teor e forma para que produza seus efeitos legais.

Salvador, ____ de _____ de 2022.

Contratada

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Cargo

Ministério Público do Estado da Bahia
Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



APENSO I

RELAÇÃO DE CAPILARIDADE MÍNIMA DE MUNICÍPIOS A SEREM ABRANGIDOS PELA REDE
CREDENCIADA DA CONTRATADA

Alagoinhas	Ilhéus	Praia do Forte / Mata de São João
Amargosa	Irecê	Salvador e região metropolitana
Barreiras	Itaberaba	Santa Maria da Vitória
Bom Jesus da Lapa	Itabuna	Santo Antônio de Jesus
Brumado	Itapetinga	Seabra
Caetité	Jacobina	Senhor do Bonfim
Camaçari	Jequié	Serrinha
Euclides da Cunha	Juazeiro	Simões Filho
Eunápolis	Lençóis	Teixeira de Freitas
Feira de Santana	Luis Eduardo Magalhães	Valença
Guanambi	Paulo Afonso	Vitória da Conquista
Ibotirama	Porto Seguro	Xique-Xique



APENSO II
RELAÇÃO ATUALIZADA DE VEÍCULOS DA FROTA DO CONTRATANTE

VEÍCULOS DA FROTA 2022					
ITEM	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	ANO/MODELO	LOTAÇÃO
1	FORD	RANGER XL 6P 3.0	DIESEL	2011/2011	SALVADOR
2	IVECO	VERTIS 130V18	DIESEL	2011/2012	SALVADOR
3	FORD	FOCUS 5P 2.0 SEDAN	ALCOOL/GAS	2013/2013	SALVADOR
4	FORD	FOCUS 5P 2.0 SEDAN	ALCOOL/GAS	2013/2013	SALVADOR
5	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
6	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
7	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
8	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
9	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
10	CITROEN	AIRCROSS BUSIN M	ALCOOL/GAS	2016/2017	SALVADOR
11	MITSUBISHI	L 200 TRITON GL	DIESEL	2016/2017	SALVADOR
12	CITROEN	AIRCROSS BUSIN M	ALCOOL/GAS	2016/2017	SALVADOR
13	CITROEN	AIRCROSS BUSIN M	ALCOOL/GAS	2016/2017	SALVADOR
14	M. BENZ	ATEGO 2430	DIESEL	2016/2016	SALVADOR
15	FORD	KA SE 1.5 SD B	ALCOOL/GAS	2017/2018	SALVADOR
16	FORD	KA SE 1.5 SD B	ALCOOL/GAS	2017/2018	SALVADOR



17	CITROEN	AIRCROSS START 1.6	ALCOOL/GAS	2017/2018	SALVADOR
18	CITROEN	AIRCROSS START 1.6	ALCOOL/GAS	2017/2018	SALVADOR
19	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	SALVADOR
20	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
21	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
22	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
23	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
24	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
25	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
26	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
27	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E	ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
28	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
29	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E	ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
30	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
31	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E	ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
32	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
33	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
34	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	SALVADOR
35	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR



36	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E	ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
37	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
38	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
39	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
40	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
41	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E	ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
42	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
43	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
44	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
45	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
46	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
47	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
48	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
49	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	SALVADOR
50	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	SALVADOR
51	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
52	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
53	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E	ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
54	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR



55	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
56	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
57	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
58	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
59	FORD	RANGER XLS 4X4 2.2	DIESEL	2019/2019	SALVADOR
60	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
61	FORD	RANGER XLS 4X4 2.2	DIESEL	2019/2019	SALVADOR
62	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
63	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
64	FORD	RANGER XLS 4X4 2.2	DIESEL	2019/2019	SALVADOR
65	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
66	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
67	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
68	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
69	RENAULT	MASTER L3H2	DIESEL	2020/2021	SALVADOR
70	FORD	RANGER XL 6P 3.0	DIESEL	2010/2011	PORTO SEGURO
71	FORD	RANGER XL 6P 3.0 4X4	FLEX	2010/2011	JACOBINA
72	FORD	RANGER XL 6P 3.0 4X4	FLEX	2010/2011	PAULO AFONSO
73	FORD	RANGER XL 6P 3.0	DIESEL	2011/2011	BARREIRAS



74	FORD	RANGER XL 6P 3.0	DIESEL	2011/2011	FEIRA DE SANTANA
75	FORD	FIESTA 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2012/2013	SENHOR DO BOMFIM
76	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2013/2014	ILHÉUS
77	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2013/2014	PRAIA DO FORTE
78	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	ITABUNA
79	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	BARREIRAS
80	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	PAULO AFONSO
81	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	SANTO ANTONIO DE JESUS
82	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	FEIRA DE SANTANA
83	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	ILHÉUS
84	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	IRECÊ
85	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	JEQUIÉ
86	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	SERRINHA
87	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	SIMÕES FILHO
88	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	VITORIA DA CONQUISTA
89	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	ALAGOINHAS
90	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	GUANAMBI
91	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	CAMAÇARI
92	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2015/2016	TEIXEIRA DE FREITAS
93	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2015/2016	EUCLIDES DA CUNHA

94	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2015/2016	VITÓRIA DA CONQUISTA
95	MITSUBISHI	L 200 TRITON GL	DIESEL	2016/2017	VALENÇA
96	CITROEN	AIRCROSS BUSIN M	ALCOOL/GAS	2016/2017	JUAZEIRO
97	CITROEN	AIRCROSS BUSIN M	ALCOOL/GAS	2016/2017	BOM JESUS DA LAPA
98	CITROEN	AIRCROSS BUSIN M	ALCOOL/GAS	2016/2017	SANTA MARIA DA VITÓRIA
99	MITSUBISHI	L 200 TRITON GL	DIESEL	2017/2018	LENÇÓIS
100	FORD	KA SE 1.5 SD B	ALCOOL/GAS	2017/2018	EUNÁPOLIS
101	FORD	KA SE 1.5 SD B	ALCOOL/GAS	2017/2018	FEIRA DE SANTANA
102	FORD	KA SE 1.5 HA B	ALCOOL/GAS	2018/2018	ITAPETINGA
103	RENAULT	DUSTER DYNAMIQUE 4X4	ALCOOL/GAS	2018/2019	EUCLIDES DA CUNHA
104	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	FEIRA DE SANTANA
105	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	TEIXEIRA DE FREITAS
106	MITSUBISHI	L 200 TRITON SPT GL	DIESEL	2018/2019	ITABERABA
107	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	FEIRA DE SANTANA
108	FORD	RANGER XLS 4X4 2.2	DIESEL	2019/2019	SANTO ANTONIO DE JESUS
109	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	JUAZEIRO
110	CHEVROLET	S10 LTZ	DIESEL	2014/2014	PORTO SEGURO
111	CHEVROLET	S10 LTZ	DIESEL	2014/2014	EUNÁPOLIS



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Considerando os ajustes implementados, conforme exposto no despacho retro (doc. 0357526) **validamos a Minuta de Contrato ajustada (doc. 0357533).**

À DCCL - Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios para o prosseguimento do processo.

Leonardo Borges Castellar Sampaio.

Assistente de Gestão II.

Coordenação de Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Borges Castellar Sampaio** em 04/05/2022, às 05:32, conforme o Ato Normativo nº 47, de 05 de Dezembro de 2024 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=4 informando o código Verificador **0352969** e o código CRC **B67934EB**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando a validação da minuta pela unidade demandante, encaminhamos o expediente para análise da Assessoria Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa.

Paula Souza de Paula Marques

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 05/52/, 5, , às 02:9f à conArme Nto v ormatiº o n4 597àde 02 de Dezembro de , 5, 5 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Na autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=5 informando o código de verificador **0357709** e o código CRC **BFD81A80**.

MANIFESTAÇÃO

Procedimento n.º:	19.09.02677.0006256/2022-46
Interessado(a):	Diretoria Administrativa
Espécie:	Dispensa de licitação

Consta da minuta contratual a seguinte cláusula:

8.2 Considerando se tratar de contratação emergencial, as partes acordam que o presente instrumento será rescindido, mediante formalização por termo de Distrato, tão logo seja finalizada a licitação de mesmo objeto.

De fato, o Tribunal de Contas da União orienta no sentido da inclusão de cláusula resolutiva expressa que estabeleça a extinção do contrato emergencial logo após a conclusão do procedimento licitatório:

O contrato emergencial deve conter expressa cláusula resolutiva que estabeleça a sua extinção logo após a conclusão do processo licitatório para nova contratação dos correspondentes serviços. Acórdão 3474/2018 Segunda Câmara (Representação, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho)

O contrato emergencial deve conter expressa cláusula resolutiva que estabeleça a sua extinção logo após a conclusão do processo licitatório para nova contratação dos correspondentes serviços. Acórdão 9873/2017-Segunda Câmara | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO

No entendimento desta Assessoria Técnico-Jurídica, a referida cláusula independe da celebração de termo de distrato, instrumento que decorre da vontade consensual e bilateral dos contratantes.

Ao revés, a inclusão da referida cláusula atende ao interesse público, na medida em que privilegia o contrato decorrente de prévio processo licitatório e restringe a vigência do contrato decorrente de dispensa de licitação, razão pela qual sua extinção independe da vontade da contratada.

Considerando que a teoria geral dos contratos aplica-se ao caso, por força do art. 123, da Lei Estadual n.º 9.433/2005, cumpre destacar o que dispõe o art. 474, do Código Civil Brasileiro:

Art. 474. A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito; a tácita depende de interpelação judicial.

No caso concreto, de antemão, a Administração estabelece que a vigência fica condicionada a evento futuro e certo, cabendo à Administração, apenas, notificar a contratada quando da sua ocorrência. Nesse diapasão, sugere-se a seguinte redação:

8.2 A finalização da licitação de mesmo objeto antes do término do período de vigência estabelecido na cláusula 8.1, acarreta a extinção antecipada do presente instrumento contratual, cabendo à Administração comunicar a contratada acerca do implemento da presente condição.

É a manifestação, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação. Em caso de acolhimento, sugere-se encaminhamento à DCCL-CEACC, para alteração da minuta, com posterior validação pela DADM-CT. Em seguida, pelo retorno a esta ATJ para novo exame.

Salvador, 17 de maio de 2022.

Belª. Maria Paula Simões Silva

Assessora/SGA

Matrícula n.º. 351.869

Bel. Eduardo Loula Novais de Paula

Analista Técnico-Jurídico/SGA



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 03/52/, 5, , às 05:55:58 em 02 de Dezembro de 2022, 5 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 03/52/, 5, , às 05:20:20 em 02 de Dezembro de 2022, 5 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_consultar&id_orgao_acesso_externo=5 informando o código de verificação **0363851** e o código CRC **CA21A945**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos seus fundamentos.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para alteração da minuta do contrato, conforme redação sugerida no presente opinativo, com posterior envio à DADM/Coordenação de Transportes para validação e, após, à Assessoria Técnico Jurídica para exame e parecer.

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 02/5, /à5àà9: s 056f 9conArme Nto v ormati° o n45719de 0, de Dezembro de à5à5 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Na autenticidade do documento pode ser conhecida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=5 informando o código °eriAcador **0364433** e o código CRC **33535E92**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Em atenção à manifestação da Assessoria Jurídica, encaminhamos o expediente à Coordenação de Transportes, com alteração da cláusula de vigência, para ciência e deliberação.

Paula Souza de Paula Marques

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 05/2, às 10h51 conforme Ato Normativo nº 2471 de 0, de Dezembro de 2022 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0365660** e o código CRC **92649E6C**.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº XXX/2022 - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.142.491/0001-66, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Welington Silveira Soares**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **XXXXXXXXXXXX**, CNPJ nº. **XXXXXXXXXX**, estabelecida à **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, representada por **XXXXXXXXXX**, CPF/MF nº **XXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no procedimento de Dispensa de Licitação nº 041/2022-DADM, protocolado sob o nº 19.09.02677.0006256/2022-46, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços continuados de controle e gerenciamento da manutenção dos veículos que compõem a frota do Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado, incluindo o serviço de administração das despesas com o fornecimento de peças, componentes, acessórios, materiais, produtos e serviços de toda ordem, referentes à manutenção preventiva e corretiva, que será executada por uma Rede Credenciada de oficinas, centros automotivos e concessionárias, visando atender às necessidades do Ministério Público do Estado da Bahia conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1 A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva ocorrerá por intermédio de rede credenciada de oficinas, centros automotivos e concessionárias;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO

2.1 O Regime de execução do presente Contrato é de Execução Indireta na modalidade Empreitada por Preço global;

2.2 Os serviços serão executados mediante implantação e operação de sistema eletrônico de gerenciamento, que deverá ser compatível com o ambiente seguro, operar via web (*on line*), incluindo o serviço de administração das despesas com fornecimento de peças, acessórios, componentes, materiais, produtos e serviços de toda ordem;

2.2.1 Os serviços relativos à manutenção da frota, a serem executados por meio de rede credenciada de oficinas, centros automotivos e concessionárias, devem abranger todas as



áreas e especialidades automotivas afetas à integridade dos veículos e relativos prevenção e correção de defeitos, tais como, serviços mecânicos, elétricos, de lanternagem, funilaria, pintura, borracharia, alinhamento, balanceamento, sistema de refrigeração e arrefecimento, incluindo análise, avaliação e diagnose, desmontagem, montagem, retificação, reparação, correção, restauração, reposição e conservação, transporte em suspenso por guincho, dentre outros;

2.2.2 A Rede Credenciada de Oficinas, centros automotivos e Concessionárias será composta por estabelecimentos localizados em Salvador/BA e nos municípios constantes do **Apenso I** deste instrumento;

2.2.3 A prestação dos Serviços objeto do contrato terá curso através da execução do controle e gerenciamento dos serviços de manutenção dos veículos do CONTRATANTE, sendo, a manutenção propriamente dita, executada por profissionais devidamente habilitados e treinados, em nível compatível com as atribuições delegadas, vinculados à Rede Credenciada da **CONTRATADA**.

2.2.3 O sistema informatizado a ser implantado pela **CONTRATADA** deverá ser compatível com o ambiente seguro, operar via WEB (*on-line*), interligar os locais de atendimento com o **CONTRATANTE**;

2.3 A **CONTRATADA** deverá implantar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da entrega da nota de empenho e instrumento contratual, o sistema de controle e gerenciamento das manutenções de veículos, de modo que o mesmo esteja em pleno funcionamento no prazo mencionado, garantindo-se que as manutenções possam ser executadas imediatamente após o término da vigência do contrato anteriormente celebrado pelo **CONTRATANTE**;

2.4 A implantação do sistema informatizado de gerenciamento e administração das manutenções dos veículos que compõem a frota do Ministério Público do Estado da Bahia, deverá contemplar as seguintes rotinas:

2.4.1 Cadastramento e registro de todos os veículos da frota oficial do **CONTRATANTE**;

2.4.2 Cadastramento de todos os usuários e gestores do sistema, indicados pelo **CONTRATANTE**, com seus respectivos níveis de acesso e habilitação para a aquisição de produtos e serviços junto à Rede Credenciada da **CONTRATADA**;

2.4.2.1 Os fiscais do contrato, designados pela administração através de Portaria, bem como os servidores indicados pela Gerência de Transportes do **CONTRATANTE**, deverão estar aptos a terem acesso, mediante login/senha, a funcionalidades do sistema que lhes permitam solicitar e analisar orçamentos, autorizar a execução de serviços, gerenciar e controlar prazos, gastos e demais variáveis inerentes à execução prática e financeira do contrato, inclusive para extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, com discriminação de custos e sem limitações quanto ao(s) período(s) solicitado(s);

2.4.2 Implantação e parametrização do sistema tecnológico de controle e gerenciamento dos serviços de manutenção;



2.4.3 Treinamento dos usuários e gestores indicados pelo **CONTRATANTE**;

2.4.4 Disponibilização da Rede Credenciada, capacitada para atender às exigências do contrato, em conformidade com o sistema de gerenciamento;

2.4.5 Fornecimento de manual ou tutorial de utilização do sistema em língua portuguesa;

2.5 O sistema informatizado para gerenciamento de administração das manutenções de que cuida o item 2.4 deverá atender ao seguinte:

2.5.1 Deverá ser disponibilizado para acessos e lançamentos pelos servidores indicados pela Coordenação de Transportes do **CONTRATANTE**, mediante cadastro prévio para acesso ao sistema;

2.5.2 O acesso e utilização do sistema serão precedidos de treinamento específico, nos termos do **item 2.4.3**, e obedecerão aos manuais e procedimentos que os acompanharem, sendo de responsabilidade da **CONTRATADA** a manutenção e ajustes que se mostrarem necessários à plena execução do objeto;

2.5.3 O sistema informatizado deverá possuir mecanismos de segurança que impeçam operações com veículos que não estejam cadastrados e transações com materiais ou serviços não autorizados;

2.5.4 Os fiscais do contrato, designados pela administração através de Portaria, bem como os servidores indicados pela Gerência de Transportes do **CONTRATANTE** deverão estar aptos a terem acesso ao Sistema Eletrônico de Gerenciamento da **CONTRATADA**, mediante uso de senhas (login/senha);

2.5.5 O Sistema Eletrônico de Gerenciamento deverá ser compatível com ambiente seguro, operar via web (on line), interligar os locais de atendimento com o **CONTRATANTE** e permitir, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

2.5.5.1 Possibilitar o acesso e lançamento de dados, informações e documentos pelo **CONTRATANTE** e pelos estabelecimentos da Rede credenciada da **CONTRATADA**;

2.5.5.2 Disponibilização, pela **CONTRATADA** e por sua Rede credenciada, de orçamentos detalhados e discriminados, nos termos do item 2.13.14 bem como, disponibilização de um banco de preços das peças e serviços utilizados pelo **CONTRATANTE**, a fim de utilizar essa ferramenta para otimizar, sempre que possível, o tempo de orçamentação e cotação dos serviços;

2.5.5.3 Realização de cotações via Internet;

2.5.5.4 Visualização da combinação mais econômica entre as cotações realizadas;

2.5.5.5 Controle de peças e serviços que ainda se encontram em garantia;

2.5.5.6 Possibilidade de definição de valores diferenciados para aprovação dos orçamentos;

2.5.5.7 Disponibilização de nota fiscal eletrônica com descrição detalhada de peças e



serviços prestados, a ser emitida em nome da **CONTRATADA**;

2.5.5.8 Indicação da Rede Credenciada para Manutenção dos veículos, especificando os serviços oferecidos e executados por cada estabelecimento;

2.5.5.9 Visualização, extração e impressão de relatórios de controle gerencial de gastos, serviços prestados, peças, acessórios, componentes, materiais e produtos utilizados nas manutenções.

2.5.6 A **CONTRATADA** deverá oferecer, durante toda a vigência contratual e sem custo adicional ao **CONTRATANTE**, suporte técnico (presencial ou por telefone) e acesso remoto, a serem realizados por profissional(is) devidamente autorizado(s) pela **CONTRATADA**, objetivando subsidiar o uso do sistema e a performance quanto aos indicadores de desempenho na gestão da frota;

2.6 A **CONTRATADA** fornecerá a relação das oficinas mecânicas multimarcas, centros automotivos, concessionárias e estabelecimentos congêneres, que fazem parte da sua **Rede Credenciada**, uma vez que as manutenções da frota de veículos do **CONTRATANTE** poderão ser efetuadas em qualquer município do território do Estado da Bahia ou Estado vizinho (se for mais econômico), em virtude de viagens a serem empreendidas, onde existam estabelecimentos da Rede Credenciada.

2.6.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, um mínimo de 50% do total dos estabelecimentos credenciados exigido em cada município conforme relação constante do **Apenso I**, devendo complementar o quantitativo, se for o caso, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

2.6.2 A Rede Credenciada da **CONTRATADA** deverá possuir capacidade de operação equipada para aceitar transações por meio do sistema de gerenciamento tecnológico que será implantado e deverá abranger, minimamente, todos os municípios indicados no **Apenso I** deste instrumento;

2.6.3 O credenciamento realizado para atender à capilaridade mínima exigida deverá ser capaz de atender a todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota do **CONTRATANTE** (observando as marcas, modelos e quantidades previstas no **Apenso II** deste instrumento), respeitando, inclusive, as condições técnicas de cada tipo de serviço;

2.6.4 Excepcionalmente, quando não for possível o credenciamento conforme as condições técnicas exigidas no **item 2.6.10**, tal circunstância deverá ser justificada pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, que deliberará quanto ao aceite da justificativa;

2.6.5 Naqueles Municípios em que o **CONTRATANTE** possua frota permanente de veículos oficiais, nos termos do **Apenso I** deste instrumento, a **CONTRATADA** deverá assegurar a existência de, pelo menos, 03 (três) estabelecimentos (oficinas, centros automotivos e/ou concessionárias) credenciados, a fim de viabilizar a necessária concorrência de mercado e o atendimento das demandas de manutenção dos veículos do **CONTRATANTE** nos locais de lotação;

2.6.5.1 Excepcionalmente, quando não for possível o credenciamento mínimo por cidade,



exigido no item anterior, tal circunstância deverá ser justificada pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, que deliberará quanto ao aceite da justificativa apresentada;

2.6.5.2 Especificamente na cidade de Salvador, onde está lotada a maior parte da frota de veículos do **CONTRATANTE**, com maior diversidade de tipos de veículos e, consequentemente, onde haverá uma maior demanda por serviços de manutenção, a **CONTRATADA** deverá garantir um maior número de oficinas, centros automotivos e concessionárias credenciados à sua Rede, de modo que o objeto contratual seja executado de forma eficiente e vantajosa economicamente, de acordo com as necessidades do **CONTRATANTE**;

2.6.6 Considerando a existência de veículos em garantia de fábrica, na frota do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá possuir, em sua Rede Credenciada, concessionárias autorizadas pelas montadoras a realizarem serviços atinentes a tais veículos, sejam aqueles serviços destinados à manutenção da garantia (tais como, as revisões periódicas) ou aqueles que devam ser realizados em concessionárias autorizadas para impedir a perda da garantia;

2.6.6.1 A **CONTRATADA** deverá credenciar concessionárias autorizadas, de todas as marcas dos veículos pertencentes à frota do **CONTRATANTE**, em todas as cidades do interior do Estado onde existirem concessionárias, de modo a facilitar as manutenções dos veículos que estiverem em período de garantia de fábrica e evitar custos com o deslocamento destes veículos;

2.6.6.2 Na hipótese de haver mais de uma concessionária autorizada por cada montadora, na mesma cidade ou microrregião, deverá haver o maior número de credenciamentos possível, de modo a possibilitar a existência de concorrência entre os orçamentos a serem ofertados;

2.6.7 Os estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA** deverão funcionar, minimamente, das 8 (oito) às 17 (dezessete) horas, de segunda a sexta-feira, e das 8 (oito) às 12 (doze) horas, aos sábados;

2.6.8 Caso o **CONTRATANTE** verifique a necessidade de credenciamento de novos estabelecimentos (oficinas, centros automotivos e/ou concessionárias) à Rede da **CONTRATADA**, esta se compromete a providenciar o credenciamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da notificação, sem custos adicionais para o **CONTRATANTE**.

2.6.8.1 Na hipótese de aquisição de veículos de marca(s) distinta(s) daqueles constantes na listagem geral de veículos, a **CONTRATADA** se compromete a providenciar (caso não possua ainda) o credenciamento de oficinas, centros automotivos e concessionárias autorizadas da(s) referida(s) marca(s), no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da notificação, sem custos adicionais para o **CONTRATANTE**;

2.6.9 A **CONTRATADA** deverá garantir que a Rede Credenciada possua os requisitos mínimos de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado para realização do objeto desta contratação;

2.6.10 As instalações prediais, dos estabelecimentos da Rede Credenciada, e todo o



aparelhamento necessário à execução dos serviços objetos da contratação deverão ser compatíveis com os tipos de veículos a serem mantidos, conforme as seguintes condições técnicas mínimas:

2.6.10.1 Área Reservada para serviço mecânico com elevador;

2.6.10.2 Área Reservada para serviço elétrico;

2.6.10.3 Área Reservada para serviço de funilaria;

2.6.10.4 Área Reservada para serviço de pintura;

2.6.10.5 Sala de espera;

2.6.10.6 Cobertura nas Áreas de Serviço;

2.6.10.7 Área fechada e com segurança para guarda dos veículos em manutenção;

2.6.10.8 Estufa para pintura no padrão exigido pelos fabricantes dos veículos;

2.6.10.9 Equipamento para alinhamento e balanceamento;

2.6.10.10 Equipamento de Check-Up;

2.6.10.11 Máquina de limpeza de bico injetor;

2.6.10.12 Aparelho para diagnóstico de Injeção;

2.6.10.13 Lâmpada de ponto eletroscópica;

2.6.10.14 Prensa para tirar rolamento e buchas;

2.6.10.15 Equipamento de retirada de motores.

2.6.11 O atendimento às condições técnicas mínimas poderá ser realizado através de um conjunto de estabelecimentos em cada município, desde que garantida a possibilidade de concorrência no mercado local;

2.7 A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, acessórios, componentes e materiais que se fizerem necessários, deverão ocorrer por intermédio dos estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA**, composta por oficinas multimarcas, centros automotivos e concessionárias, dentre outros, em caráter contínuo e ininterrupto, abrangendo todas as áreas e especialidades afetas à integridade dos veículos e relativos a manutenção preventiva e corretiva, análise, avaliação, diagnose, desmontagem, montagem, retificação, reparação, correção, restauração, reposição, complementação e conservação.

2.8 O fornecimento de peças, acessórios, componentes e outros materiais automotivos, pelos estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA**, independem da execução de serviços



de manutenção e vice-versa, podendo haver solicitações que requeiram, concomitantemente, execução de serviços e fornecimento de materiais;

2.9 Os estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA** deverão disponibilizar o serviço de transporte de veículos em suspenso, por guincho, que será solicitado mediante conveniência e necessidade do **CONTRATANTE**, **exclusivamente** nas hipóteses em que não for possível e/ou cabível a utilização do serviço de guincho prestado por meio do contrato de seguro dos veículos da frota do **CONTRATANTE**;

2.10 A manutenção preventiva compreende todos os serviços executáveis em oficinas multimarcas, centros automotivos, concessionárias ou estabelecimento congênere, e consistem na revisão periódica dos veículos de acordo com os planos de manutenção preventiva constantes dos manuais fornecidos pelas montadoras, para cada modelo, com a finalidade de avaliar as condições de funcionamento dos veículos, além de detectar desgastes em acessórios, peças e outros elementos;

2.10.1 São exemplos de manutenção preventiva: troca de pneus, protetores e câmaras; aplicação de películas; alinhamento e balanceamento de rodas; troca de óleo do motor, câmbio, diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento, filtro de óleo, de ar e de ar condicionado; lubrificação de veículos; reposição de palhetas de limpador, correias de alternador/gerador; substituição de itens do motor; limpeza de motor e de bicos injetores; regulagem de bombas e bicos injetores; troca de lonas e pastilhas de freio, mangueiras; outros serviços constantes no manual dos veículos/equipamentos;

2.11 A manutenção corretiva compreende todos os serviços executáveis em oficinas multimarcas, centros automotivos, concessionárias ou estabelecimento congênere, e consiste na correção de defeitos, danos ou problemas aleatórios, resultantes do desgaste e ou deficiências de operação, manutenção ou fabricação, de modo a garantir o perfeito funcionamento dos veículos;

2.11.1 São exemplos de manutenção corretiva: serviços de retífica de motor; montagem e desmontagem de jogo de embreagem; serviços de instalação elétrica; serviços do sistema de injeção eletrônica; capotaria; tapeçaria; funilaria; vidraçaria; pintura; serviços no sistema de arrefecimento; serviços no sistema de ar-condicionado; dentre outros da espécie.

2.12 As solicitações, pelos usuários cadastrados pelo **CONTRATANTE**, para a realização de serviços de manutenção ou aquisição de peças/materiais automotivos, junto à Rede Credenciada da **CONTRATADA**, deverão ocorrer através da utilização de sistema próprio informatizado e integrado de gestão, com autorização de consumo mediante senha específica;

2.13 A execução de qualquer serviço de manutenção preventiva ou corretiva (incluindo o fornecimento de peças e demais itens automotivos correlatos, quando cabíveis) pressupõe a apresentação prévia, pela **CONTRATADA**, de um mínimo de 03 (três) orçamentos/cotações, através do Sistema de Gerenciamento disponibilizado, os quais, serão analisados pelos fiscais do contrato, ou pelos servidores indicados pela Gerência de Transportes do **CONTRATANTE**, antes de autorizar a execução do serviço, sem o que não deverá ser executado, sob pena de não se efetuar o respectivo pagamento;

2.13.1 Quando identificada demanda de serviço de manutenção pelo **CONTRATANTE**, o veículo



será encaminhado a um dos estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA**, o qual terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis para fornecer um orçamento, discriminando os serviços a serem executados e as peças a serem substituídas, constando os valores de cada item orçado, bem como o valor total do orçamento;

2.13.2 Quando da realização do orçamento inicial, a **CONTRATADA** garantirá, ao **CONTRATANTE**, por meio de representante autorizado, a possibilidade de analisar os termos da avaliação realizada no veículo, visando a aprovação prévia dos serviços indicados, bem como, da relação de peças a serem substituídas;

2.13.3 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, após a realização do orçamento inicial, no mínimo mais 02 (dois) orçamentos, baseados no primeiro, obtidos junto aos demais estabelecimentos da sua Rede Credenciada;

2.13.4 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, num prazo de três meses a contar do início do contrato, um banco de preços das peças e serviços utilizados pelo **CONTRATANTE**, a fim de utilizar essa ferramenta para otimizar, sempre que possível, o tempo de orçamentação e cotação dos serviços, sendo permitida a utilização deste banco de preços para suprir a exigência prevista no item anterior;

2.13.5 Os preços orçados constantes no banco de preços terão validade máxima de 90 (noventa) dias, não excluindo a possibilidade de novas cotações sempre que necessário;

2.13.6 Para a análise e aprovação dos orçamentos, poderão ser considerados os valores referenciais constantes na base de dados do próprio sistema, obtidos a partir do histórico das manutenções realizadas pela Rede Credenciada (banco de preços), com base no tipo de veículo, marca, modelo e cidade/região, para que, antes da necessária aprovação, permita ao gestor do contrato a aferição dos valores orçados, a fim de constatar se estão de acordo com os preços médios praticados pelo mercado;

2.13.7 Excepcionalmente, poderá, a **CONTRATADA**, disponibilizar quantidade inferior aos 03 (três) orçamentos exigidos, nas hipóteses em que não haja quantitativo suficiente de estabelecimentos credenciados que prestem o serviço necessitado no município em que for demandada a execução da manutenção, circunstância que deverá ser declarada e comprovada expressamente;

2.13.8 O **CONTRATANTE** analisará os orçamentos para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, observando os respectivos custos, a necessidade da execução total ou parcial dos serviços propostos, bem como o prazo de execução indicado. Após esse exame, o **CONTRATANTE** poderá autorizar a execução dos serviços, devendo ser autorizado, sempre que possível, o orçamento de menor valor ou o mais vantajoso para a Administração, conforme o caso;

2.13.9 Os preços cobrados pelas peças, acessórios, componentes, materiais, produtos e serviços relativos à manutenção preventiva e corretiva realizada na Rede Credenciada de oficinas, centros automotivos, concessionárias e estabelecimentos congêneres deverão ser compatíveis com os preços de mercado praticados no Estado da Bahia em cada localidade;



2.13.10 É vedada a cobrança de preço superior ao cobrado para o consumidor geral, sendo vedada a cobrança de taxa adicional diferenciada em razão do uso do sistema de gerenciamento da **CONTRATADA**;

2.13.11 O **CONTRATANTE** reserva-se no direito de realizar pesquisas de mercado sobre os preços das peças, acessórios, componentes, materiais, produtos e serviços relativos à manutenção preventiva e corretiva, repassados pela **CONTRATADA** nas faturas mensais, a fim de verificar a adequação destes aos valores praticados no mercado local;

2.13.12 O controle dos preços das peças, acessórios, componentes, materiais, produtos e serviços relativos à manutenção preventiva e corretiva, cobrados em razão do contrato deverá ser realizado pelos fiscais e gestores do contrato com base nos relatórios de parametrização dos valores e outros recursos do sistema de gerenciamento informatizado que deverão ser disponibilizados pela **CONTRATADA**, em comparação com as pesquisas periódicas dos preços de mercado, de forma a selecionar as oficinas, centros automotivos, concessionárias e estabelecimentos congêneres que cobram os menores preços;

2.13.14 A **CONTRATADA** disponibilizará ao **CONTRATANTE** os orçamentos com, no mínimo, a discriminação dos seguintes itens:

2.13.14.1 Número do contrato;

2.13.14.2 Placa marca e modelo do veículo;

2.13.14.3 Descrição de todos os serviços a serem executados;

2.13.14.4 Preço da mão-de-obra para cada tipo de serviço;

2.13.14.5 Discriminação das peças e materiais a serem aplicados, com as respectivas marcas, preços e garantias;

2.13.14.6 Para os lubrificantes e fluidos aplicados: quantidade de litros por tipo (conforme especificação do fabricante do veículo), e preço do litro;

2.13.14.7 Prazo para execução dos serviços e entrega do veículo;

2.13.14.8 Eventual existência de peça ou serviço em garantia, obedecido o disposto no item 2.13.29.

2.13.15 Se durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviço, peças ou demais itens automotivos, a **CONTRATADA** deverá informar o fato ao **CONTRATANTE**, atualizando o respectivo orçamento e submetendo-o à nova aprovação, obedecidas as regras estabelecidas neste instrumento e o prazo referido nos **itens 2.13.1 e 2.13.3**.

2.13.16 O prazo para execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva será aquele constante do orçamento aprovado pelo **CONTRATANTE**, e terá como termo inicial a data do recebimento da aprovação do orçamento pela **CONTRATADA**;



2.13.17 Após a aprovação do orçamento, a oficina da Rede Credenciada da **CONTRATADA** deverá iniciar imediatamente a execução dos serviços orçados, minimizando o tempo de permanência do veículo na oficina;

2.13.18 Pedidos de prorrogações de prazos somente serão admissíveis antes do termo final do prazo originalmente consignado, mediante justificativa e respectiva comprovação de fato superveniente, aceito pelo **CONTRATANTE**;

2.13.19 O **CONTRATANTE** poderá autorizar o prolongamento do prazo de execução nos casos justificados pela **CONTRATADA** e conforme condições a seguir:

2.13.19.1 A **CONTRATADA** deverá informar imediatamente ao **CONTRATANTE**, por escrito, os casos fortuitos ou motivos de força maior, para que possam ser considerados;

2.13.19.2 O **CONTRATANTE** após análise de cada caso apresentado, informará a **CONTRATADA** se aceita ou recusa os motivos alegados, aplicando, a seu exclusivo critério, no caso de recusa, as penalidades previstas no Contrato, após o competente processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

2.13.20 Em casos excepcionais e mediante solicitação devidamente justificada, a **CONTRATADA**, através de sua Rede Credenciada, deverá garantir a execução de reparos e manutenção corretiva em veículos, dentro das sedes do **CONTRATANTE**, quando o veículo apresentar defeitos mecânicos que o impeça de trafegar;

2.13.21 A **CONTRATADA**, através do estabelecimento credenciado para a realização de cada serviço, fica obrigada a efetuar a vistoria de cada veículo, na presença de preposto do **CONTRATANTE**, no ato da entrega e devolução do mesmo, fazendo constar em relatório, dentre outras coisas: a identificação do veículo, descrição sucinta do defeito relatado ou serviço solicitado, quilometragem, nível de combustível, o estado geral de conservação, se há arranhões, moissas ou batidas, situação do estofado, pneus, acessórios dos veículos (aparelho de som, chave de roda, macaco, extintor, triângulo e pneu de socorro, dentre outros) e qualquer anormalidade identificada. O Relatório de vistoria deverá ser emitido em duas vias e assinado pelas partes nas duas fases, entrega e devolução do veículo;

2.13.22 A **CONTRATADA**, através do estabelecimento credenciado que efetuou o serviço, comunicará ao **CONTRATANTE** a sua conclusão, ficando o **CONTRATANTE** responsável em indicar preposto para vistoriar o veículo e avaliar a execução dos serviços, a correta aplicação de peças e acessórios e o estado geral do mesmo, bem como retirá-lo da oficina, ficando esclarecido que o veículo deverá ser entregue limpo, sem quaisquer resquícios ou sujeiras oriundas da execução dos serviços de manutenção realizados, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

2.13.23 Caso não ocorra o aceite do veículo, por defeito ou falha na execução do serviço de manutenção, o **CONTRATANTE** fará o respectivo registro e a **CONTRATADA** deverá assegurar a correção das anormalidades apontadas, pelo estabelecimento credenciado que executou o serviço, ou por outro que assim designe, sem ônus para o **CONTRATANTE** e em prazo não superior à metade do estabelecido no orçamento original aprovado;

2.13.24 Se o(s) orçamento(s) for(em) rejeitado(s), caberá ao Gestor de Execução manter



contato com o Representante da **CONTRATADA**, com vistas a manter entendimentos de adequação, para limitar o orçamento aos valores levantados no mercado local da realização do serviço.

2.13.24.1 O **CONTRATANTE**, a seu exclusivo critério, poderá autorizar a realização parcial do orçamento escolhido, tanto no que tange à aquisição de peças quanto à realização de serviços;

2.13.24.2 Não se admitirá faturamento de serviços que não tenham sido aprovados expressamente pelo **CONTRATANTE**;

2.13.24.3 Caso se verifique que o orçamento encontrado pela **CONTRATANTE** seja inferior ao menor orçamento apresentado pela **CONTRATADA**, esta deverá ajustar os valores ofertados, limitando-os à média encontrada entre o menor valor ofertado pela **CONTRATADA** e o menor valor encontrado pela **CONTRATANTE** em pesquisa de mercado.

2.13.25 As peças e demais itens automotivos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, não reconicionados e dos mesmos fabricantes das peças originais do veículo, devendo, a **CONTRATADA**, entregar, quando da finalização dos serviços, as embalagens acompanhadas dos respectivos termos de garantia;

2.13.25.1 Excepcionalmente, poderá ser admitida a utilização de peças e demais itens automotivos produzidos por outros fabricantes, desde que previamente autorizado pelo **CONTRATANTE**.

2.13.26 Deverão ser aplicados nos veículos apenas fluidos e lubrificantes dos tipos especificados pelos fabricantes dos veículos;

2.13.27 A **CONTRATADA**, por meio dos estabelecimentos da sua Rede Credenciada, deverá devolver ao **CONTRATANTE** as peças, acessórios e/ou demais itens automotivos que forem substituídos por ocasião dos serviços executados, no momento da conferência e recebimento do veículo;

2.13.28 A **CONTRATADA** será responsável pelos veículos que estejam nas instalações da sua Rede Credenciada para a manutenção/reparo até a entrega definitiva do veículo ao **CONTRATANTE**, em conformidade com o quanto registrado no Relatório de Vistoria;

2.13.29 A **CONTRATADA**, por sua Rede Credenciada, deverá conceder garantia pelos Serviços de Manutenção executados, a contar da data da conclusão do serviço, conforme segue:

2.13.29.1 para os serviços de manutenção e reparo de, no mínimo, 90 (noventa) dias;

2.13.29.2 para as peças de reposição aplicadas de, no mínimo, 90 (noventa) dias, ou aquela informada pelo fabricante, a que for maior;

2.13.29.3 para os serviços de pintura e funilaria de, no mínimo, 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, desde que os defeitos não decorram de influências externas anormais de origem química ou mecânica;



2.13.30 Na hipótese de o veículo apresentar o mesmo vício/defeito ou necessitar de reposição da mesma peça/material, durante o respectivo período de garantia, o **CONTRATANTE** comunicará formalmente o ocorrido à **CONTRATADA**, que deverá providenciar imediatamente o devido reparo e/ou substituição;

2.13.31 Se o(s) veículo(s) vier(em) a apresentar o(s) mesmo(s) defeito(s), dentro do prazo de garantia, a contagem desse prazo será reiniciada, a partir da data em que o(s) veículo(s) for(em) devolvido(s) devidamente reparado(s);

2.13.32 A condução dos veículos só poderá ser efetuada por preposto da Rede Credenciada da **CONTRATADA**, devidamente habilitado e sob sua responsabilidade civil e criminal por quaisquer danos causados ao **CONTRATANTE** ou a Terceiros, para fins de diagnósticos e testes vinculados à execução dos serviços no veículo do **CONTRATANTE**;

2.13.33 A **CONTRATADA** deverá ressarcir ao **CONTRATANTE**, por qualquer dano ou prejuízo causado durante a realização dos serviços nos estabelecimentos da sua Rede Credenciada, inclusive aqueles havidos em decorrência de sinistros ocasionais (enchentes, incêndios, desabamentos, inundações, furto, roubo etc.);

2.14 O quantitativo de veículos pertencentes à frota do **CONTRATANTE** poderá ser alterado no decorrer da vigência do contrato, em função de baixas ou aquisições de novos veículos;

2.15 A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhe forem delegadas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**;

2.16 A realização de serviços cobertos pela garantia de fábrica não ensejará a cobrança de taxa pela **CONTRATADA**;

2.17 O recebimento do objeto contratual ficará sob a responsabilidade de um representante da Coordenação de Transportes da Diretoria Administrativa do **CONTRATANTE**, em conjunto com o fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, caso este não seja integrante daquela unidade;

2.18 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.18.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a refazer os serviços no prazo de 03 (três) dias úteis;

2.18.2 O prazo para o recebimento provisório será de 05 (cinco) dias, contados da entrega do relatório de manutenções de que cuida o **item 6.1.4**;

2.19 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005, observando-se o prazo de 05 (cinco) dias corridos;

2.20 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste



Contrato e no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Orçamentária/Gestora	Unidade	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/0003		2000	9900	100	33.90.39

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 O valor a ser pago à **CONTRATADA** corresponderá ao valor total dos produtos e serviços efetivamente adquiridos/consumidos pelo **CONTRATANTE** nos estabelecimentos credenciados durante a periodicidade faturada (conforme **cláusula sexta** do presente instrumento), subtraindo-se o valor da taxa percentual de **14,00%** (**quatorze** por cento), correspondente à taxa de desconto pactuada;

4.2 Para efeito de previsão, dá-se ao presente contrato o valor global anual estimado de R\$ **387.000,00** (**trezentos e oitenta e sete mil reais**);

4.2.1 O valor global anual é meramente estimativo, não cabendo à **CONTRATADA**, portanto, quaisquer direitos de cobrança caso o montante estipulado neste item não seja atingido durante a vigência deste instrumento, porquanto o pagamento ocorrerá em razão da quantidade de aquisições/serviços efetivamente realizados;

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, depreciação, licenças, alvarás, seguros, aluguéis, administração, tributos e emolumentos;

4.3.1 Incluem-se, ainda, nos preços definidos neste instrumento e, consequentemente, nos valores a serem pagos à **CONTRATADA**, conforme disciplinado no **item 4.1**, todos os custos relativos a:

4.3.1.1 A disponibilização, implantação e manutenção do sistema de administração e gerenciamento dos serviços de manutenção de frota;

4.3.1.2 A manutenção e ampliação da rede de estabelecimentos credenciados junto à **CONTRATADA**.



4.4 Não estão abrangidos nos valores devidos à **CONTRATADA**, não sendo devidos à mesma, os custos relativos aos serviços realizados conforme cobertura de garantia de fábrica, uma vez que, nos termos do **item 2.16**, não ensejam a cobrança de taxa pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, mediante solicitação devidamente motivada da Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS

6.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado quinzenalmente e o pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de:

6.1.1 Fatura, contendo a discriminação das despesas consignadas em sistema durante o período faturado;

6.1.2 Certidões negativas e de regularidade cabíveis, comprobatórias da manutenção das condições de qualificação e habilitação exigidas pela legislação em vigor;

6.1.3 Relatório das manutenções realizadas nos veículos da frota do Ministério Público do Estado da Bahia no período de referência da fatura;

6.2 Toda a documentação deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**, e o pagamento se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de respectiva apresentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.2.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.3 As faturas far-se-ão acompanhar, igualmente, da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos, que tenham como fato gerador o objeto consignado na **CLÁUSULA PRIMEIRA**;

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora,



será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no item 6.2.1.

6.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 O percentual estabelecido como taxa de desconto, ofertada pela **CONTRATADA**, não é passível de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, ante as peculiaridades do objeto contratado, em relação ao qual não há definição prévia (inicial) de valores individuais de bens e/ou serviços passíveis de contratação. Considerando que os preços finais de cada um dos serviços/aquisições autorizados são definidos somente no momento da elaboração de cada orçamento (conforme preço de mercado verificado à época), não há configuração da hipótese legal de corrosão de valor inicial dos custos de insumos utilizados na execução.

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, a começar em **15 de maio de 2022** e a terminar em **11 de novembro de 2022**.

8.2 A finalização da licitação de mesmo objeto antes do término do período de vigência estabelecido no **item 8.1**, acarreta a extinção antecipada do presente instrumento contratual, cabendo à Administração comunicar a **CONTRATADA** acerca do implemento da presente condição.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9 Além das determinações contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste contrato e no processo de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:



9.1 Promover a execução contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes deste instrumento, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, indisponibilidade de sistema, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.2 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o Ministério Público do Estado da Bahia;

9.2.1 É vedada a subcontratação, ainda que parcial, dos serviços que compõem o objeto contratual;

9.3 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato;

9.4 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato, devendo assegurar que todos os estabelecimentos de sua rede credenciada igualmente o façam;

9.5 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.5.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

9.6 Respeitar e fazer com que os seus empregados/ prepostos, assim como os da rede credenciada respeitem as normas gerais de segurança do trabalho, identificação, disciplina e outros regulamentos vigentes perante o **CONTRATANTE**, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços objeto deste Contrato;

9.7 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços e bens, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.8 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, causados por ação/omissão própria ou de sua rede credenciada, por culpa ou dolo, bem como aqueles ocorridos em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade;

9.9 Não introduzir, seja a que título for, qualquer modificação na especificação do objeto contratado, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

9.10 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de licitação que o originou, providenciando sua correção, substituição ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;



9.11 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do contrato, e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

9.12 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.13 Promover o imediato afastamento, da execução do objeto contratual, de qualquer empregado cuja permanência se demonstre em desacordo com este instrumento, ou, ainda, com a moralidade e a ética, correndo, por exclusiva conta da **CONTRATADA**, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;

9.14 Ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao **CONTRATANTE** no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

9.15 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.16 Fornecer toda mão de obra, equipamentos, ferramentas, insumos, materiais e transportes necessários à execução plena dos serviços objeto deste contrato, diretamente ou através dos estabelecimentos disponibilizados em sua rede credenciada;

9.17 Responsabilizar-se, exclusivamente, perante o **CONTRATANTE**, pela guarda e integridade dos veículos em que estiverem sendo executados serviços, garantindo, assim, quaisquer prejuízos que porventura vierem a ocorrer em veículos do **CONTRATANTE**;

9.18 Assegurar uma rede permanente e efetiva de comunicação através de telefone, e-mail, e/ou outros meios de comunicação disponíveis para atender a qualquer necessidade de contato por parte do Ministério Público do Estado da Bahia;

9.19 Manter, durante a vigência do Contrato, escritório na Cidade de Salvador ou Região Metropolitana, próprio ou de representação, com designação de preposto que detenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução dos serviços, que seja responsável pelo bom andamento dos mesmos e possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

Disponibilizar, durante a vigência do Contrato, um preposto para atendimento remoto, com competência para solucionar possíveis falhas durante a execução do contrato, podendo, se necessário, ser convocado para comparecer presencialmente em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, no local designado, de acordo com as necessidades do **CONTRATANTE**;

9.20 Pagar pontualmente os estabelecimentos que compõem a sua Rede Credenciada, pelos serviços e fornecimentos constantes dos orçamentos previamente aprovados e efetivamente despendidos em favor do **CONTRATANTE**;



9.20.1 Em nenhuma hipótese o **CONTRATANTE** responderá solidária ou subsidiariamente por pagamentos devidos pela **CONTRATADA** à sua rede credenciada, os quais são de total e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**;

9.21 Disponibilizar, sem ônus ao **CONTRATANTE**, o sistema que viabilize o controle e gerenciamento dos serviços objeto de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do **CONTRATANTE**, responsabilizando-se pela produção e manutenção do sistema em questão, incluindo, mas não limitando, equipamentos, servidores, hospedagem das aplicações do sistema em site próprio, manutenção das bases de dados, procedimentos de instalação, migração, backup, recuperação, segurança, treinamento a usuários finais, ambiente e softwares operacionais, e quaisquer outras atividades, softwares, hardwares ou serviços necessários à produção e operação plena do sistema com todas as suas funcionalidades previstas;

9.22 Observar os prazos de atendimento, de execução de serviços e/ou de fornecimento de peças, componentes e acessórios, definidos no momento da realização do orçamento;

9.23 Facultar ao **CONTRATANTE** pleno acesso às informações do Sistema, inclusive para extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos, conforme parâmetros a serem definidos pelo **CONTRATANTE**, não podendo haver limitações para qualquer período solicitado;

9.24 Disponibilizar manual de utilização do sistema em língua portuguesa;

9.25 Treinar e capacitar os servidores indicados pelo **CONTRATANTE** para utilizar todos os recursos do sistema;

9.26 Disponibilizar, sem ônus à **CONTRATANTE**, as atualizações das funcionalidades do software;

9.27 Promover o cadastramento dos servidores e gestores do **CONTRATANTE** que terão acesso ao sistema, bem como responsabilizar-se pela troca da senha dos mesmos em caso de desligamento, férias ou troca de departamentos;

9.28 Planejar, em conjunto com a Coordenação de Transporte do **CONTRATANTE**, a inclusão de novos estabelecimentos à sua rede de credenciadas, visando reduzir as deficiências quanto à capilaridade da rede existente;

9.29 Manter atualizada a listagem de estabelecimentos credenciados, encaminhando comunicado formal ao **CONTRATANTE** sempre que houver alteração;

9.30 Autorizar a realização dos serviços e/ou aquisições de peças e/ou insumos junto aos estabelecimentos credenciados, imediatamente após a aprovação de cada orçamento pelo **CONTRATANTE**;

9.31 Possuir rede credenciada com capacidade de operação equipada para aceitar transações do sistema tecnológico da **CONTRATADA**, minimamente em todos os municípios onde o **CONTRATANTE** mantém veículos, conforme as quantidades mínimas constantes do **Apenso I** deste instrumento;



9.31.1 Credenciar, em caso de existência de veículo dentro da garantia de fábrica que necessite de serviço não coberto pela garantia, Concessionárias autorizadas para a execução do referido serviço;

9.31.1.2 Em caso de haver mais de uma Concessionária da mesma marca na cidade ou região, deverão ser todas credenciadas para proporcionar a livre concorrência, como nos veículos fora de garantia;

9.32.2 Credenciar concessionárias, oficinas e centros automotivos nas localidades a serem definidas pelo **CONTRATANTE** de acordo com as futuras necessidades de serviços de manutenção;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.1 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.2 Solicitar à **CONTRATADA** a disponibilização de perfis/logins e senhas de acesso ao sistema informatizado na quantidade suficiente para o completo gerenciamento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de toda a sua frota oficial de veículos;

10.3 Receber da **CONTRATADA** as senhas e guias de utilização do sistema informatizado de gestão, promovendo as cabíveis alterações/atualizações (caso necessário) e posterior distribuição, única e exclusivamente aos responsáveis pela condução/coordenação dos veículos da sua frota oficial;

10.4 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA** e **SEXTA**;

10.5 Permitir o acesso dos empregados autorizados da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

10.6 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.7 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de execução, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

11.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

11.2.2 Transmitir, à **CONTRATADA**, instruções e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;

11.2.3 Dar imediata ciência a seus superiores dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

11.2.4 Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;

11.2.5 Promover a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

11.2.6 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

11.2.7 Fiscalizar a obrigação da **CONTRATADA** de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

11.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

11.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços e/ou fornecimentos que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

11.4.1 Qualquer serviço ou fornecimento considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;



11.4.2 A não aceitação de algum serviço ou fornecimento, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

11.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

11.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da assinatura do contrato, garantia de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do art. 136 da Lei Estadual nº 9.433/2005;

12.1.1 Na hipótese de exigência do instrumento contratual por instituição financeira para a emissão de apólice, quando for o caso, a **CONTRATADA** terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato, para o cumprimento da exigência mencionada no **item 12.1**;

12.1.2 A ausência de apresentação da garantia pela **CONTRATADA**, no prazo estipulado nesta cláusula, se configura como hipótese de pendência impeditiva do pagamento, nos termos dos **itens 6.2 e 6.2.1** deste instrumento, sem prejuízos das sanções contratuais e legais aplicáveis à matéria, em especial o artigo 167, incisos III e X, da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005;

12.2 A garantia, em qualquer das modalidades, responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais;

12.2.1 A **CONTRATADA** fica obrigada a, durante toda a vigência do contrato, reforçar o valor da garantia sempre que esta for utilizada para o adimplemento de obrigações e/ou multas;

12.3 A garantia, quando prestada nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ser emitida por instituição devidamente habilitada/credenciada pelo Banco Central para tal mister, e somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no **item 12.7**, devendo ser renovada a cada eventual prorrogação do mesmo;

12.4 Caso haja a celebração de aditivo/apostilamento contratual que enseje acréscimo ao valor contratado, a **CONTRATADA** fica obrigada a complementar a garantia, em igual proporção, antes da consagração do aditamento/apostila.

12.4.1 Nos termos do art. 20 do Decreto Estadual nº 13.967/2012, na hipótese de a **CONTRATADA** se negar a efetuar o reforço da garantia, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global anual efetivamente contratado.



12.5 A garantia, quando prestada na modalidade caução, somente será restituída à **CONTRATADA**, no montante a que esta fizer jus, após o integral cumprimento/adimplemento de todas as obrigações contratuais e multas, observadas as regras impeditivas de pagamento constantes na **CLÁUSULA SEXTA**;

12.5.1 A garantia, quando prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente segundo critérios da instituição bancária onde se procedeu ao depósito;

12.6 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

12.6.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

12.6.2 Prejuízos diretos causados ao **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

12.6.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**;

12.6.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

13.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no **item** anterior, as seguintes penalidades:

13.2.1 Multa;

13.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

13.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral;

13.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos **subitens 13.2.2 a 13.2.4**, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

13.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada por infração e de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:



13.4.1 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de **obrigação principal**:

13.4.1.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

13.4.1.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

13.4.1.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

13.4.2 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de **obrigação acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:

13.4.2.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor global do contrato;

13.4.2.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor global do contrato;

13.4.2.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 13.4.2.1 e 13.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

13.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

13.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

13.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

13.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO



14.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

14.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

14.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, as medidas que vão discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no procedimento de Dispensa de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido expediente, naquilo em que não diverja deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

18.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143, para melhor



adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em **XX (XXX) via(s)** de igual teor e forma para que produza seus efeitos legais.

Salvador, ____ de _____ de 2022.

Contratada

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Cargo

Ministério Público do Estado da Bahia
Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



APENSO I

RELAÇÃO DE CAPILARIDADE MÍNIMA DE MUNICÍPIOS A SEREM ABRANGIDOS PELA REDE
CREDENCIADA DA CONTRATADA

Alagoinhas	Ilhéus	Praia do Forte / Mata de São João
Amargosa	Irecê	Salvador e região metropolitana
Barreiras	Itaberaba	Santa Maria da Vitória
Bom Jesus da Lapa	Itabuna	Santo Antônio de Jesus
Brumado	Itapetinga	Seabra
Caetité	Jacobina	Senhor do Bonfim
Camaçari	Jequié	Serrinha
Euclides da Cunha	Juazeiro	Simões Filho
Eunápolis	Lençóis	Teixeira de Freitas
Feira de Santana	Luis Eduardo Magalhães	Valença
Guanambi	Paulo Afonso	Vitória da Conquista
Ibotirama	Porto Seguro	Xique-Xique



APENSO II
RELAÇÃO ATUALIZADA DE VEÍCULOS DA FROTA DO CONTRATANTE

VEÍCULOS DA FROTA 2022					
ITEM	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	ANO/MODELO	LOTAÇÃO
1	FORD	RANGER XL 6P 3.0	DIESEL	2011/2011	SALVADOR
2	IVECO	VERTIS 130V18	DIESEL	2011/2012	SALVADOR
3	FORD	FOCUS 5P 2.0 SEDAN	ALCOOL/GAS	2013/2013	SALVADOR
4	FORD	FOCUS 5P 2.0 SEDAN	ALCOOL/GAS	2013/2013	SALVADOR
5	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
6	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
7	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
8	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
9	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
10	CITROEN	AIRCROSS BUSIN M	ALCOOL/GAS	2016/2017	SALVADOR
11	MITSUBISHI	L 200 TRITON GL	DIESEL	2016/2017	SALVADOR
12	CITROEN	AIRCROSS BUSIN M	ALCOOL/GAS	2016/2017	SALVADOR
13	CITROEN	AIRCROSS BUSIN M	ALCOOL/GAS	2016/2017	SALVADOR
14	M. BENZ	ATEGO 2430	DIESEL	2016/2016	SALVADOR
15	FORD	KA SE 1.5 SD B	ALCOOL/GAS	2017/2018	SALVADOR
16	FORD	KA SE 1.5 SD B	ALCOOL/GAS	2017/2018	SALVADOR



17	CITROEN	AIRCROSS START 1.6	ALCOOL/GAS	2017/2018	SALVADOR
18	CITROEN	AIRCROSS START 1.6	ALCOOL/GAS	2017/2018	SALVADOR
19	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	SALVADOR
20	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
21	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
22	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
23	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
24	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
25	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
26	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
27	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E	ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
28	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
29	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E	ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
30	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
31	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E	ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
32	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
33	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
34	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	SALVADOR
35	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR



36	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E	ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
37	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
38	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
39	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
40	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
41	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E	ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
42	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
43	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
44	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
45	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
46	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
47	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
48	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
49	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	SALVADOR
50	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	SALVADOR
51	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
52	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
53	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E	ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
54	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR



55	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
56	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
57	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
58	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
59	FORD	RANGER XLS 4X4 2.2	DIESEL	2019/2019	SALVADOR
60	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
61	FORD	RANGER XLS 4X4 2.2	DIESEL	2019/2019	SALVADOR
62	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
63	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
64	FORD	RANGER XLS 4X4 2.2	DIESEL	2019/2019	SALVADOR
65	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
66	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
67	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
68	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
69	RENAULT	MASTER L3H2	DIESEL	2020/2021	SALVADOR
70	FORD	RANGER XL 6P 3.0	DIESEL	2010/2011	PORTO SEGURO
71	FORD	RANGER XL 6P 3.0 4X4	FLEX	2010/2011	JACOBINA
72	FORD	RANGER XL 6P 3.0 4X4	FLEX	2010/2011	PAULO AFONSO
73	FORD	RANGER XL 6P 3.0	DIESEL	2011/2011	BARREIRAS



74	FORD	RANGER XL 6P 3.0	DIESEL	2011/2011	FEIRA DE SANTANA
75	FORD	FIESTA 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2012/2013	SENHOR DO BOMFIM
76	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2013/2014	ILHÉUS
77	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2013/2014	PRAIA DO FORTE
78	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	ITABUNA
79	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	BARREIRAS
80	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	PAULO AFONSO
81	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	SANTO ANTONIO DE JESUS
82	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	FEIRA DE SANTANA
83	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	ILHÉUS
84	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	IRECÊ
85	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	JEQUIÉ
86	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	SERRINHA
87	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	SIMÕES FILHO
88	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	VITORIA DA CONQUISTA
89	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	ALAGOINHAS
90	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	GUANAMBI
91	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	CAMAÇARI
92	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2015/2016	TEIXEIRA DE FREITAS
93	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2015/2016	EUCLIDES DA CUNHA

94	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2015/2016	VITÓRIA DA CONQUISTA
95	MITSUBISHI	L 200 TRITON GL	DIESEL	2016/2017	VALENÇA
96	CITROEN	AIRCROSS BUSIN M	ALCOOL/GAS	2016/2017	JUAZEIRO
97	CITROEN	AIRCROSS BUSIN M	ALCOOL/GAS	2016/2017	BOM JESUS DA LAPA
98	CITROEN	AIRCROSS BUSIN M	ALCOOL/GAS	2016/2017	SANTA MARIA DA VITÓRIA
99	MITSUBISHI	L 200 TRITON GL	DIESEL	2017/2018	LENÇÓIS
100	FORD	KA SE 1.5 SD B	ALCOOL/GAS	2017/2018	EUNÁPOLIS
101	FORD	KA SE 1.5 SD B	ALCOOL/GAS	2017/2018	FEIRA DE SANTANA
102	FORD	KA SE 1.5 HA B	ALCOOL/GAS	2018/2018	ITAPETINGA
103	RENAULT	DUSTER DYNAMIQUE 4X4	ALCOOL/GAS	2018/2019	EUCLIDES DA CUNHA
104	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	FEIRA DE SANTANA
105	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	TEIXEIRA DE FREITAS
106	MITSUBISHI	L 200 TRITON SPT GL	DIESEL	2018/2019	ITABERABA
107	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	FEIRA DE SANTANA
108	FORD	RANGER XLS 4X4 2.2	DIESEL	2019/2019	SANTO ANTONIO DE JESUS
109	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	JUAZEIRO
110	CHEVROLET	S10 LTZ	DIESEL	2014/2014	PORTO SEGURO
111	CHEVROLET	S10 LTZ	DIESEL	2014/2014	EUNÁPOLIS



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Considerando o ajuste implementado na cláusula de vigência, **validamos a Minuta de Contrato ajustada (doc. 0365674).**

À DCCL - Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios para o prosseguimento do processo.

Leonardo Borges Castellar Sampaio.

Assistente de Gestão II.

Coordenação de Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Borges Castellar Sampaio** em 04/45/04002, s à 4 332con:orme f to AormatiNb nv 4° 72de à 5 de Dezembro de 0404 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=4 informando o código Verificador **0366244** e o código CRC **6F4E8F16**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Devolvemos o expediente para análise da Assessoria Jurídica, acompanhado de minuta de contrato (doc 0365674) após alteração do item 8.2, e ciência da unidade demandante.

Paula Souza de Paula Marques

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 20/05/2022, às 11:28, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0366333** e o código CRC **C0FD5DEE**.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.340.639/0001-30

Razão Social: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA EPP

Endereço: CAL CANOPO 11 2 AND S 3 C APO 2 / ALPHAVILLE / SANTANA DE
PARNAIBA / SP / 06541-078

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/05/2022 a 16/06/2022

Certificação Número: 2022051801412662685603

Informação obtida em 23/05/2022 11:59:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

PARECER

Procedimento nº.:	19.09.02677.0006256/2022-46
Interessado(a):	Diretoria Administrativa - Coordenação de Transportes
Espécie:	Dispensa de licitação

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO. SERVIÇO DE CONTROLE E GERENCIAMENTO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS DA FROTA INSTITUCIONAL. ART. 59, IV, LEI ESTADUAL Nº. 9.433/2005. LICITAÇÃO INICIADA COM RAZOÁVEL LAPSO TEMPORAL. DIVERSAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL. FATO EXTERNO E ALHEIO À ADMINISTRAÇÃO. EMERGÊNCIA. CONTRATO ATUAL PRESTES A EXPIRAR. SERVIÇO ESSENCIAL À ADMINISTRAÇÃO. EVENTUAL AUSÊNCIA. RISCO À SEGURANÇA DE PESSOAS E MATERIAIS. PELA REGULARIDADE JURÍDICA.

PARECER Nº. 368/2022

I – RELATÓRIO

A **Diretoria Administrativa**, por intermédio da **Coordenação de Transportes**, requer autorização para realização de contratação direta, mediante dispensa de licitação, do serviço continuado de **controle e gerenciamento da manutenção dos veículos** da frota do Ministério Público do Estado da Bahia, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, no valor total estimado de **R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)**.

Instrui o expediente o formulário de autorização, documento de oficialização de demanda, despacho da unidade interessada, pesquisa de mercado, informações orçamentárias, certidões de regularidade, despachos diversos, minuta contratual, manifestação desta Assessoria Técnico-Jurídica em relação à minuta contratual, dentre outros.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Inicialmente, cumpre-nos registrar a urgência da demanda, já que a demandante informa que o contrato atual expirará em **31/05/2022**. Nos termos do art. 46, da Lei Estadual nº. 12.209/2011, os pronunciamentos de órgãos consultivos serão emitidos no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis, mediante justificativa, por mais 15 (quinze) dias, prazo reduzido para 15 (quinze) dias nos casos de licitações e contratos celebrados pelo Poder Público, prorrogável uma vez por igual período.

Tal registro prefacial é importante, em especial porque o art. 22, da LINDB, estabelece que, na interpretação de normas sobre gestão pública, deverão ser considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo. Trata-se do denominado contextualismo ou realismo jurídico, um dos aspectos do consequencialismo. Vejamos o seguinte enunciado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo:

Enunc. 11, IBDA: Na expressão “dificuldades reais” constante do art. 22 da LINDB estão compreendidas carências materiais, deficiências estruturais, físicas, orçamentárias, **temporais**, de recursos humanos (incluída a qualificação dos agentes) e as circunstâncias jurídicas complexas, a exemplo da atecnia da legislação, as quais não podem paralisar o gestor.

Postas tais considerações preliminares, passa-se à análise do mérito.

II.1 Da contratação direta:

A Constituição Federal de 1988 determina que, em regra, as contratações firmadas pela Administração Pública serão objeto de prévia licitação, como forma de garantir a efetivação dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, competição, vantajosidade, dentre outros. Nesse sentido é o que dispõe o art. 37, inciso XXI:

Art. 37.

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Como se pode observar no referido dispositivo, a Carta Magna de 1988 faz uma ressalva quanto aos casos especificados na legislação, possibilitando a contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade, em situações excepcionais. Esse é também o escólio da doutrina:

As situações excepcionais ocorrem quando a competição se revela de todo inviável ou, analisado o caso concreto, possa causar prejuízo à Administração. Em tais hipóteses, o procedimento licitatório pode ser inexigido ou dispensado, justificando-se a contratação direta, o que, ainda assim, exige prévio procedimento formal. (HUPSEL, Edite Mesquita. COSTA, Leyla Bianca Correia Lima da. **Comentários à lei de licitações e contratações do Estado da Bahia**, 2010, p. 176).

Cumprido analisar, portanto, se a presente contratação se amolda a alguma das hipóteses de contratação direta especificadas na legislação.

II.II Da dispensa de licitação para hipóteses de emergência:

Analisando o que consta dos autos, verifica-se que a Administração indica, como fundamento legal, o art. 59, IV, da Lei Estadual nº. 9.433/2005, *in verbis*:

Art. 59 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Cumprido, então, analisar se os requisitos legais estão preenchidos.

II.II.I Nos casos de emergência ou de calamidade pública:

Inicialmente, é importante destacar que o legislador permite a contratação sob a modalidade em epígrafe tanto na hipótese de emergência quanto na de calamidade pública, ou seja, o legislador faz alusão a critérios alternativos, bastando a subsunção dos fatos a uma das hipóteses. Considerando que não se trata de calamidade pública, cumpre-nos estabelecer fixar o conceito de "emergência":

Para os fins de dispensa, o vocábulo *emergência* quer significar necessidade de contratação que não pode aguardar os trâmites ordinários de licitação pública, sob pena de perecimento do interesse público, consubstanciado pelo não atendimento ou prejuízo ao atendimento de alguma demanda social, pela solução de continuidade ou prejuízos à execução de atividade administrativa. (NIEBUHR, Joel de Menezes. **Dispensa e inexigibilidade de licitação pública**. 4 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 261).

Nesse sentido, a unidade demandante justifica:

A necessidade de contratação deste tipo de serviço por dispensa de licitação se dá em razão do receio de o processo de licitação para a contratação deste objeto, apesar de iniciado desde 12/05/2021, devido à complexidade do fluxo de tramitação, não conseguir ser concluído antes do término da vigência do contrato atual, que está completando 60 meses no dia 31/05/2022 e não poder, sequer, ser prorrogado em caráter emergencial, pelo fato de a Contratada ter sido penalizada administrativamente com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

A demandante se refere ao procedimento SEI nº. 19.09.02677.0007217/2021-80, que trata do pregão eletrônico para contratação do mesmo objeto. De fato, analisando o procedimento licitatório, observa-se que foi instaurado em 12/05/2021, cuja fase externa ocorreu no dia 28/04/2022, logo, havia tempo suficiente para a finalização do procedimento licitatório. No entanto, é possível observar daqueles autos que houve mais de uma impugnação ao instrumento convocatório, o que implicou na necessidade de revisão das especificações técnicas, tendo sido designada como nova data para fase externa o dia 18/05/2022, quando, também, houve nova impugnação, o que configura fato externo à vontade da Administração, estando, atualmente, a licitação suspensa para análise.

Ocorre que, consoante salientado pela demandante, o contrato administrativo nº. 035/2017, terá sua vigência expirada no dia 31/05/2022, consoante procedimento SEI nº. 19.09.02348.0019691/2021-58. Daí exsurge a emergência, uma vez que o objeto pretendido, em razão da sua essencialidade para a manutenção da atividade administrativa, não pode ser paralisado. Trata-se de efetivar o princípio da continuidade dos serviços públicos ou continuidade da atividade administrativa:

Os serviços públicos buscam atender aos reclamos dos indivíduos em determinados setores sociais. Tais reclamos constituem muitas vezes necessidades prementes e inadiáveis da sociedade. A consequência lógica desse fato é a de que **não podem os serviços públicos ser interrompidos**, devendo, ao contrário, ter normal continuidade. Ainda que fundamentalmente ligado aos serviços públicos, o princípio alcança **toda e qualquer atividade administrativa**, já que o interesse público não guarda adequação com descon continuidades e paralisações na Administração. FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de direito administrativo**. 31 ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 56.

Com efeito, o objeto a ser contratado garante que os veículos da frota permaneçam sempre em condições de uso, através das manutenções preventivas e corretivas, para que, consequentemente, reste garantido o transporte de membros, servidores e materiais, por todo o Estado da Bahia, e, em última análise, a atividade administrativa possa ser desempenhada em prol da sociedade baiana.

II.II.II Quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares:

Cabe à Administração demonstrar o risco de prejuízo ou de comprometimento à segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos e particulares, consoante Tribunal de Contas da União:

Nas contratações diretas fundadas em emergência (art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993), cabe ao gestor demonstrar a impossibilidade de esperar o tempo necessário à realização de procedimento licitatório, em face de risco de prejuízo ou comprometimento da segurança de pessoas e de bens públicos ou particulares, além de justificar a escolha do fornecedor e o preço pactuado. Acórdão 1130/2019 Primeira Câmara (Representação, Relator Ministro Bruno Dantas)

No caso concreto, a unidade demandante justifica que:

Há necessidade de prestação de serviços continuados de controle e gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota do Ministério Público devido à constante necessidade de traslado de membros, servidores e materiais, por todo o Estado da Bahia. Tais deslocamentos são essenciais ao funcionamento das atividades finalísticas deste Órgão, razão pela qual, os veículos precisam estar sempre em condições adequadas de uso, pois, desempenham uma função que não pode sofrer solução de continuidade.

De fato, eventual solução de continuidade colocaria em risco a segurança das pessoas transportadas, bem como dos materiais, uma vez que, sem as manutenções preventivas e corretivas, os veículos ficariam sujeitos a diversos problemas mecânicos, o que deve ser evitado pela Administração, em prol do interesse público.

II.II.III Somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade:

Considerando que a regra é a contratação mediante licitação pública (art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988), o requisito em análise evidencia o fato de que o legislador infraconstitucional privilegia a licitação pública e excepciona a dispensa de licitação. Isso porque não faria sentido que, a pretexto de sanar um risco iminente, a Administração Pública permanecesse com um contrato oriundo de dispensa emergencial quanto a própria situação emergencial não mais existisse.

Não por outra razão a jurisprudência cuidou de recomendar que a Administração Pública estabeleça nos contratos emergenciais uma cláusula resolutiva expressa no sentido de que, uma vez finalizado o procedimento licitatório, o contrato oriundo da dispensa de licitação emergencial também será extinto, privilegiando-se, desse modo, a contratação que obedece à vontade constitucional:

O contrato emergencial deve conter expressa cláusula resolutiva que estabeleça a sua extinção logo após a conclusão do processo licitatório para nova contratação dos correspondentes serviços. Acórdão 3474/2018 Segunda Câmara (Representação, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho)

O contrato emergencial deve conter expressa cláusula resolutiva que estabeleça a sua extinção logo após a conclusão do processo licitatório para nova contratação dos correspondentes serviços. Acórdão 9873/2017-Segunda Câmara | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO

Em assim sendo, é possível observar da minuta contratual tanto o prazo de vigência com limite de 180 (cento e oitenta) dias, quanto a cláusula resolutiva expressa determinando a extinção quando da finalização do procedimento licitatório.

II.II.IV Vedada a prorrogação dos respectivos contratos:

De igual modo, a minuta contratual não prevê a possibilidade de prorrogação do prazo de vigência contratual.

II.III Da dotação orçamentária:

Consta dos autos que as despesas correrão por conta do projeto/atividade **2000**, elemento da despesa **3.3.90.39**, com saldo de dotação orçamentária de **R\$ 3.467.002,16 (três milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, dois reais e dezesseis centavos)**.

II.IV Da circunstância de fato - justificativa da contratação:

Consta dos autos que a contratação se justifica diante da necessidade de assegurar a manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota do Ministério Público do Estado da Bahia, como forma de assegurar o transporte seguro de membros, servidores e materiais por todo o Estado da Bahia.

II.V Das razões da escolha da contratada e da justificativa do preço:

Consta dos autos a realização de pesquisa de mercado, sendo escolhida aquela que apresentou o menor preço, no valor de **R\$ 387.000,00 (trezentos e oitenta e sete mil reais)**. As razões da escolha da contratada, qual seja, a empresa **Prime Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA** repousam, portanto, no fato dela ter apresentado o menor preço.

II.V.I Necessidade de verificação de eventual penalidade:

As certidões colacionadas aos autos evidenciam a ausência de registro de penalidade.

II.VI Das certidões de regularidade:

Consta dos autos a prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa. Consta dos autos, ainda, a prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e FGTS.

II.VII Da minuta contratual:

A minuta contratual atende às exigências legais, obedecendo ao que prevê o art. 126, da Lei Estadual nº. 9.433/2005.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Assessoria Técnico-Jurídica se manifesta pela regularidade jurídica da dispensa de licitação em epígrafe, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração.

É o parecer, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, 23 de maio de 2022.

Belª. Maria Paula Simões Silva

Assessora/SGA

Mat. 351.869

Bel. Eduardo Loula Novais de Paula

Analista Técnico-Jurídico/SGA

Mat. 353.707



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 04/52/0500, às 13:24, conforme Ato Normativo nº 537, de 12 de Dezembro de 0505 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Loula Novais De Paula** em 04/52/0500, às 12:00, conforme Ato Normativo nº 537, de 12 de Dezembro de 0505 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=5 informando o código verificador **0367315** e o código CRC **5143514D**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Acolho manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica pelos fundamentos expostos no Parecer nº 368/2022 e autorizo a dispensa de licitação, em favor da empresa **Prime Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA**, para contratação do serviço continuado de **controle e gerenciamento da manutenção dos veículos** da frota do Ministério Público do Estado da Bahia, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, no valor total R\$ 387.000,00 (trezentos e oitenta e sete reais).

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos, Convênios e Licitações para ciência e adoção de providências pertinentes.

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 02/5, /0500 às 4: 05 conforme Ato Normativo nº 57: de 4, de Dezembro de 0505 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=5 informando o código verificador **0368430** e o código CRC **E034412D**.

RAFAEL MACEDO COELHO LUZ ROCHA, Promotor(a) de Justiça de Castro Alves. SIGA nº 38318.7/2022. Requerimento: autorização de ausência justificada da Promotoria de Justiça, por interesse particular, para o período de 20/06/2022 a 22/06/2022. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 15, XXXIX, da Lei Complementar Estadual nº 011, de 18 de janeiro de 1996 e no Ato Normativo nº 003, de 14 de março de 2019. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Juliana Lopes Ribeiro Ferreira - Cruz das Almas - 2ª Promotoria de Justiça, já devidamente cientificado(a). O afastamento autorizado não implica a suspensão da distribuição ordinária dos procedimentos e processos judiciais e extrajudiciais.

RITA DE CÁSSIA RODRIGUES CAXIAS DE SOUZA, Promotor(a) de Justiça de Juazeiro. SIGA nº 87372.1/2022. Requerimento: Férias. 2022.2. Adiamento no interesse do serviço. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 166 da Lei Complementar nº 011, de 18 de janeiro de 1996, transferindo-se o gozo de 04/07/2022 a 23/07/2022 para o período de 05/09/2022 a 24/09/2022. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Alexandre Lamas da Costa - Juazeiro - 12ª Promotoria de Justiça, já devidamente cientificado(a).

SAMARA MOURA VALENÇA DE OLIVEIRA, Promotor(a) de Justiça de Euclides da Cunha. SIGA nº 11997.2/2022. Requerimento: Licença. Doença em pessoa da família. Decisão: DEFERIDO, com base nos arts. 172, III, e 177 da Lei Complementar nº 011, de 18 de janeiro de 1996, para o período de 30/05/2022 a 03/06/2022. Substituto(a): Promotor(a) de Justiça Samory Pereira Santos - Euclides da Cunha - 1ª Promotoria de Justiça, já devidamente cientificado(a).

SAULO REZENDE MOREIRA, Promotor(a) de Justiça de Inhambupe. SIGA nº 87388.1/2022. Requerimento: Férias. 2022.1. Adiamento no interesse do serviço. Decisão: DEFERIDO, com base no art. 166 da Lei Complementar nº 011, de 18 de janeiro de 1996, transferindo-se de 11/07/2022 a 30/07/2022 para gozo oportuno, ficando o período pendente de confirmação.

NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO DE CRIMES ATRIBUÍDOS A PREFEITOS-CAP

NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO DE CRIMES ATRIBUÍDOS A PREFEITOS-CAP

EDITAL DE PRORROGAÇÃO Nº 045/2021

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL IDEA Nº 003.9.59811/2022

O 2º Promotor do Núcleo de Crimes Atribuídos a Prefeitos, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao disposto no art. 13, caput, da Resolução n. 181/2017 do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP, que reza: "o procedimento investigatório criminal deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, permitidas, por igual período, prorrogações sucessivas, por decisão fundamentada do membro do Ministério Público responsável pela sua condução", comunica aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo de conclusão, pelo período de 90 (noventa) dias, do PIC Nº 003.9.59811/2022, a contar 31 de maio de 2022, considerando a necessidade da realização de diligências imprescindíveis à elucidação dos fatos.

Salvador, 31 de maio de 2022.

JOSÉ EMMANUEL ARAÚJO LEMOS

Promotor de Justiça Convocado

(Portaria nº 433/2020 - DPJe 09/03/20, c/c Ato de Delegação nº 018/2020 - DPJe 12/03/20)

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

Aviso de Autorização de Inexigibilidade de Licitação – Nº 010/2022-DADM. Processo SEI: 19.09.00869.0012378/2022- 22. Parecer Jurídico: 390/2022. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP, CNPJ nº 07.866.293/0001-33. Objeto: Inscrição de 01 (um) servidor do Ministério Público do Estado da Bahia no Seminário Reforma da Previdência nos Estados e Municípios, a ser realizado nesta Capital, no dia 31 de maio de 2022. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora: 40.101.0003 - Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Fundamento legal: artigo 60, II, §2º, c/c artigo 23, VI, todos da Lei Estadual nº 9.433/2005.

*Retifica a publicação constante da edição nº 3.108 do Diário da Justiça Eletrônico, do dia 31/05/2022.

AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2022-DADM. Processo SEI: 19.09.02677.0006256/2022-46. Parecer Jurídico: 368/2022. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Prime Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA, CNPJ 05.340.639/0001-30. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de controle e gerenciamento da manutenção dos veículos da frota do Ministério Público do Estado da Bahia. Valor global: R\$ 387.000,00 (trezentos e oitenta e sete mil reais). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora: 40.101.0003 – Ação (P/A/OE) 2000 – Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Fundamento legal: Art. 59, IV, da Lei Estadual/Ba nº 9.433/2005.

RESUMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 056/2022 - SGA. Processo SEI: 19.09.00925.0011301/2022-62. Dispensa de Licitação nº 002/2022 - PJR/Barreiras. Parecer Jurídico: 874/2018. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa Batista e Albuquerque Comércio de Gás e Água Ltda, CNPJ nº 16.568.839/0001-60. Objeto: fornecimento de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações devidamente higienizados, fabricados em embalagem de polipropileno transparente, com tampa de pressão e lacre, e capacidade para 20 (vinte) litros, para atender à Promotoria de Justiça Regional de Barreiras/BA. Valor global: R\$ 4.760,00 (quatro mil, setecentos e sessenta reais). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0022. Ação (P/A/OE) 2000 - Região 6300 - Destinação de Recursos (Fonte) 100 - Natureza da Despesa 30.90.30.00. Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de 01 de junho de 2022.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATO Nº 060/2022 - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na 5ª Avenida, 750, Centro Administrativo da Bahia, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.142.491/0001-66, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo seu Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Wellington Silveira Soares**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, CNPJ nº. 05.340.639/0001-30, estabelecida à Rua Calçada Canopo, nº11, 2º andar, Alphaville, Centro Apoio II, Santana de Parnaíba/SP, representada por **Renata Nunes Ferreira**, CPF/MF nº 371.237.288-40, doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no procedimento de Dispensa de Licitação nº 041/2022-DADM, protocolado sob o nº 19.09.02677.0006256/2022-46, o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços continuados de controle e gerenciamento da manutenção dos veículos que compõem a frota do Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado, incluindo o serviço de administração das despesas com o fornecimento de peças, componentes, acessórios, materiais, produtos e serviços de toda ordem, referentes à manutenção preventiva e corretiva, que será executada por uma Rede Credenciada de oficinas, centros automotivos e concessionárias, visando atender às necessidades do Ministério Público do Estado da Bahia conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1 A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva ocorrerá por intermédio de rede credenciada de oficinas, centros automotivos e concessionárias;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO

2.1 O Regime de execução do presente Contrato é de Execução Indireta na modalidade Empreitada por Preço global;

2.2 Os serviços serão executados mediante implantação e operação de sistema eletrônico de gerenciamento, que deverá ser compatível com o ambiente seguro, operar via web (*on line*), incluindo o serviço de administração das despesas com fornecimento de peças, acessórios, componentes, materiais, produtos e serviços de toda ordem;

2.2.1 Os serviços relativos à manutenção da frota, a serem executados por meio de rede credenciada de oficinas, centros automotivos e concessionárias, devem abranger todas as áreas e especialidades automotivas afetas à integridade dos veículos e relativos prevenção e correção de defeitos, tais como, serviços mecânicos, elétricos, de lanternagem, funilaria, pintura, borracharia, alinhamento, balanceamento, sistema de refrigeração e arrefecimento, incluindo análise, avaliação e diagnose, desmontagem, montagem, retificação, reparação, correção, restauração, reposição e conservação, transporte em suspenso por guincho, dentre outros;

2.2.2 A Rede Credenciada de Oficinas, centros automotivos e Concessionárias será composta por estabelecimentos localizados em Salvador/BA e nos municípios constantes do **Apenso I** deste instrumento;

2.2.3 A prestação dos Serviços objeto do contrato terá curso através da execução do controle e gerenciamento dos serviços de manutenção dos veículos do **CONTRATANTE**, sendo, a manutenção propriamente dita, executada por profissionais devidamente habilitados e treinados, em nível compatível com as atribuições delegadas, vinculados à Rede Credenciada da **CONTRATADA**.

2.2.3 O sistema informatizado a ser implantado pela **CONTRATADA** deverá ser compatível com o ambiente seguro, operar via WEB (*on-line*), interligar os locais de atendimento com o **CONTRATANTE**;

2.3 A **CONTRATADA** deverá implantar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da entrega da nota de empenho e instrumento contratual, o sistema de controle e gerenciamento das manutenções de veículos, de modo que o mesmo esteja em pleno funcionamento no prazo mencionado, garantindo-se que as manutenções possam ser executadas imediatamente após o término da vigência do contrato anteriormente celebrado pelo **CONTRATANTE**;

2.4 A implantação do sistema informatizado de gerenciamento e administração das manutenções dos veículos que compõem a frota do Ministério Público do Estado da Bahia, deverá contemplar as seguintes rotinas:

2.4.1 Cadastramento e registro de todos os veículos da frota oficial do **CONTRATANTE**;

2.4.2 Cadastramento de todos os usuários e gestores do sistema, indicados pelo **CONTRATANTE**, com seus respectivos níveis de acesso e habilitação para a aquisição de produtos e serviços junto à Rede Credenciada da **CONTRATADA**;

2.4.2.1 Os fiscais do contrato, designados pela administração através de Portaria, bem como os servidores indicados pela Gerência de Transportes do **CONTRATANTE**, deverão estar aptos a terem acesso, mediante login/senha, a funcionalidades do sistema que lhes permitam solicitar e analisar orçamentos, autorizar a execução de serviços, gerenciar e controlar prazos, gastos e demais variáveis inerentes à execução prática e financeira do contrato, inclusive para extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, com discriminação de custos e sem limitações quanto ao(s)

período(s) solicitado(s);

2.4.2 Implantação e parametrização do sistema tecnológico de controle e gerenciamento dos serviços de manutenção;

2.4.3 Treinamento dos usuários e gestores indicados pelo **CONTRATANTE**;

2.4.4 Disponibilização da Rede Credenciada, capacitada para atender às exigências do contrato, em conformidade com o sistema de gerenciamento;

2.4.5 Fornecimento de manual ou tutorial de utilização do sistema em língua portuguesa;

2.5 O sistema informatizado para gerenciamento de administração das manutenções de que cuida o item 2.4 deverá atender ao seguinte:

2.5.1 Deverá ser disponibilizado para acessos e lançamentos pelos servidores indicados pela Coordenação de Transportes do **CONTRATANTE**, mediante cadastro prévio para acesso ao sistema;

2.5.2 O acesso e utilização do sistema serão precedidos de treinamento específico, nos termos do **item 2.4.3**, e obedecerão aos manuais e procedimentos que os acompanharem, sendo de responsabilidade da **CONTRATADA** a manutenção e ajustes que se mostrarem necessários à plena execução do objeto;

2.5.3 O sistema informatizado deverá possuir mecanismos de segurança que impeçam operações com veículos que não estejam cadastrados e transações com materiais ou serviços não autorizados;

2.5.4 Os fiscais do contrato, designados pela administração através de Portaria, bem como os servidores indicados pela Gerência de Transportes do **CONTRATANTE** deverão estar aptos a terem acesso ao Sistema Eletrônico de Gerenciamento da **CONTRATADA**, mediante uso de senhas (login/senha);

2.5.5 O Sistema Eletrônico de Gerenciamento deverá ser compatível com ambiente seguro, operar via web (on line), interligar os locais de atendimento com o **CONTRATANTE** e permitir, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

2.5.5.1 Possibilitar o acesso e lançamento de dados, informações e documentos pelo **CONTRATANTE** e pelos estabelecimentos da Rede credenciada da **CONTRATADA**;

2.5.5.2 Disponibilização, pela **CONTRATADA** e por sua Rede credenciada, de orçamentos detalhados e discriminados, nos termos do item 2.13.14 bem como, disponibilização de um banco de preços das peças e serviços utilizados pelo **CONTRATANTE**, a fim de utilizar essa ferramenta para otimizar, sempre que possível, o tempo de orçamentação e cotação dos serviços;

2.5.5.3 Realização de cotações via Internet;

2.5.5.4 Visualização da combinação mais econômica entre as cotações realizadas;

2.5.5.5 Controle de peças e serviços que ainda se encontram em garantia;

2.5.5.6 Possibilidade de definição de valores diferenciados para aprovação dos orçamentos;

2.5.5.7 Disponibilização de nota fiscal eletrônica com descrição detalhada de peças e serviços prestados, a ser emitida em nome da **CONTRATADA**;

2.5.5.8 Indicação da Rede Credenciada para Manutenção dos veículos, especificando os serviços oferecidos e executados por cada estabelecimento;

2.5.5.9 Visualização, extração e impressão de relatórios de controle gerencial de gastos, serviços prestados, peças, acessórios, componentes, materiais e produtos utilizados nas manutenções.

2.5.6 A **CONTRATADA** deverá oferecer, durante toda a vigência contratual e sem custo adicional ao **CONTRATANTE**, suporte técnico (presencial ou por telefone) e acesso remoto, a serem realizados por profissional(is) devidamente autorizado(s) pela **CONTRATADA**, objetivando subsidiar o uso do sistema e a performance quanto aos indicadores de desempenho na gestão da frota;

2.6 A **CONTRATADA** fornecerá a relação das oficinas mecânicas multimarcas, centros automotivos, concessionárias e estabelecimentos congêneres, que fazem parte da sua Rede Credenciada, uma vez que as manutenções da frota de veículos do **CONTRATANTE** poderão ser efetuadas em qualquer município do território do Estado da Bahia ou Estado vizinho (se for mais econômico), em virtude de viagens a serem empreendidas, onde existam estabelecimentos da Rede Credenciada.

2.6.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, um mínimo de 50% do total dos estabelecimentos credenciados exigido em cada município conforme relação constante do **Apenso I**, devendo complementar o quantitativo, se for o caso, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

2.6.2 A Rede Credenciada da **CONTRATADA** deverá possuir capacidade de operação equipada para aceitar transações por meio do sistema de gerenciamento tecnológico que será implantado e deverá abranger, minimamente, todos os municípios indicados no **Apenso I** deste instrumento;

2.6.3 O credenciamento realizado para atender à capilaridade mínima exigida deverá ser capaz de atender a todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos da frota do **CONTRATANTE** (observando as marcas, modelos e quantidades previstas no **Apenso II** deste instrumento), respeitando, inclusive, as condições técnicas de cada tipo de serviço;

2.6.4 Excepcionalmente, quando não for possível o credenciamento conforme as condições técnicas exigidas no **item 2.6.10**, tal circunstância deverá ser justificada pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, que deliberará quanto ao aceite da justificativa;

2.6.5 Naqueles Municípios em que o **CONTRATANTE** possua frota permanente de veículos oficiais, nos termos do **Apenso I deste instrumento**, a **CONTRATADA** deverá assegurar a existência de, pelo menos, 03 (três) estabelecimentos (oficinas, centros automotivos e/ou concessionárias) credenciados, a fim de viabilizar a necessária concorrência de mercado e o atendimento das demandas de manutenção dos veículos do **CONTRATANTE** nos locais de lotação;

2.6.5.1 Excepcionalmente, quando não for possível o credenciamento mínimo por cidade, exigido no item anterior, tal circunstância deverá ser justificada pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, que deliberará quanto ao aceite da justificativa apresentada;

2.6.5.2 Especificamente na cidade de Salvador, onde está lotada a maior parte da frota de veículos do **CONTRATANTE**, com maior diversidade de tipos de veículos e, consequentemente, onde haverá uma maior demanda por serviços de manutenção, a **CONTRATADA** deverá garantir um maior número de oficinas, centros automotivos e concessionárias credenciados à sua Rede, de modo que o objeto contratual seja executado de forma eficiente e vantajosa economicamente, de acordo com as necessidades do **CONTRATANTE**;

2.6.6 Considerando a existência de veículos em garantia de fábrica, na frota do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá possuir, em sua Rede Credenciada,

concessionárias autorizadas pelas montadoras a realizarem serviços atinentes a tais veículos, sejam aqueles serviços destinados à manutenção da garantia (tais como, as revisões periódicas) ou aqueles que devam ser realizados em concessionárias autorizadas para impedir a perda da garantia;

2.6.6.1 A **CONTRATADA** deverá credenciar concessionárias autorizadas, de todas as marcas dos veículos pertencentes à frota do **CONTRATANTE**, em todas as cidades do interior do Estado onde existirem concessionárias, de modo a facilitar as manutenções dos veículos que estiverem em período de garantia de fábrica e evitar custos com o deslocamento destes veículos;

2.6.6.2 Na hipótese de haver mais de uma concessionária autorizada por cada montadora, na mesma cidade ou microrregião, deverá haver o maior número de credenciamentos possível, de modo a possibilitar a existência de concorrência entre os orçamentos a serem ofertados;

2.6.7 Os estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA** deverão funcionar, minimamente, das 8 (oito) às 17 (dezesete) horas, de segunda a sexta-feira, e das 8 (oito) às 12 (doze) horas, aos sábados;

2.6.8 Caso o **CONTRATANTE** verifique a necessidade de credenciamento de novos estabelecimentos (oficinas, centros automotivos e/ou concessionárias) à Rede da **CONTRATADA**, esta se compromete a providenciar o credenciamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da notificação, sem custos adicionais para o **CONTRATANTE**.

2.6.8.1 Na hipótese de aquisição de veículos de marca(s) distinta(s) daqueles constantes na listagem geral de veículos, a **CONTRATADA** se compromete a providenciar (caso não possua ainda) o credenciamento de oficinas, centros automotivos e concessionárias autorizadas da(s) referida(s) marca(s), no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da notificação, sem custos adicionais para o **CONTRATANTE**;

2.6.9 A **CONTRATADA** deverá garantir que a Rede Credenciada possua os requisitos mínimos de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado para realização do objeto desta contratação;

2.6.10 As instalações prediais, dos estabelecimentos da Rede Credenciada, e todo o aparelhamento necessário à execução dos serviços objetos da contratação deverão ser compatíveis com os tipos de veículos a serem mantidos, conforme as seguintes condições técnicas mínimas:

2.6.10.1 Área Reservada para serviço mecânico com elevador;

2.6.10.2 Área Reservada para serviço elétrico;

2.6.10.3 Área Reservada para serviço de funilaria;

2.6.10.4 Área Reservada para serviço de pintura;

2.6.10.5 Sala de espera;

2.6.10.6 Cobertura nas Áreas de Serviço;

2.6.10.7 Área fechada e com segurança para guarda dos veículos em manutenção;

2.6.10.8 Estufa para pintura no padrão exigido pelos fabricantes dos veículos;

2.6.10.9 Equipamento para alinhamento e balanceamento;

2.6.10.10 Equipamento de Check-Up;

2.6.10.11 Máquina de limpeza de bico injetor;

2.6.10.12 Aparelho para diagnóstico de Injeção;

2.6.10.13 Lâmpada de ponto eletroscópica;

2.6.10.14 Prensa para tirar rolamento e buchas;

2.6.10.15 Equipamento de retirada de motores.

2.6.11 O atendimento às condições técnicas mínimas poderá ser realizado através de um conjunto de estabelecimentos em cada município, desde que garantida a possibilidade de concorrência no mercado local;

2.7 A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, acessórios, componentes e materiais que se fizerem necessários, deverão ocorrer por intermédio dos estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA**, composta por oficinas multimarcas, centros automotivos e concessionárias, dentre outros, em caráter contínuo e ininterrupto, abrangendo todas as áreas e especialidades afetas à integridade dos veículos e relativos a manutenção preventiva e corretiva, análise, avaliação, diagnose, desmontagem, montagem, retificação, reparação, correção, restauração, reposição, complementação e conservação.

2.8 O fornecimento de peças, acessórios, componentes e outros materiais automotivos, pelos estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA**, independem da execução de serviços de manutenção e vice-versa, podendo haver solicitações que requeiram, concomitantemente, execução de serviços e fornecimento de materiais;

2.9 Os estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA** deverão disponibilizar o serviço de transporte de veículos em suspenso, por guincho, que será solicitado mediante conveniência e necessidade do **CONTRATANTE**, **exclusivamente** nas hipóteses em que não for possível e/ou cabível a utilização do serviço de guincho prestado por meio do contrato de seguro dos veículos da frota do **CONTRATANTE**;

2.10 A manutenção preventiva compreende todos os serviços executáveis em oficinas multimarcas, centros automotivos, concessionárias ou estabelecimento congêneres, e consistem na revisão periódica dos veículos de acordo com os planos de manutenção preventiva constantes dos manuais fornecidos pelas montadoras, para cada modelo, com a finalidade de avaliar as condições de funcionamento dos veículos, além de detectar desgastes em acessórios, peças e outros elementos;

2.10.1 São exemplos de manutenção preventiva: troca de pneus, protetores e câmaras; aplicação de películas; alinhamento e balanceamento de rodas; troca de óleo do motor, câmbio, diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento, filtro de óleo, de ar e de ar condicionado; lubrificação de veículos; reposição de palhetas de limpador, correias de alternador/gerador; substituição de itens do motor; limpeza de motor e de bicos injetores; regulagem de bombas e bicos injetores; troca de lonas e pastilhas de freio, mangueiras; outros serviços constantes no manual dos veículos/equipamentos;

2.11 A manutenção corretiva compreende todos os serviços executáveis em oficinas multimarcas, centros automotivos, concessionárias ou estabelecimento congênere, e consiste na correção de defeitos, danos ou problemas aleatórios, resultantes do desgaste e ou deficiências de operação, manutenção ou fabricação, de modo a garantir o perfeito funcionamento dos veículos;

2.11.1 São exemplos de manutenção corretiva: serviços de retífica de motor; montagem e desmontagem de jogo de embreagem; serviços de instalação elétrica; serviços do sistema de injeção eletrônica; capotaria; tapeçaria; funilaria; vidraçaria; pintura; serviços no sistema de arrefecimento; serviços no sistema de ar condicionado; dentre outros da espécie.

2.12 As solicitações, pelos usuários cadastrados pelo **CONTRATANTE**, para a realização de serviços de manutenção ou aquisição de peças/materiais automotivos, junto à Rede Credenciada da **CONTRATADA**, deverão ocorrer através da utilização de sistema próprio informatizado e integrado de gestão, com autorização de consumo mediante senha específica;

2.13 A execução de qualquer serviço de manutenção preventiva ou corretiva (incluindo o fornecimento de peças e demais itens automotivos correlatos, quando cabíveis) pressupõe a apresentação prévia, pela **CONTRATADA**, de um mínimo de 03 (três) orçamentos/cotações, através do Sistema de Gerenciamento disponibilizado, os quais, serão analisados pelos fiscais do contrato, ou pelos servidores indicados pela Gerência de Transportes do **CONTRATANTE**, antes de autorizar a execução do serviço, sem o que não deverá ser executado, sob pena de não se efetuar o respectivo pagamento;

2.13.1 Quando identificada demanda de serviço de manutenção pelo **CONTRATANTE**, o veículo será encaminhado a um dos estabelecimentos da Rede Credenciada da **CONTRATADA**, o qual terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis para fornecer um orçamento, discriminando os serviços a serem executados e as peças a serem substituídas, constando os valores de cada item orçado, bem como o valor total do orçamento;

2.13.2 Quando da realização do orçamento inicial, a **CONTRATADA** garantirá, ao **CONTRATANTE**, por meio de representante autorizado, a possibilidade de analisar os termos da avaliação realizada no veículo, visando a aprovação prévia dos serviços indicados, bem como, da relação de peças a serem substituídas;

2.13.3 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, após a realização do orçamento inicial, no mínimo mais 02 (dois) orçamentos, baseados no primeiro, obtidos junto aos demais estabelecimentos da sua Rede Credenciada;

2.13.4 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, num prazo de três meses a contar do início do contrato, um banco de preços das peças e serviços utilizados pelo **CONTRATANTE**, a fim de utilizar essa ferramenta para otimizar, sempre que possível, o tempo de orçamentação e cotação dos serviços, sendo permitida a utilização deste banco de preços para suprir a exigência prevista no item anterior;

2.13.5 Os preços orçados constantes no banco de preços terão validade máxima de 90 (noventa) dias, não excluindo a possibilidade de novas cotações sempre que necessário;

2.13.6 Para a análise e aprovação dos orçamentos, poderão ser considerados os valores referenciais constantes na base de dados do próprio sistema, obtidos a partir do histórico das manutenções realizadas pela Rede Credenciada (banco de preços), com base no tipo de veículo, marca, modelo e cidade/região, para que, antes da necessária aprovação, permita ao gestor do contrato a aferição dos valores orçados, a fim de constatar se estão de acordo com os preços médios praticados pelo mercado;

2.13.7 Excepcionalmente, poderá, a **CONTRATADA**, disponibilizar quantidade inferior aos 03 (três) orçamentos exigidos, nas hipóteses em que não haja quantitativo suficiente de estabelecimentos credenciados que prestem o serviço necessário no município em que for demandada a execução da manutenção, circunstância que deverá ser declarada e comprovada expressamente;

2.13.8 O **CONTRATANTE** analisará os orçamentos para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, observando os respectivos custos, a necessidade da execução total ou parcial dos serviços propostos, bem como o prazo de execução indicado. Após esse exame, o **CONTRATANTE** poderá autorizar a execução dos serviços, devendo ser autorizado, sempre que possível, o orçamento de menor valor ou o mais vantajoso para a Administração, conforme o caso;

2.13.9 Os preços cobrados pelas peças, acessórios, componentes, materiais, produtos e serviços relativos à manutenção preventiva e corretiva realizada na Rede Credenciada de oficinas, centros automotivos, concessionárias e estabelecimentos congêneres deverão ser compatíveis com os preços de mercado praticados no Estado da Bahia em cada localidade;

2.13.10 É vedada a cobrança de preço superior ao cobrado para o consumidor geral, sendo vedada a cobrança de taxa adicional diferenciada em razão do uso do sistema de gerenciamento da **CONTRATADA**;

2.13.11 O **CONTRATANTE** reserva-se no direito de realizar pesquisas de mercado sobre os preços das peças, acessórios, componentes, materiais, produtos e serviços relativos à manutenção preventiva e corretiva, repassados pela **CONTRATADA** nas faturas mensais, a fim de verificar a adequação destes aos valores praticados no mercado local;

2.13.12 O controle dos preços das peças, acessórios, componentes, materiais, produtos e serviços relativos à manutenção preventiva e corretiva, cobrados em razão do contrato deverá ser realizado pelos fiscais e gestores do contrato com base nos relatórios de parametrização dos valores e outros recursos do sistema de gerenciamento informatizado que deverão ser disponibilizados pela **CONTRATADA**, em comparação com as pesquisas periódicas dos preços de mercado, de forma a selecionar as oficinas, centros automotivos, concessionárias e estabelecimentos congêneres que cobram os menores preços;

2.13.14 A **CONTRATADA** disponibilizará ao **CONTRATANTE** os orçamentos com, no mínimo, a discriminação dos seguintes itens:

2.13.14.1 Número do contrato;

2.13.14.2 Placa marca e modelo do veículo;

2.13.14.3 Descrição de todos os serviços a serem executados;

2.13.14.4 Preço da mão-de-obra para cada tipo de serviço;

2.13.14.5 Discriminação das peças e materiais a serem aplicados, com as respectivas marcas, preços e garantias;

2.13.14.6 Para os lubrificantes e fluidos aplicados: quantidade de litros por tipo (conforme especificação do fabricante do veículo), e preço do litro;

2.13.14.7 Prazo para execução dos serviços e entrega do veículo;

2.13.14.8 Eventual existência de peça ou serviço em garantia, obedecido o disposto no item 2.13.29.

2.13.15 Se durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviço, peças ou demais itens automotivos, a **CONTRATADA** deverá informar o fato ao **CONTRATANTE**, atualizando o respectivo orçamento e submetendo-o à nova aprovação, obedecidas as regras estabelecidas neste instrumento e o prazo referido nos **itens 2.13.1 e 2.13.3**.

2.13.16 O prazo para execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva será aquele constante do orçamento aprovado pelo **CONTRATANTE**, e terá como termo inicial a data do recebimento da aprovação do orçamento pela **CONTRATADA**;

2.13.17 Após a aprovação do orçamento, a oficina da Rede Credenciada da **CONTRATADA** deverá iniciar imediatamente a execução dos serviços orçados, minimizando o tempo de permanência do veículo na oficina;

2.13.18 Pedidos de prorrogações de prazos somente serão admissíveis antes do termo final do prazo originalmente consignado, mediante justificativa e respectiva comprovação de fato superveniente, aceito pelo **CONTRATANTE**;

2.13.19 O **CONTRATANTE** poderá autorizar o prolongamento do prazo de execução nos casos justificados pela **CONTRATADA** e conforme condições a seguir:

2.13.19.1 A **CONTRATADA** deverá informar imediatamente ao **CONTRATANTE**, por escrito, os casos fortuitos ou motivos de força maior, para que possam ser considerados;

2.13.19.2 O **CONTRATANTE** após análise de cada caso apresentado, informará a **CONTRATADA** se aceita ou recusa os motivos alegados, aplicando, a seu exclusivo critério, no caso de recusa, as penalidades previstas no Contrato, após o competente processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

2.13.20 Em casos excepcionais e mediante solicitação devidamente justificada, a **CONTRATADA**, através de sua Rede Credenciada, deverá garantir a execução de reparos e manutenção corretiva em veículos, dentro das sedes do **CONTRATANTE**, quando o veículo apresentar defeitos mecânicos que o impeça de trafegar;

2.13.21 A **CONTRATADA**, através do estabelecimento credenciado para a realização de cada serviço, fica obrigada a efetuar a vistoria de cada veículo, na presença de preposto do **CONTRATANTE**, no ato da entrega e devolução do mesmo, fazendo constar em relatório, dentre outras coisas: a identificação do veículo, descrição sucinta do defeito relatado ou serviço solicitado, quilometragem, nível de combustível, o estado geral de conservação, se há arranhões, moissas ou batidas, situação do estofado, pneus, acessórios dos veículos (aparelho de som, chave de roda, macaco, extintor, triângulo e pneu de socorro, dentre outros) e qualquer anormalidade identificada. O Relatório de vistoria deverá ser emitido em duas vias e assinado pelas partes nas duas fases, entrega e devolução do veículo;

2.13.22 A **CONTRATADA**, através do estabelecimento credenciado que efetuou o serviço, comunicará ao **CONTRATANTE** a sua conclusão, ficando o **CONTRATANTE** responsável em indicar preposto para vistoriar o veículo e avaliar a execução dos serviços, a correta aplicação de peças e acessórios e o estado geral do mesmo, bem como retirá-lo da oficina, ficando esclarecido que o veículo deverá ser entregue limpo, sem quaisquer resquícios ou sujeiras oriundas da execução dos serviços de manutenção realizados, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

2.13.23 Caso não ocorra o aceite do veículo, por defeito ou falha na execução do serviço de manutenção, o **CONTRATANTE** fará o respectivo registro e a **CONTRATADA** deverá assegurar a correção das anormalidades apontadas, pelo estabelecimento credenciado que executou o serviço, ou por outro que assim designe, sem ônus para o **CONTRATANTE** e em prazo não superior à metade do estabelecido no orçamento original aprovado;

2.13.24 Se o(s) orçamento(s) for(em) rejeitado(s), caberá ao Gestor de Execução manter contato com o Representante da **CONTRATADA**, com vistas a manter entendimentos de adequação, para limitar o orçamento aos valores levantados no mercado local da realização do serviço.

2.13.24.1 O **CONTRATANTE**, a seu exclusivo critério, poderá autorizar a realização parcial do orçamento escolhido, tanto no que tange à aquisição de peças quanto à realização de serviços;

2.13.24.2 Não se admitirá faturamento de serviços que não tenham sido aprovados expressamente pelo **CONTRATANTE**;

2.13.24.3 Caso se verifique que o orçamento encontrado pela **CONTRATANTE** seja inferior ao menor orçamento apresentado pela **CONTRATADA**, esta deverá ajustar os valores ofertados, limitando-os à média encontrada entre o menor valor ofertado pela **CONTRATADA** e o menor valor encontrado pela **CONTRATANTE** em pesquisa de mercado.

2.13.25 As peças e demais itens automotivos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, não reconicionados e dos mesmos fabricantes das peças originais do veículo, devendo, a **CONTRATADA**, entregar, quando da finalização dos serviços, as embalagens acompanhadas dos respectivos termos de garantia;

2.13.25.1 Excepcionalmente, poderá ser admitida a utilização de peças e demais itens automotivos produzidos por outros fabricantes, desde que previamente autorizado pelo **CONTRATANTE**.

2.13.26 Deverão ser aplicados nos veículos apenas fluidos e lubrificantes dos tipos especificados pelos fabricantes dos veículos;

2.13.27 A **CONTRATADA**, por meio dos estabelecimentos da sua Rede Credenciada, deverá devolver ao **CONTRATANTE** as peças, acessórios e/ou demais itens automotivos que forem substituídos por ocasião dos serviços executados, no momento da conferência e recebimento do veículo;

2.13.28 A **CONTRATADA** será responsável pelos veículos que estejam nas instalações da sua Rede Credenciada para a manutenção/reparo até a entrega definitiva do veículo ao **CONTRATANTE**, em conformidade com o quanto registrado no Relatório de Vistoria;

2.13.29 A **CONTRATADA**, por sua Rede Credenciada, deverá conceder garantia pelos Serviços de Manutenção executados, a contar da data da conclusão do serviço, conforme segue:

2.13.29.1 para os serviços de manutenção e reparo de, no mínimo, 90 (noventa) dias;

2.13.29.2 para as peças de reposição aplicadas de, no mínimo, 90 (noventa) dias, ou aquela informada pelo fabricante, a que for maior;

2.13.29.3 para os serviços de pintura e funilaria de, no mínimo, 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, desde que os defeitos não decorram de influências externas anormais de origem química ou mecânica;

2.13.30 Na hipótese de o veículo apresentar o mesmo vício/defeito ou necessitar de reposição da mesma peça/material, durante o respectivo período de garantia, o **CONTRATANTE** comunicará formalmente o ocorrido à **CONTRATADA**, que deverá providenciar imediatamente o devido reparo e/ou substituição;

2.13.31 Se o(s) veículo(s) vier(em) a apresentar o(s) mesmo(s) defeito(s), dentro do prazo de garantia, a contagem desse prazo será reiniciada, a partir da data em que o(s) veículo(s) for(em) devolvido(s) devidamente reparado(s);

2.13.32 A condução dos veículos só poderá ser efetuada por preposto da Rede Credenciada da **CONTRATADA**, devidamente habilitado e sob sua responsabilidade civil e criminal por quaisquer danos causados ao **CONTRATANTE** ou a Terceiros, para fins de diagnósticos e testes vinculados à execução dos serviços no veículo do **CONTRATANTE**;

2.13.33 A **CONTRATADA** deverá ressarcir ao **CONTRATANTE**, por qualquer dano ou prejuízo causado durante a realização dos serviços nos estabelecimentos da sua Rede Credenciada, inclusive aqueles havidos em decorrência de sinistros ocasionais (enchentes, incêndios, desabamentos, inundações, furto, roubo etc.);

2.14 O quantitativo de veículos pertencentes à frota do **CONTRATANTE** poderá ser alterado no decorrer da vigência do contrato, em função de baixas ou aquisições de novos veículos;

2.15 A atuação dos profissionais deverá satisfazer requisitos profissionais em nível compatível com as atribuições que lhe forem delegadas, sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA**;

2.16 A realização de serviços cobertos pela garantia de fábrica não ensejará a cobrança de taxa pela **CONTRATADA**;

2.17 O recebimento do objeto contratual ficará sob a responsabilidade de um representante da Coordenação de Transportes da Diretoria Administrativa do **CONTRATANTE**, em conjunto com o fiscal do contrato - responsável pela habilitação para pagamentos, caso este não seja integrante daquela unidade;

2.18 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.18.1 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a **CONTRATADA** obrigada a refazer os serviços no prazo de 03 (três) dias úteis;

2.18.2 O prazo para o recebimento provisório será de 05 (cinco) dias, contados da entrega do relatório de manutenções de que cuida o **item 6.1.4**;

2.19 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005, observando-se o prazo de 05 (cinco) dias corridos;

2.20 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/0003	2000	9900	100	33.90.39

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 O valor a ser pago à **CONTRATADA** corresponderá ao valor total dos produtos e serviços efetivamente adquiridos/consumidos pelo **CONTRATANTE** nos estabelecimentos credenciados durante a periodicidade faturada (conforme **cláusula sexta** do presente instrumento), subtraindo-se o valor da taxa percentual de 14,00% (quatorze por cento), correspondente à taxa de desconto pactuada;

4.2 Para efeito de previsão, dá-se ao presente contrato o valor global anual estimado de R\$ 387.000,00 (trezentos e oitenta e sete mil reais);

4.2.1 O valor global anual é meramente estimativo, não cabendo à **CONTRATADA**, portanto, quaisquer direitos de cobrança caso o montante estipulado neste item não seja atingido durante a vigência deste instrumento, porquanto o pagamento ocorrerá em razão da quantidade de aquisições/serviços efetivamente realizados;

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, depreciação, licenças, alvarás, seguros, aluguéis, administração, tributos e emolumentos;

4.3.1 Incluem-se, ainda, nos preços definidos neste instrumento e, conseqüentemente, nos valores a serem pagos à **CONTRATADA**, conforme disciplinado no **item 4.1**, todos os custos relativos a:

4.3.1.1 A disponibilização, implantação e manutenção do sistema de administração e gerenciamento dos serviços de manutenção de frota;

4.3.1.2 A manutenção e ampliação da rede de estabelecimentos credenciados junto à **CONTRATADA**.

4.4 Não estão abrangidos nos valores devidos à **CONTRATADA**, não sendo devidos à mesma, os custos relativos aos serviços realizados conforme cobertura de garantia de fábrica, uma vez que, nos termos do **item 2.16**, não ensejam a cobrança de taxa pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, mediante solicitação devidamente motivada da Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS

6.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado quinzenalmente e o pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de:

6.1.1 Fatura, contendo a discriminação das despesas consignadas em sistema durante o período faturado;

6.1.2 Certidões negativas e de regularidade cabíveis, comprobatórias da manutenção das condições de qualificação e habilitação exigidas pela legislação em

vigor;

6.1.3 Relatório das manutenções realizadas nos veículos da frota do Ministério Público do Estado da Bahia no período de referência da fatura;

6.2 Toda a documentação deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**, e o pagamento se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de respectiva apresentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.2.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.3 As faturas far-se-ão acompanhar, igualmente, da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos, que tenham como fato gerador o objeto consignado na **CLÁUSULA PRIMEIRA**;

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no **item 6.2.1**.

6.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 O percentual estabelecido como taxa de desconto, ofertada pela **CONTRATADA**, não é passível de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, ante as peculiaridades do objeto contratado, em relação ao qual não há definição prévia (inicial) de valores individuais de bens e/ou serviços passíveis de contratação. Considerando que os preços finais de cada um dos serviços/aquisições autorizados são definidos somente no momento da elaboração de cada orçamento (conforme preço de mercado verificado à época), não há configuração da hipótese legal de corrosão de valor inicial dos custos de insumos utilizados na execução.

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, a começar em 07 de junho de 2022 e a terminar em 04 de dezembro de 2022.

8.2 A finalização da licitação de mesmo objeto antes do término do período de vigência estabelecido no **item 8.1**, acarreta a extinção antecipada do presente instrumento contratual, cabendo à Administração comunicar a **CONTRATADA** acerca do implemento da presente condição.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9 Além das determinações contidas na **CLÁUSULA SEGUNDA** deste contrato e no processo de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

9.1 Promover a execução contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes deste instrumento, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, indisponibilidade de sistema, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.2 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o Ministério Público do Estado da Bahia;

9.2.1 É vedada a subcontratação, ainda que parcial, dos serviços que compõem o objeto contratual;

9.3 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato;

9.4 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato, devendo assegurar que todos os estabelecimentos de sua rede credenciada igualmente o façam;

9.5 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.5.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela **CONTRATADA**;

9.6 Respeitar e fazer com que os seus empregados/ prepostos, assim como os da rede credenciada respeitem as normas gerais de segurança do trabalho, identificação, disciplina e outros regulamentos vigentes perante o **CONTRATANTE**, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços objeto deste Contrato;

9.7 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços e bens, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.8 Arcar, quando da execução do objeto contratual, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, causados por ação/omissão própria ou de sua rede credenciada, por culpa ou dolo, bem como aqueles ocorridos em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade;

9.9 Não introduzir, seja a que título for, qualquer modificação na especificação do objeto contratado, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

9.10 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de licitação que o originou, providenciando sua correção, substituição ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

9.11 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução do contrato, e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

9.12 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.13 Promover o imediato afastamento, da execução do objeto contratual, de qualquer empregado cuja permanência se demonstre em desacordo com este instrumento, ou, ainda, com a moralidade e a ética, correndo, por exclusiva conta da **CONTRATADA**, quaisquer ônus decorrentes das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como qualquer outra que tal fato imponha;

9.14 Ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por sua solicitação, ou ainda por caso fortuito ou força maior, desde que tais circunstâncias sejam formalmente comunicadas ao **CONTRATANTE** no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

9.15 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.16 Fornecer toda mão de obra, equipamentos, ferramentas, insumos, materiais e transportes necessários à execução plena dos serviços objeto deste contrato, diretamente ou através dos estabelecimentos disponibilizados em sua rede credenciada;

9.17 Responsabilizar-se, exclusivamente, perante o **CONTRATANTE**, pela guarda e integridade dos veículos em que estiverem sendo executados serviços, garantindo, assim, quaisquer prejuízos que porventura vierem a ocorrer em veículos do **CONTRATANTE**;

9.18 Assegurar uma rede permanente e efetiva de comunicação através de telefone, e-mail, e/ou outros meios de comunicação disponíveis para atender a qualquer necessidade de contato por parte do Ministério Público do Estado da Bahia;

9.19 Manter, durante a vigência do Contrato, escritório na Cidade de Salvador ou Região Metropolitana, próprio ou de representação, com designação de preposto que detenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução dos serviços, que seja responsável pelo bom andamento dos mesmos e possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

Disponibilizar, durante a vigência do Contrato, um preposto para atendimento remoto, com competência para solucionar possíveis falhas durante a execução do contrato, podendo, se necessário, ser convocado para comparecer presencialmente em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, no local designado, de acordo com as necessidades do **CONTRATANTE**;

9.20 Pagar pontualmente os estabelecimentos que compõem a sua Rede Credenciada, pelos serviços e fornecimentos constantes dos orçamentos previamente aprovados e efetivamente despendidos em favor do **CONTRATANTE**;

9.20.1 Em nenhuma hipótese o **CONTRATANTE** responderá solidária ou subsidiariamente por pagamentos devidos pela **CONTRATADA** à sua rede credenciada, os quais são de total e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**;

9.21 Disponibilizar, sem ônus ao **CONTRATANTE**, o sistema que viabilize o controle e gerenciamento dos serviços objeto de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do **CONTRATANTE**, responsabilizando-se pela produção e manutenção do sistema em questão, incluindo, mas não limitando, equipamentos, servidores, hospedagem das aplicações do sistema em site próprio, manutenção das bases de dados, procedimentos de instalação, migração, backup, recuperação, segurança, treinamento a usuários finais, ambiente e softwares operacionais, e quaisquer outras atividades, softwares, hardwares ou serviços necessários à produção e operação plena do sistema com todas as suas funcionalidades previstas;

9.22 Observar os prazos de atendimento, de execução de serviços e/ou de fornecimento de peças, componentes e acessórios, definidos no momento da realização do orçamento;

9.23 Facultar ao **CONTRATANTE** pleno acesso às informações do Sistema, inclusive para extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos, conforme parâmetros a serem definidos pelo **CONTRATANTE**, não podendo haver limitações para qualquer período solicitado;

9.24 Disponibilizar manual de utilização do sistema em língua portuguesa;

9.25 Treinar e capacitar os servidores indicados pelo **CONTRATANTE** para utilizar todos os recursos do sistema;

9.26 Disponibilizar, sem ônus à **CONTRATANTE**, as atualizações das funcionalidades do software;

9.27 Promover o cadastramento dos servidores e gestores do **CONTRATANTE** que terão acesso ao sistema, bem como responsabilizar-se pela troca da senha dos mesmos em caso de desligamento, férias ou troca de departamentos;

9.28 Planejar, em conjunto com a Coordenação de Transporte do **CONTRATANTE**, a inclusão de novos estabelecimentos à sua rede de credenciadas, visando reduzir as deficiências quanto à capilaridade da rede existente;

9.29 Manter atualizada a listagem de estabelecimentos credenciados, encaminhando comunicado formal ao **CONTRATANTE** sempre que houver alteração;

9.30 Autorizar a realização dos serviços e/ou aquisições de peças e/ou insumos junto aos estabelecimentos credenciados, imediatamente após a aprovação de cada orçamento pelo **CONTRATANTE**;

9.31 Possuir rede credenciada com capacidade de operação equipada para aceitar transações do sistema tecnológico da **CONTRATADA**, minimamente em todos os municípios onde o **CONTRATANTE** mantém veículos, conforme as quantidades mínimas constantes do **Apenso I** deste instrumento;

9.31.1 Credenciar, em caso de existência de veículo dentro da garantia de fábrica que necessite de serviço não coberto pela garantia, Concessionárias autorizadas para a execução do referido serviço;

9.31.1.2 Em caso de haver mais de uma Concessionária da mesma marca na cidade ou região, deverão ser todas credenciadas para proporcionar a livre

concorrência, como nos veículos fora de garantia;

9.32.2 Credenciar concessionárias, oficinas e centros automotivos nas localidades a serem definidas pelo **CONTRATANTE** de acordo com as futuras necessidades de serviços de manutenção;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.1 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.2 Solicitar à **CONTRATADA** a disponibilização de perfis/logins e senhas de acesso ao sistema informatizado na quantidade suficiente para o completo gerenciamento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de toda a sua frota oficial de veículos;

10.3 Receber da **CONTRATADA** as senhas e guias de utilização do sistema informatizado de gestão, promovendo as cabíveis alterações/atualizações (caso necessário) e posterior distribuição, única e exclusivamente aos responsáveis pela condução/coordenação dos veículos da sua frota oficial;

10.4 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA e SEXTA**;

10.5 Permitir o acesso dos empregados autorizados da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;

10.6 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.7 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de execução, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

11.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

11.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

11.2.2 Transmitir, à **CONTRATADA**, instruções e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;

11.2.3 Dar imediata ciência a seus superiores dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

11.2.4 Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;

11.2.5 Promover a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

11.2.6 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

11.2.7 Fiscalizar a obrigação da **CONTRATADA** de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

11.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

11.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

11.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços e/ou fornecimentos que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

11.4.1 Qualquer serviço ou fornecimento considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

11.4.2 A não aceitação de algum serviço ou fornecimento, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

11.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

11.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, **no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da assinatura do contrato**, garantia de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do art. 136 da Lei Estadual nº 9.433/2005;

12.1.1 Na hipótese de exigência do instrumento contratual por instituição financeira para a emissão de apólice, quando for o caso, a **CONTRATADA** terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato, para o cumprimento da exigência mencionada no **item 12.1**;

12.1.2 A ausência de apresentação da garantia pela **CONTRATADA**, no prazo estipulado nesta cláusula, se configura como hipótese de pendência impeditiva do pagamento, nos termos dos **itens 6.2 e 6.2.1** deste instrumento, sem prejuízos das sanções contratuais e legais aplicáveis à matéria, em especial o artigo 167, incisos III e X, da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005;

12.2 A garantia, em qualquer das modalidades, responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais;

12.2.1 A **CONTRATADA** fica obrigada a, durante toda a vigência do contrato, reforçar o valor da garantia sempre que esta for utilizada para o adimplemento de obrigações e/ou multas;

12.3 A garantia, quando prestada nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ser emitida por instituição devidamente habilitada/credenciada pelo Banco Central para tal mister, e somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no **item 12.7**, devendo ser renovada a cada eventual prorrogação do mesmo;

12.4 Caso haja a celebração de aditivo/apostilamento contratual que enseje acréscimo ao valor contratado, a **CONTRATADA** fica obrigada a complementar a garantia, em igual proporção, antes da consagração do aditamento/apostila.

12.4.1 Nos termos do art. 20 do Decreto Estadual nº 13.967/2012, na hipótese de a **CONTRATADA** se negar a efetuar o reforço da garantia, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global anual efetivamente contratado.

12.5 A garantia, quando prestada na modalidade caução, somente será restituída à **CONTRATADA**, no montante a que esta fizer jus, após o integral cumprimento/adimplemento de todas as obrigações contratuais e multas, observadas as regras impeditivas de pagamento constantes na **CLÁUSULA SEXTA**;

12.5.1 A garantia, quando prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente segundo critérios da instituição bancária onde se procedeu ao depósito;

12.6 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

12.6.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

12.6.2 Prejuízos diretos causados ao **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

12.6.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**;

12.6.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

13.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no **item** anterior, as seguintes penalidades:

13.2.1 Multa;

13.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

13.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral;

13.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos **subitens 13.2.2 a 13.2.4**, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

13.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a **CONTRATADA** a multa de mora, que será graduada por infração e de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

13.4.1 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de **obrigação principal**:

13.4.1.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

13.4.1.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

13.4.1.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

13.4.2 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de **obrigação acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:

13.4.2.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor global do contrato;

13.4.2.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor global do contrato;

13.4.2.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 13.4.2.1 e 13.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

13.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

13.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

13.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** a responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

13.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

14.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

14.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, as medidas que vão discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no procedimento de Dispensa de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido expediente, naquilo em que não diverja deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

O **CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

18.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

18.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

18.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o Contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

18.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

18.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato para que produza seus efeitos legais.

Salvador, 2022.

EMPRESA PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

Renata Nunes Ferreira
Representante legal

Ministério Público do Estado da Bahia
Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

RELAÇÃO DE CAPILARIDADE MÍNIMA DE MUNICÍPIOS A SEREM ABRANGIDOS PELA REDE CREDENCIADA DA CONTRATADA

Alagoinhas	Ilhéus	Praia do Forte / Mata de São João
Amargosa	Irecê	Salvador e região metropolitana
Barreiras	Itaberaba	Santa Maria da Vitória
Bom Jesus da Lapa	Itabuna	Santo Antônio de Jesus
Brumado	Itapetinga	Seabra
Caetité	Jacobina	Senhor do Bonfim
Camaçari	Jequié	Serrinha
Euclides da Cunha	Juazeiro	Simões Filho
Eunápolis	Lençóis	Teixeira de Freitas
Feira de Santana	Luis Eduardo Magalhães	Valença
Guanambi	Paulo Afonso	Vitória da Conquista
Ibotirama	Porto Seguro	Xique-Xique

APENSO II
RELAÇÃO ATUALIZADA DE VEÍCULOS DA FROTA DO CONTRATANTE

VEÍCULOS DA FROTA 2022					
ITEM	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	ANO/MODELO	LOTAÇÃO
1	FORD	RANGER XL 6P 3.0	DIESEL	2011/2011	SALVADOR
2	IVECO	VERTIS 130V18	DIESEL	2011/2012	SALVADOR
3	FORD	FOCUS 5P 2.0 SEDAN	ALCOOL/GAS	2013/2013	SALVADOR
4	FORD	FOCUS 5P 2.0 SEDAN	ALCOOL/GAS	2013/2013	SALVADOR
5	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
6	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
7	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
8	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
9	RENAULT	FLUENCE 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2014/2015	SALVADOR
10	CITROEN	AIRCROSS M BUSIN	ALCOOL/GAS	2016/2017	SALVADOR
11	MITSUBISHI	L 200 TRITON GL	DIESEL	2016/2017	SALVADOR
12	CITROEN	AIRCROSS M BUSIN	ALCOOL/GAS	2016/2017	SALVADOR
13	CITROEN	AIRCROSS M BUSIN	ALCOOL/GAS	2016/2017	SALVADOR
14	M. BENZ	ATEGO 2430	DIESEL	2016/2016	SALVADOR
15	FORD	KA SE 1.5 SD B	ALCOOL/GAS	2017/2018	SALVADOR
16	FORD	KA SE 1.5 SD B	ALCOOL/GAS	2017/2018	SALVADOR
17	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2017/2018	SALVADOR
18	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2017/2018	SALVADOR
19	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	SALVADOR
20	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
21	MITISUBISHI	LANCER 2.0 CVT	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR

22	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
23	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
24	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
25	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
26	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
27	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E		ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
28	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
29	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E		ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
30	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
31	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E		ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
32	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
33	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
34	FORD	KA SE 1.5 HAC		ALCOOL/GAS	2018/2019	SALVADOR
35	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
36	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E		ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
37	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
38	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
39	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
40	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
41	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E		ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
42	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
43	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
44	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
45	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
46	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
47	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
48	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
49	FORD	KA SE 1.5 HAC		ALCOOL/GAS	2018/2019	SALVADOR
50	FORD	KA SE 1.5 HAC		ALCOOL/GAS	2018/2019	SALVADOR
51	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
52	MITISUBISHI	LANCER CVT	2.0	GASOLINA	2018/2019	SALVADOR
53	CHEVROLET	SPIN 1.8 MT LS E		ALCOOL/GAS	2018/2018	SALVADOR
54	FORD	KA SE PLUS 1.5		ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
55	FORD	KA SE PLUS 1.5		ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR

56	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
57	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
58	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
59	FORD	RANGER XLS 4X4 2.2	DIESEL	2019/2019	SALVADOR
60	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
61	FORD	RANGER XLS 4X4 2.2	DIESEL	2019/2019	SALVADOR
62	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
63	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
64	FORD	RANGER XLS 4X4 2.2	DIESEL	2019/2019	SALVADOR
65	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
66	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
67	FORD	KA SE PLUS 1.5	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
68	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	SALVADOR
69	RENAULT	MASTER L3H2	DIESEL	2020/2021	SALVADOR
70	FORD	RANGER XL 6P 3.0	DIESEL	2010/2011	PORTO SEGURO
71	FORD	RANGER XL 6P 3.0 4X4	FLEX	2010/2011	JACOBINA
72	FORD	RANGER XL 6P 3.0 4X4	FLEX	2010/2011	PAULO AFONSO
73	FORD	RANGER XL 6P 3.0	DIESEL	2011/2011	BARREIRAS
74	FORD	RANGER XL 6P 3.0	DIESEL	2011/2011	FEIRA DE SANTANA
75	FORD	FIESTA 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2012/2013	SENHOR DO BOMFIM
76	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2013/2014	ILHÉUS
77	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2013/2014	PRAIA DO FORTE
78	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	ITABUNA
79	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	BARREIRAS
80	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	PAULO AFONSO
81	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	SANTO ANTONIO DE JESUS
82	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	FEIRA DE SANTANA
83	RENAULT	DUSTER 5P 1.6	ALCOOL/GAS	2014/2015	ILHÉUS
84	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	IRECÊ
85	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	JEQUIÉ
86	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	SERRINHA
87	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	SIMÕES FILHO
88	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	VITORIA DA CONQUISTA
89	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	ALAGOINHAS

90	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	GUANAMBI
91	RENAULT	SANDERO	ALCOOL/GAS	2015/2016	CAMAÇARI
92	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2015/2016	TEIXEIRA DE FREITAS
93	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2015/2016	EUCLIDES DA CUNHA
94	RENAULT	DUSTER 5P 2.0	ALCOOL/GAS	2015/2016	VITÓRIA DA CONQUISTA
95	MITSUBISHI	L 200 TRITON GL	DIESEL	2016/2017	VALENÇA
96	CITROEN	AIRCROSS M BUSIN	ALCOOL/GAS	2016/2017	JUAZEIRO
97	CITROEN	AIRCROSS M BUSIN	ALCOOL/GAS	2016/2017	BOM JESUS DA LAPA
98	CITROEN	AIRCROSS M BUSIN	ALCOOL/GAS	2016/2017	SANTA MARIA DA VITÓRIA
99	MITSUBISHI	L 200 TRITON GL	DIESEL	2017/2018	LENÇÓIS
100	FORD	KA SE 1.5 SD B	ALCOOL/GAS	2017/2018	EUNÁPOLIS
101	FORD	KA SE 1.5 SD B	ALCOOL/GAS	2017/2018	FEIRA DE SANTANA
102	FORD	KA SE 1.5 HA B	ALCOOL/GAS	2018/2018	ITAPETINGA
103	RENAULT	DUSTER DYNAMIQUE 4X4	ALCOOL/GAS	2018/2019	EUCLIDES DA CUNHA
104	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	FEIRA DE SANTANA
105	FORD	KA SE 1.5 HAC	ALCOOL/GAS	2018/2019	TEIXEIRA DE FREITAS
106	MITSUBISHI	L 200 TRITON SPT GL	DIESEL	2018/2019	ITABERABA
107	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	FEIRA DE SANTANA
108	FORD	RANGER XLS 4X4 2.2	DIESEL	2019/2019	SANTO ANTONIO DE JESUS
109	CITROEN	AIRCROSS 1.6 START	ALCOOL/GAS	2019/2020	JUAZEIRO
110	CHEVROLET	S10 LTZ	DIESEL	2014/2014	PORTO SEGURO
111	CHEVROLET	S10 LTZ	DIESEL	2014/2014	EUNÁPOLIS



Documento assinado eletronicamente por **RENATA NUNES FERREIRA** em 06/06/2022, às 10:28, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Wellington Silveira Soares** em 06/06/2022, às 14:02, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0375947** e o código CRC **2CE7AF3D**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 182/2022-SGA

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Ana Gabriela Reis Nogueira Gonçalves, matrícula 353.057, e Leonardo borges Castellar Sampaio, matrícula 352.766, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do Contrato nº 060/2022-SGA, para prestação de serviços continuados de controle e gerenciamento da manutenção dos veículos que compõem a frota do Ministério Público do Estado da Bahia.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 06/06/2022, às 14:02, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0375959** e o código CRC **93B4C8CB**.

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163022604218800996277>

	CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 163022604218800996277-1 Data: 26/04/2021 10:33:12 Valor Total do Ato: R\$ 4,66 Selo Digital Tipo Normal C: ALJ83080-Y9FW		Cartório Azevêdo Bastos Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145 Bairro dos Estado, João Pessoa - PB (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br https://azevedobastos.not.br	 Vilber Azevêdo de M. Cavalcanti Tutor	TJPB 
---	---	---	--	---	--

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021005225239890990>

	CARTÓRIO Autenticação Digital Código: 163021005225239890990-1 Data: 10/05/2022 08:30:38 Valor Total do Ato: R\$ 5,02 Selo Digital Tipo Normal C: AMY36080-NPEC;		Cartório Azevêdo Bastos Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145 Bairro dos Estado, João Pessoa - PB (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br https://azevedobastos.not.br	 Vilber Azevêdo de M. Cavalcanti Titular	TJPB 
---	--	---	--	---	--

1º TABELIÃO DE NOTAS DE CAMPINAS
Av. Dr. Jesuino Marcondes Machado, nº 169 - Nova Campinas
Campinas - SP - Cep: 13092-108 - Fone: (19) 3737-3737

Reconheço a semelhança da firma com valor econômico de: *****
RODRIGO MANTOVANI (Ficha: 922331)

Dou fé. Em testemunho da verdade. Custas: R\$ 11,59
Campinas-SP 09/05/2022

Juliana Camargo Ribeiro Christofoli, Escrevente
Válido com o(s) selo(s): C195AB0074876

1º TABELIÃO DE NOTAS
av. dr. Jesuino marcondes machado, 169
fone (19) 3737-3737 - campinas - sp
ESCREVENTE AUTORIZADO
Juliana Camargo Ribeiro Christofoli

C10195AB0074876



111104
VALOR ECONÔMICO

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/163021005225239890990>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 163021005225239890990-2
Data: 10/05/2022 08:30:38
Valor Total do Ato: R\$ 5,02
Selo Digital Tipo Normal C: AMY35081-8UHZ



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Tutor

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADAUTO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO, em terça-feira, 10 de maio de 2022 08:40:46 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - Cartório Azevêdo Bastos - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutel/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente à Unidade demandante, acompanhado do extrato do resumo do Contrato nº 060/2022-SGA, publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 3.113, do dia 07/06/2022, bem como a publicação da Portaria nº 182/2022 - SGA, designatória do fiscal e suplente do mencionado ajuste.

Por fim, ressaltamos a necessidade de solicitar à Contratada a formalização de Preposto e a contratação de garantia contratual, conforme previsto no instrumento contratual.

Paula Souza de Paula Marques

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 28/20/4244, às 216 2, conforme Ato Normativo nº 278, de 5: de Dezembro de 4242 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0380304** e o código CRC **A2483DC0**.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 09/2022 – UASG 926302 – PROCESSO nº 19.09.00857.0014019/2021-81. OBJETO: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância armada e segurança patrimonial, na capital e interior do Estado da Bahia, mediante postos de serviços, conforme edital e seus anexos. AVISO: A licitação em epígrafe fica SUSPENSA E ADIADA SINE DIE. Nova data de realização da sessão será publicada através dos mesmos meios originais de divulgação.

AVISO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 006/2022-CSI. Processo SEI: 19.09.45340.0012108/2022-53. Parecer Jurídico: 397/2022. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Eloquence Treinamentos Eireli, CNPJ nº 19.716.643/0001-64. Objeto: Curso de Técnicas de Oratória e sua Aplicabilidade no Tribunal do Júri para uma turma de até 10 (dez) novos Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, com carga horária de 16 horas, em Salvador-BA. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora: 40.101.0007 - Ação (P/A/OE) 3594 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Fundamento legal: Art 60, II da Lei Estadual nº 9.433/2005.

RESUMO DO QUARTO ADITIVO A CONTRATO LOCAÇÃO PREDIAL URBANA– Nº 027/2010-SGA. Parecer nº 365/2022. Processo: 19.09.00913.0010608/2022-79. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Sônia de Jesus Lins. Objeto contratual: Locação de imóvel urbano, para fins residenciais destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça Regional de Alagoinhas/BA. Objeto do Aditivo: Alterar o valor mensal da locação, previsto na cláusula 31, passando de R\$ 6.392,98 (seis mil e trezentos e noventa e oito centavos) para R\$ 7.032,28 (Sete mil e trinta e dois reais e vinte e oito centavos), correspondente a uma majoração de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado e prorrogando o prazo de vigência contratual por mais -3 (três) anos, a contar de 01 de junho de 2022 até 31 de maio de 2025. Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0030 - Destinação de Recurso (Fonte) - 100 - Região 7000- Ação (P/A/OE) 4058 - Natureza de Despesa 33.90.36.

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº 060/2022- SGA. Processo SEI: 19.09.02677.0006256/2022-46 - Dispensa nº 041/2022 – DADM. Parecer jurídico: 368/2022. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, CNPJ nº 05.340.639/0001-30. Objeto: prestação de serviços continuados de controle e gerenciamento da manutenção dos veículos que compõem a frota do Ministério Público do Estado da Bahia. Regime de execução: Empreitada por preço global. Valor global: R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 - Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39. Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 180 (cento e oitenta) dias, a começar em 07 de junho de 2022 e a terminar em 04 de dezembro de 2022.

PORTARIA Nº 182/2022

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.02677.0006256/2022-46, RESOLVE designar os servidores Ana Gabriela Reis Nogueira Gonçalves, matrícula 353.057, e Leonardo Borges Castellar Sampaio, matrícula 352.766, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 060/2022 - SGA, relativo à prestação de serviços continuados de controle e gerenciamento da manutenção dos veículos que compõem a frota do Ministério Público do Estado da Bahia.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 06 de junho de 2022.

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL

INQUÉRITOS CIVIS / PROCEDIMENTOS:

EDITAL Nº 154/2022

COMUNICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

IDEA nº 003.9.243599/2020

Origem: 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude - 2º Promotor

Área: Infância e Juventude, Subárea: Difusos

Noticiante(s): Anônimo

Investigado: EC Bahia

Objeto: fiscalização do funcionamento do Esporte Clube Bahia para treinos de base sub-11 ao sub-15, sem observância de protocolos de prevenção a COVID 19 no período de emergência em saúde pública.

É cabível a interposição de recurso administrativo ao Conselho Superior do Ministério Público, com as respectivas razões, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação deste Edital, devendo as razões serem protocoladas junto à 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude – 2ª Promotor.



SRD	Solicitação de Reserva de Dotação	40101.0003.22.0000178-2
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa		
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público		
Tipo de Instrumento: Contratos e assemelhados	Modalidade Licitação: Dispensa - art. 59	Objeto: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE CONTROLE E GERENCIAMENTO DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, INCLUINDO O SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DAS DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES, ACESSÓRIOS, MATERIAIS, PRODUTOS E SERVIÇOS DE TODA ORDEM, REFERENTES À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, QUE SERÁ EXECUTADA POR UMA REDE CREDENCIADA DE OFICINAS, CENTROS AUTOMOTIVOS E CONCESSIONÁRIAS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO. DADM-41/2022.SEI Nº 19.09.02677.0006256/2022-46. CONTRATO Nº 60/2022.
Data do Cadastro: 10/06/2022	Situação: Incluída	Integração Simpas: Não
Responsável da Unidade: MARIA AMALIA BORGES FRANCO	E-mail Responsável pela Unidade: AMALIA@MPBA.MP.BR	Telefone do Responsável pela Unidade: 7131030122
Valor da SRD (R\$) *** 387.000,00	TREZENTOS E OITENTA E SETE MIL REAIS *** ** *** **	
Justificativa:	Usuário de Alteração:	Data/Hora de Alteração:

DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXERCÍCIO

Exercício:	Dotação:	Valor Anual (R\$):
2022	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1	387.000,00

DEMONSTRATIVO DE RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO

Exercício:	Dotação:	Saldo para Reserva anterior à SRD (R\$):	SRD - Exercício Corrente (R\$):	Saldo para Reserva após a SRD (R\$):
2022	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1	-7.500.826,37	387.000,00	-7.887.826,37



INT		Instrumento Contratual		40101.0003.22.0000154-0	
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa					
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público					
Tipo de Despesa: Compras e Serviços					
Tipo Instrumento: Contrato		Número da LID: 40101.0003.22.0000160-5		Modalidade Licitação: Dispensa - art. 59	
Objeto: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE CONTROLE E GERENCIAMENTO DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO, INCLUINDO O SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DAS DESPESAS COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES, ACESSÓRIOS, MATERIAIS, PRODUTOS E SERVIÇOS DE TODA ORDEM, REFERENTES À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, QUE SERÁ EXECUTADA POR UMA REDE CREDENCIADA DE OFICINAS, CENTROS AUTOMOTIVOS E CONCESSIONÁRIAS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO. DADM-41/2022.SEI Nº 19.09.02677.0006256/2022-46. CONTRATO Nº 60/2022.					
Data Celebração: 06/06/2022		Data Publicação no DOE: 07/06/2022		Nº do Instrumento no SIGAP: Número do Contrato/Convênio: 60/2022	
Data Início: 07/06/2022		Data Término: 04/12/2022		Nº SRD: 40101.0003.22.0000178-2 Situação: Ativo	
Nome da Unidade Administrativa (UA): DADM					
Responsável pela UA: MARIA AMALIA BORGES FRANCO					
Email do Responsável pela UA: AMALIA@MPBA.MP.BR			Telefone do Responsável pela UA: 7131030122		
Valor total do Instrumento (R\$) *** 387.000,00			TREZENTOS E OITENTA E SETE MIL REAIS *** ** * *****		

LOTES						
Número do Lote:	Valor do Lote:	Lei Anticalote?:	Retenção da Lei Anticalote:	Tipo de Documento AFM/APS:	Número do Documento AFM/APS:	Valor do Documento AFM/APS:
1	387.000,00	Não				0,00

DADOS CREDOR			
Código:	2017251539		
Nome:	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA		
CPF/ CNPJ:	05.340.639/0001-30	Insc. Estadual:	623051405
Responsável no Credor:	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	E-mail Responsável:	empenho@primebeneficios.com.br

DEMONSTRATIVO POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Exercício:	Dotação Orçamentária:	Tipo de Gasto:	Valor (R\$):
2022	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1	GERAL	387.000,00



CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903900.0100000000.1

Parcela:	Data Vencimento:	Valor (R\$):
1	07/06/2022	64.500,00
2	07/07/2022	64.500,00
3	07/08/2022	64.500,00
4	07/09/2022	64.500,00
5	07/10/2022	64.500,00
6	07/11/2022	64.500,00



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Encaminhe-se à DICOFIN - Diretoria de Contabilidade e Finanças o processo de Dispensa de Licitação para conhecimento.

Sem mais, arquite-se.

Jessica Siqueira Souza

Unidade de Execução Orçamentária

Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa - DADM



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Siqueira Souza** em 11/07/2022, às 09:32, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0404310** e o código CRC **82014CDC**.